



FUNDOS SOLIDÁRIOS: POR UMA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO PRODUTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

CADERNO 2

**Experiências de Fundos
Solidários**

Realização: Fundação Grupo Esquel Brasil

Patrocínio: Banco do Nordeste



Realização

Fundação Grupo Esquel Brasil

Patrocínio

Banco do Nordeste

Articulação por uma política pública de Fundos Solidários

Ministério de Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Banco do Nordeste

Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA

Articulação do Semi-Árido - ASA

Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES

Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional - FBSAN

Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil - Mutirão para Superação da Miséria e da Fome

Coordenação Editorial

Barbara Schmidt-Rahmer

Projeto Gráfico e Editoração

Paulo Roberto de Oliveira

SUMÁRIO

DIMENSÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS: NOTAS PRELIMINARES	4
SISTEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO BNB/SENAES-MTE	10
FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO: INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEMI-ÁRIDO.....	53
SISTEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS APOIADAS PELA CÁRITAS BRASILEIRA	58
A EXPERIÊNCIA DA ASA/PB COM OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS.....	86
PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA “VENCER JUNTOS”	94

DIMENSÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS: NOTAS PRELIMINARES

Silvio Rocha Sant'Ana, Fundação Grupo Esquel Brasil

Não existe ainda um inventário da totalidade de experiências nacionais com os chamados Fundos Solidários (doravante FS). O esforço da SENAES/MT no levantamento de Empreendimentos de Economia Solidária – EES, espalhados por todo o País, não chega a identificar com nitidez os Empreendimentos (ou organizações) que utilizam a metodologia dos FS.

Neste levantamento (doravante SIES) foram cadastrados, em 2.274 municípios, 14.954 Empreendimentos de Economia Solidária (doravante EES) sendo 4.935 informais e 10.019 formais. Apesar do esforço dos cadastradores há também evidências de que mesmo nestes municípios, nem todos os empreendimentos (principalmente os informais) foram cadastrados. Algumas pessoas que trabalham com este segmento sugerem a existência de 1 grupo informal para cada grupo formalizado.

A relação foi de 6,6 casos/município. Como o País tem 5.574 municípios se chegaria a um mínimo de 36.650 empreendimentos de ES.

Assumindo que os municípios não cobertos pelo cadastramento do SIES (3.300) têm presença menor destes empreendimentos e assumindo, para nossa estimativa, o menor índice de EES/município que é o do estado de Alagoas com 4,8 empreendimentos por município, teremos um total provável de 30.794 empreendimentos em todo o país. Se considerarmos somente os empreendimentos formais, teríamos então cerca de 20.600 casos.

O estudo do IBGE sobre "Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos – FASFIL" indica a existência (em 2005) de 338.162 organizações da sociedade civil sem fins lucrativos; ajustando (por interpolação) estes números para 2003 (época do cadastramento dos EES) o número cai para 324.500 entidades.

Sabendo que nem todo EES é sem fins lucrativos (existem cooperativas, empresas em auto-gestão por empregados que, no cadastro, representam 13% dos EES), e descontando este percentual podemos comparar as duas estatísticas e encontramos que o "campo da economia solidária" representaria 5,5% do total de organizações sem fins lucrativos da sociedade civil do país.

No entanto nem todos os 30.794 EES (sendo 20.600 formais) trabalham com a metodologia de FS. E, infelizmente os dados cadastrais não permitem uma clara identificação a este respeito. De fato não foi formulada nenhuma questão direta a este respeito e assim somente por medições indiretas se pode obter uma aproximação.

De um lado é conhecido que muitas destas experiências e empreendimentos foram constituídos por organizações com motivações religiosas e ou filantrópicas, e o cadastro indica que pelo menos 3% dos EES têm esta origem. Utilizando-se então da base de 30.794 EES (formais e informais), neste critério, 924 EES adotariam tais metodologias.

Medidas indiretas tais como "destino dos excedentes" para Fundos (de reserva, para novos investimentos ou de Solidariedade) mostram que pouco mais de 5.204 empreendimentos (16,9% de 30.794 EES) utilizam pelo menos parcialmente estas práticas.

Ainda na mesma questão, o cadastramento do SIES captura o fato do EES dedicar parte de seus excedentes a Fundos Solidários . Considerando somente os EES que realizaram tal destinação, e admitindo que esta informação serve como uma aproximação da existência de FS, se obtém um percentual muito pequeno de entidades, algo como 1,5% do total dos EES, ou cerca de 462 empreendimentos.

Aceitando este menor índice como um bom indicador do número de EES¹ que utilizam a metodologia de Fundos Solidários, veremos no cadastro SIES que mais da metade destes se localiza no Norte (9,5%) e Nordeste (48,6%), que a média de sócios é de 93,5 pessoas, com forte presença de mulheres (47% dos associados, enquanto que no conjunto do SIES, esta porcentagem é de 36%).

Nota-se ademais que 25% dos empreendimentos deste subgrupo estão constituídos somente por mulheres (contra 16% do total de EES) e que em 11% dos grupos (mistos) as mulheres são a maioria. Grupos com predominância de mulheres são em geral pequenos (abaixo de 20 participantes) e os de predominância mista ou masculina são maiores (mais de 21 participantes).

Ainda neste subgrupo, em termos de produção e renda, no extremo inferior, 38% dos empreendimentos não declararam rendimentos e no extremo superior, 3% dos casos apresentaram volumes de produção mensal muito acima da média deste tipo de unidade produtiva. Eliminando-se estes extremos estima-se uma renda bruta mensal (média) de R\$ 57.000 contra a média de R\$32.800 do conjunto dos quase 15.000 empreendimentos. Descontando-se os custos de produção (grosso modo estimáveis em 80% do faturamento bruto) chega-se a uma renda média mensal/capita de cerca de 120 reais (de 2005), equivalente a 0,4 do salário mínimo.

Mencionamos anteriormente que o Cadastro SIES permite 3 possíveis estimativas sobre as dimensões dos EES utilizando-se de metodologias de fundos rotativos. No primeiro caso seriam 5.204 organizações, no segundo 924 e no terceiro caso somente 462 empreendimentos.

Admitindo que cada um deste subconjunto utilizasse as metodologias de Fundos Solidários e que o número médio de participantes dos EES gira ao redor de 93 pessoas estaríamos lidando com um máximo de 484.000 famílias ou indivíduos (utilizando o critério de 6.200 EES) **e um mínimo de 43.000 famílias** (utilizando a estimativa conservadora, de menor número de EES trabalhando com FS). O primeiro valor nos parece, pela observação empírica, excessivo.

Para aprimorar ou complementar esta estimativa podemos também nos referir a alguns dados esparsos obtidos em pesquisas na Internet que mostram, por exemplo:

1. Segundo a Articulação Nacional de Agroecologia, os Bancos de Sementes (ou de animais) organizados por agricultores familiares congregam atualmente, somente no Nordeste, mais de 15.000 famílias de agricultores (e este tipo de fundo solidário não está integralmente refletido no SIES);

¹ O termo "bom indicador" é utilizado no sentido de obter mais segurança. É mais conservador e não "apologético"

2. É reconhecido que no caso do estado da Paraíba, os Fundos Solidários são tradicionais e que entre 2000-2005 chegaram a congregar 18.000 famílias. Na atualidade se reportam cerca de 1000 Fundos operacionais mobilizando cerca de 10.000 famílias.
3. A Cáritas Nacional, as Regionais e as Diocesanas mobilizam anualmente centenas de Fundos; estimativas realizadas para período de 1995-2000 indicam a implantação de 1256 projetos envolvendo quase 57.000 pessoas (e/ou famílias). Até o começo dos anos 90, nem todos estes projetos trabalhavam com os Fundos Solidários, mas, no período considerado havia uma diretriz geral da CNBB para que assim o fosse. A mesma avaliação sugere que em 2003, 83% dos projetos continuavam ativos.
4. A Pastoral da Criança (entre 1987-2006) chegou a mobilizar mais de 15.000 famílias com experimentos de Fundos Solidários, dos quais, em 2007, se estima 3.000 famílias continuavam trabalhando com Fundos Solidários;
5. O atual projeto "Vencer Juntos" (Fundação Grupo Esquel Brasil e Pastoral da Criança) financiou, entre 2003 e 2008, 430 empreendimentos solidários que envolvem 2.100 famílias.
6. O PAPPS/BNB/MT-SENAES financiou 50 experiências de fundo solidário e cerca de 4.000 famílias.

Ou seja, considerando somente a soma destas entidades (e redes), atinge-se um volume de cerca de 75.000 famílias e cerca de 3.000 empreendimentos que alimentam FS. Desta forma, o número de 43.000 famílias ou "clientes" operadores de Fundos Solidários, estimados a partir dos dados do SIES aparece como muito inferior ao estimado em base aos dados institucionais das entidades mencionadas. Razoável.

Note-se ademais que o cadastro SIES identifica que pelo menos 130 entidades de apoio (tal como as poucas mencionadas acima) que financiam projetos e EES em todo o país. Admitindo-se que elas sejam "pequenas" (com fundos solidários que envolvem entre 10 e 20 famílias, atendendo poucos municípios, e com uma dezena de "fundos" em cada uma delas), teríamos (conservadoramente) um contingente adicional de quase 20.000 famílias envolvidas neste campo.

Agregando estes dois valores obtemos um número de 95.000 famílias e pouco mais de 4.000 empreendimentos que trabalham com fundos solidários em operação.

Mesmo considerando as limitações das informações disponíveis, e de nossas suposições, parece razoável supor que estamos operando, em todo o Brasil, com um mínimo de 43.000 e um máximo de 95.000 famílias envolvidas com a metodologia de Fundos Solidários².

Parece pouco considerando a imensa legião de pobres do País, mas não é tão pouco quando consideramos dados de outras formas de financiamentos com que os fundos rotativos costumam ser comparados, especificamente, o micro-crédito.

² Utilizando o Projeto Vencer Juntos como parâmetro para valores financeiros para cada empreendimento (entre 4 e 5.000 reais) e assumindo a existência de 4.000 empreendimentos estaríamos operando com um mínimo de 16 e um máximo de 20 milhões de reais equivalentes.

O Programa CrediAmigo do BNB, maior programa de micro-crédito no Brasil tinha, em dezembro de 2006, um total de 236.000 clientes ativos, número este maior que a soma de todos os clientes de todos os outros programas de micro-crédito existentes. Significa que o total de clientes ativos de micro-crédito no Brasil era menos de 500.000.

Avaliações do “CrediAmigo” mostraram inequivocamente que o Programa não está atendendo adequadamente a população mais pobre. Dados colhidos mostram que apesar dos esforços do BNB, somente 15% dos clientes ativos são pessoas com renda abaixo da linha de pobreza, ou seja, o Programa atenderia no máximo 35.400 clientes pobres, número muito próximo ao número mínimo de possíveis usuários dos Fundos Rotativos. Supondo que os demais programas de micro-crédito apresentem desempenho equivalente, poderíamos admitir então que todo o sistema de micro-crédito brasileiro atende no máximo 70.000 famílias abaixo da linha de pobreza.

É importante salientar que estes níveis de atendimento do micro-crédito se dão depois de anos de experimentação, correções e ajustes e de um forte e crescente apoio político institucional a partir da segunda metade dos anos 90.

Ainda comparando, os operadores e gestores dos FS não encontram o mesmo tipo de apoio. De fato, mesmo após a criação pelo Governo Federal da SENAES/MT, não existe ainda uma verdadeira política de fomento à Economia Solidária e menos ainda à expansão da metodologia e prática de Fundos Solidários. Em algumas circunstâncias órgãos do Governo Federal (ou de auditoria e controle externo) baseados em interpretações restritivas e burocráticas das leis, tem até mesmo impedido a expansão deste tipo de experimento³. Com o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPS, a SENAES, o BNB e o MDS lançaram um programa antecipatório de uma política de apoio aos FS para a região Nordeste. Foi um avanço importante, mas insuficiente, já que não se conseguiu, até a data desta publicação, construir uma política maior que alcançasse todo território nacional.

Ainda assim, os dados do Atlas da Economia Solidária (MT, 2005) e nossas estimativas sugerem que, apesar das dificuldades de toda ordem, houve uma expansão significativa dos EES e dos empreendimentos operando fundos solidários.

Estima-se que exista um mercado potencial de 9,5 milhões de micro-empresendedores. Vimos que, mesmo depois de vinte anos de crescimento do micro-crédito deve-se reconhecer que uma maioria absoluta ainda não tem acesso a ele.

Não é uma questão de falta de recursos para a oferta: a oferta aumentou muito. Uma boa parte dos 2% de depósitos a vista que a lei manda destinar aos empréstimos para os clientes de baixa renda não está sendo aplicada.

E não é por falta de demanda efetiva. Existe sim, necessidade de acessar crédito, mas uma boa parte dos clientes não está preparada para isto. A combinação de fatores como as características da população, a falta de orientação, de capacitação, de juros relativamente altos, prazos curtos demais, volumes de recursos baixos demais, ou até mesmo a falta de capital para iniciar um negócio novo (micro-crédito só financia empreendimentos existentes) atuam como restrições poderosas à expansão da clientela.

Finalmente, a assimetria de informações entre financiadores e financiados atua no sentido de reduzir ainda mais o potencial destes instrumentos.

³ Fato que levou o FBES a formular um conjunto de fortes reivindicações no que concerne a uma reforma do marco legal para as atividades da Economia Solidária.

Operando normalmente com as populações mais pobres e vulneráveis, os Fundos Solidários e as metodologias de trabalho a ele associadas atuam no sentido de superar algumas destas lacunas e/ou condicionalidades que inviabilizam a criação de novas oportunidades de geração ou ampliação de renda e emprego. É obvio que ao realizar esta tarefa realiza também um processo de formação que facilita a emergência de novos empreendedores individuais e coletivos, bem como os capacita para a gestão de qualquer empreendimento (incluindo o acesso ao crédito formal).

No entanto, diferentemente da ação rotineira do "micro-crédito", as ações de construção de Fundos Solidários implicam, adicionalmente, em mudanças nos padrões de comportamento dos cidadãos, de empoderamento da comunidade e de suas organizações. Estes são considerados elementos centrais para o fortalecimento da democracia, e para a experimentação de modelos de inserção produtiva (e social) fundados na solidariedade social e não somente nos interesses particulares de cada qual.

Os FS estão hoje no ponto onde o micro-crédito estava no final dos anos 80: experiências fragmentadas, não muito conhecidas e, obviamente, vistas com desdém ou pouco valorizadas.

Na atualidade, as trajetórias do micro-crédito, da Economia Solidária e dos FS são significativamente ascendentes. O programa CrediAmigo do BNB, incentivado e com forte base institucional e recursos financeiros, passa de 85.000 clientes em 2001 para 439.000 clientes em 2009, apresentando um crescimento acelerado de 22,7,0% aa.

Os empreendimentos de ES mapeados no SIES, (com muito menos apoio que o programa anterior) passam de 3.622 empreendimentos em 1995 para 14.954 em 2005, com um crescimento de 15,7% aa; no mesmo período e os EES operando com os FS cresceram à taxa de 14,2% aa.

Dados os déficits sociais existentes, mesmo considerando os importantes ganhos obtidos nos últimos anos no que diz respeito ao combate à pobreza e da redução de desigualdades sociais, há ainda uma demanda elevada para iniciativas de inserção econômico social como as promovidas pelos FS.

O fortalecimento e a consolidação dos experimentos de Economia Solidária e dos Fundos Solidários passam pelo processo de mobilização da sociedade e de suas instituições no sentido de obter políticas públicas e um tratamento normativo adequado a expansão do setor. Progressos como o da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária e do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) do BNB, SENAES e MDS são avanços significativos, mas ainda insuficientes.



"Antes aqui na comunidade o pessoal precisava sair para trabalhar fora, cortar cana em São Paulo. Hoje alguns já não vai mais. Eu também saia muito para trabalhar fora, hoje, Graças a Deus, com essa melhoria do Projeto, hoje não estou precisando para a gente sair."

José da Silva, Coordenador, Grupo Solidário de rapadura, Montezuma, MG (Vídeo Projeto Vencer Juntos)

SISTEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO BNB/SENAES-MTE

Rio de Janeiro/ RJ, dezembro de 2007.

Equipe de Sistematização:

João Roberto Lopes Pinto

Alzira Medeiros

Aline Mendonça dos Santos

José Gilberto Sztutman

Apresentação

O presente relatório consiste na sistematização das experiências dos 17 projetos apoiados pelo "Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários" executado no âmbito do convênio Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE.), com o objetivo de subsidiar a construção de uma Política Nacional de Apoio a Fundos Solidários (FS).

Há muitos anos, centenas de experiências de fundos solidários vêm servindo à organização sócio-econômica de diferentes grupos e comunidades pelo país. A partir de 2003, por iniciativa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Senaes, surge a possibilidade de ampliar o potencial dos Fundos para o desenvolvimento local, a partir da definição de uma política pública específica. Neste contexto, foi selado em 2005 o convênio entre a Senaes e o BNB para o desenvolvimento do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, através do qual foi lançada uma chamada pública para o fomento dos fundos solidários.

Este Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários teve um caráter piloto e antecipatório de uma política pública nacional de apoio a Fundos Solidários. O Programa foi executado pelo Banco do Nordeste em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária com o objetivo de estimular a criação e o fortalecimento de ambientes territoriais inovadores, a partir de formas de convivência solidária⁴.

O programa disponibilizou recursos financeiros, não reembolsáveis, para 17 projetos apoiados no período de novembro de 2005 a maio de 2007, sediados ou atuantes nos Estados da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo (área de competência do BNB).

Passado o período de realização desta primeira etapa do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, o Comitê Gestor do programa (composto por: Ministério de Desenvolvimento Social – MDS; Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES; Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES;

⁴ Fonte: Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários: um diálogo do Estado com os movimentos sociais – BNB (apresentação versão 2 de Eduardo Girão – Consultor).

Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA; Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional - FBSAN; Mutirão Nacional para Superação da Miséria e da Fome - CNBB; Banco do Nordeste do Brasil - BNB) entendeu a necessidade de sistematizar as experiências dos Fundos Solidários para compreender e qualificar o processo, tendo em vista extrair orientações para o segundo edital do programa, bem como para a construção da política nacional. Tal demanda foi objeto da resolução do Seminário Nacional de Fundos Solidários ocorrido em fevereiro de 2007, em Brasília.

Dessa forma, este trabalho de sistematização foi demandado para duas entidades da sociedade civil que estão envolvidas com o movimento de economia solidária e, de certa forma, vinham acompanhando a dinâmica do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários. Trata-se do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local (Cordel). Essas duas instituições, em parceria, se comprometeram com a realização do trabalho de sistematização dos FS e assim identificar as contribuições dos projetos e refletir sobre o processo dos Fundos Solidários para subsidiar a elaboração de uma política nacional.

Nesse sentido, o relatório que aqui se apresenta é produto desta sistematização e esta estruturado da seguinte forma:

No primeiro momento, o relatório trata das Considerações Teóricas e Metodológicas onde são apresentados a dinâmica metodológica da sistematização e a reflexão teórica que serviu de referência para todo o trabalho e em especial para a análise.

O segundo momento é dedicado às experiências sistematizadas. Neste capítulo privilegiou-se uma contextualização histórica dos FS e logo a descrição das experiências sistematizadas segundo a base documental.

O terceiro momento consiste na análise das experiências sistematizadas e, por fim, são indicadas nas considerações finais algumas possíveis contribuições deste trabalho para a construção da política nacional de FS.

1. Considerações Teóricas e Metodológicas

1.1 Processo de Trabalho

Esta parte apresenta o conjunto do processo de trabalho construído pela equipe de sistematização dentro do prazo previsto de três meses. Dessa forma, dado o início do processo realizou-se uma primeira reunião da equipe de sistematização no IBASE, em princípio de outubro de 2007, na qual foram traçados os passos metodológicos para o trabalho da sistematização, da seguinte forma:

1o. passo: Leitura, tabulação e organização das informações relativas aos 17 projetos apoiados pelo Programa, considerando os campos indicados na proposta de sistematização (leitura dos projetos, relatórios e da ficha apresentada por algumas entidades durante o seminário em Lagoa Seca/ PB);

2o. passo: análise das informações aqui organizadas com base nas categorias de análise que serão apresentadas adiante;

3o. passo: análise da percepção dos atores sobre os projetos e o Programa de Apoio aos Fundos Solidários com base nos relatórios dos Seminários, reuniões do Comitê Gestor e da oficina organizada pela equipe com os representantes do Comitê Gestor.

Para dar conta desse planejamento metodológico tinha-se claro que era preciso se ater a duas situações importantes: 1) o trabalho deveria ficar restrito a base documental; 2) em função da densidade e da premência dos prazos, haveria a necessidade de reuniões presenciais regulares.

Dessa forma, consideraram-se os projetos e relatórios que as entidades proponentes encaminharam para as instituições financiadoras do programa BNB / SENAES. Utilizaram-se também os relatórios dos Seminários sobre os FS realizadas no período de vigência do programa, bem como os registros das reuniões do Comitê e as apresentações das entidades durante o Seminário da Lagoa Seca/PB e os editais 2005 e 2007 do programa.

Esse trabalho viabilizou um enorme agrupamento de informações importantes sobre os FS. Contudo, os documentos não apresentaram uma uniformidade de informações que possibilitasse um aprofundamento e refinamento dos diferentes aspectos característicos das experiências.

Para realização do primeiro passo ocorreu uma leitura detalhada do material que resultou em uma "tabulação das informações" (apêndice I) a partir dos indicadores abaixo:

1.a Concepção e Organização

- Objetivo e missão da organização
- Forma de organização (associação, grupo etc.).
- Objetivo e missão do Fundo

1.b Gestão

- Captação de recursos
- Uso dos recursos retornáveis
- Controle social (na relação seja com os projetos/comunidades apoiados, seja na relação com o próprio Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários)

1.c Ações Desenvolvidas

- Tipos de projetos apoiados
- abrangência

1.d Metodologia

- Formas de acesso ao fundo
- Critérios de apoio
- Modelo de operacionalização (forma do reembolso – integral ou parcial–, monetária ou não monetária)
- Acompanhamento dos projetos

1.e Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

- Desafios e perspectivas
- Instrumentos de monitoramento e avaliação
- Participação dos beneficiários
- Avanços obtidos

Baseada neste material a equipe processou e cruzou o conjunto das informações que está apresentado no item "Descrição das Experiências Sistematizadas" 5. A partir dessa descrição e com base nos referenciais teóricos se apresenta uma análise sobre as práticas.

No decorrer do trabalho a equipe deparou-se com algumas situações que dificultaram o processo. A primeira diz respeito ao fato de que nem todos os projetos estavam acompanhados de relatórios (final ou parcial). A segunda refere-se ao fato de que muitos relatórios são insuficientes quanto a algumas das informações que se precisava coletar.

Abaixo segue a lista dos FS e as respectivas situações apresentadas:

A) PROJETOS COM RELATÓRIOS FINAIS

2)⁶ Cáritas Brasileira - Regional Ceará: SEMENTES DA SOLIDARIEDADE-CEARÁ (Cáritas CE);

3) Obra Kolping do Brasil - Escritório de Coordenação do Nordeste: FUNDO KOLPING DE APOIO A PROJETOS SOLIDÁRIOS NOS ESTADOS DO CEARÁ, ALAGOAS E PERNAMBUCO - CEARÁ (Obra Kolping);

6) Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas - CAATINGA: VIDA QUE BROTA DA TERRA - PERNAMBUCO (Caatinga);

7) Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor - CEDAPP: FUNDO SOLIDÁRIO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E A GERAÇÃO DE RENDA DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - PERNAMBUCO (CEDAPP);

8) Diaconia: AGROECOLOGIA E RENDA: FORTALECENDO OS SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DO SERTÃO DO ARARIPE - PERNAMBUCO (Diaconia);

9) Fundo Rotativo da Ação da Cidadania - CREDCIDADANIA: FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO - PERNAMBUCO (CRED);

16) Ação Social Esperança e Vida - ASEVI: PROJETO FAMÍLIA E VIDA-PERNAMBUCO (ASEVI);

B) PROJETOS COM RELATÓRIOS PARCIAIS

5) Cáritas da Diocese de Estância: NOS CAMINHOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - SERGIPE (Cáritas SE);

10) Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema - POAB: FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO AGRESTE DA PARAÍBA: FAVORECENDO A INCLUSÃO DAS FAMÍLIAS MAIS POBRES, DAS MULHERES E JOVENS NAS DINÂMICAS SOCIAIS DE INOVAÇÃO AGROECOLÓGICAS-PARAÍBA (POAB);

⁵ No apêndice II encontra-se o resultado deste processamento.

⁶ A numeração respeita a ordem estabelecida na proposta de sistematização.

12) Obras Sociais da Diocese Bonfim Economia Popular Solidária: Fundo Rotativo Solidário: PROMOVENDO A DIGNIDADE HUMANA DO CAMPONÊS E DO DESEMPREGADO URBANO NO SEMIÁRIDO BAIANO-BAHIA (Diocese Bonfim);

13) Cáritas Brasileira - Regional Piauí: PROJETO FECUNDAÇÃO-PIAUI (Cáritas PI);

14) Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconômica Solidária - FUNDESOL: PROJETO ENSINANDO E APRENDENDO A PESCAR - UMA ESTRATÉGIA DE APOIO A PEQUENAS UNIDADES FAMILIARES PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS NA PERIFERIA DE FORTALEZA-CEARÁ (Fundesol);

15) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia (STR Varzelândia): PRODUZINDO SOLIDARIEDADE NO SEMIÁRIDO-MINAS GERAIS;

17) Associação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus - ASSOCIAÇÃO FSCJ: PROJETO DE APOIO A 58 FAMÍLIAS DE ASSENTADOS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, A COOPEAGRO-ALAGOAS (FSCJ).

C) PROJETOS SEM RELATÓRIOS

1) Associação Regional de Escola Família Agrícola do Sertão - AREFASE: PROGRAMA JOVENS SOLIDÁRIOS - BAHIA (AREFASE);

4) Cáritas Diocesana de Araçuaí - MG: DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS NO TERRITÓRIO DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CALHAUZINHO - ARAÇUAÍ E NOVO CRUZEIRO - MINAS GERAIS (Cáritas MG);

11) Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades - PATAC: FUNDOS SOLIDÁRIOS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO-PARAÍBA (PATAC);

Diante das circunstâncias, resolveu-se que seriam inclusos todos os projetos no trabalho de sistematização, salvo informações que precisam ser asseguradas nos relatórios como: desafios, perspectivas e avanços. Já no processo de análise - que implica refletir sobre situações confirmadas - decidiu-se trabalhar apenas os projetos que estavam acompanhados de relatório parcial e/ou final. Com a preocupação em contemplar todos os projetos no processo de análise, fez-se contato com as três entidades com relatórios faltantes para que as mesmas enviassem o material. Das três apenas PATAC respondeu encaminhando relatório parcial.

Tendo em mãos todo o material produzido no primeiro momento, passou-se ao 2o. passo "análise dos projetos e relatórios" considerando a sistematização realizada e as categorias de análise.

Como categorias de análise haviam sido pautados três pontos principais, conforme termo de referência:

Relação dos Fundos Solidários com o desenvolvimento comunitário/local: indução da organização e mobilização local; implementação de equipamentos e infra-estrutura sociais e produtivas que respondam a necessidades coletivas.

Gestão participativa e descentralizada do Fundo: mecanismos de controle social e de decisão quanto à forma de aplicação e retorno.

Modelo de operacionalização: formas de retorno, formação e assistência técnica, articulação e mobilização.

Da mesma forma ponderou-se uma série de questões a serem analisadas:

As experiências são capazes de responder as necessidades dos participantes dos programas redistributivos do governo?

Respondem a diversidade de instrumentos financeiros necessários para a economia solidária?

Objetivam a inclusão social e a superação da dinâmica do empobrecimento?

Fomentam empreendimentos solidários?

As entidades apoiadas têm potencial para a constituição de uma rede de organizações sociais?

Apontam as dificuldades concretas vividas na experiência?

Os projetos apoiados apontam para a articulação entre o rural e o urbano?

Revelam elementos para a uma metodologia na gestão dos fundos?

Apresentam formas e/ou propostas para a democratização dos fundos públicos?

Quais os custos de operacionalização não quantificados?

Quais os limites atuais nas experiências do ponto de vista dos participantes (associações, instituições, grupos)?

Quais inovações construídas a partir dos projetos apoiados?

Quais as recomendações?

Para dar conta desse processo de análise denso, foi preciso debruçar-se também sobre o referencial teórico para melhor organizar a reflexão crítica e assim passou-se a estudar e conjecturar sobre alguns temas teóricos: Finanças Solidárias; Economia Solidária; Desenvolvimento local, comunitário e territorial que estão discutidos no item "Referencial Teórico" deste relatório.

A partir da base empírica e teórica do trabalho de sistematização, percebeu-se a importância de agrupar as categorias de análise em apenas dois pontos, uma vez que as mesmas não podem ser consideradas desmembradas umas das outras. Assim, optou-se em discutir duas categorias de análise distintas, porém complementares: 1) Os Fundos Solidários como instrumentos de Finanças Solidárias 2) Os Fundos Solidários e o Desenvolvimento Local/Territorial.

O resultado desse processo está no item "Análise da Sistematização".

Por fim, no 3o. passo se privilegia a análise da percepção dos atores sobre os projetos e sobre o Programa de Apoio aos Fundos Solidários. Para configurar este momento, apreciaram-se não só as fontes documentais, mas também as representações dos membros do Comitê Gestor Ampliado em ocasião da oficina que a equipe de sistematização realizou com o Comitê.

Nessa oficina a equipe devolveu algumas questões para os membros do Comitê sobre os seguintes assuntos: DEFINIÇÃO – conceito do fundo solidário; a adesão de NOVOS FUNDOS SOLIDÁRIOS no segundo edital do programa BNB/ SENAES; CRITÉRIOS – diretrizes a serem contempladas no programa; ACOMPANHAMENTO dos FS e SUSTENTABILIDADE dos FS. O resultado da oficina está incorporado no processo de análise e, em particular, nas considerações finais deste relatório.

Importante destacar a atuação da equipe que aconteceu de forma coletiva num processo contínuo de aprendizagem que privilegiou a interação dos diferentes atores⁷. Tendo presente a importância da parceria IBASE/ CORDEL a equipe realizou este trabalho comprometida com um movimento de articulação e com a troca dos diferentes saberes. Esta troca foi fundamental para o enriquecimento do trabalho.

1.2 Referencial Teórico

1.2.1. Os Fundos Solidários como instrumento de finanças solidárias

Para efeito desta sistematização os Fundos Solidários são definidos como instrumentos de finanças solidárias, que mobilizam recursos monetários e não monetários, por meio de um sistema de créditos e débitos alimentado e gerido de modo compartilhado pelos seus apoiadores, executores e beneficiários, em que os compromissos devolutivos são flexíveis e acordados coletivamente. Tais fundos são destinados à promoção de atividades produtivas e reprodutivas de base comunitária e solidária, dirigidas para o atendimento de comunidades ou grupos comunitários, visando à superação da pobreza e desigualdade.

Os Fundos Solidários são definidos em determinadas circunstâncias como uma forma de concessão de financiamento que possibilita as várias pessoas terem acesso a certa quantidade de dinheiro para que possam desenvolver atividades econômicas e, no período mais curto possível, devolvê-lo e dar acesso a outros participantes, ou ainda, renovar seus créditos” (MEDEIROS & KLEINEKATHOEFER, 2000: 11). A conservação da substância do Fundo Solidário representa uma garantia de acesso a um maior número de beneficiários/as e a multiplicação dos benefícios socioeconômicos a que se propõe. Dessa forma, o Fundo Solidário adquire uma dimensão para além da concessão usual de crédito praticado pelo sistema financeiro “no sentido de constituir-se em um meio de ação coletiva e de solidariedade prática das organizações associativas (...)” (op. citada, pág. 13) como grupos produtivos, cooperativas, associações de pequenos produtores etc.

Outras metodologias de Fundos Solidários se baseiam no mesmo princípio sem, no entanto, utilizarem moeda, seja a oficial ou moedas sociais. Há experiências em que a substância do fundo é um bem ou serviço e que as trocas e pagamentos também não se dão com base monetária (dinheiro). E, ainda, segundo Franklin D. Coelho (2003), como qualquer sistema financeiro, se propõe a ser um instrumento de intermediação, sendo que as finanças solidárias, segundo esse autor, “se constituem em formas de democratização do sistema financeiro (oficial) ao procurar adequar-se às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território (...) construída sob a égide da ética e da solidariedade criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente teria que ser integrado e sustentável” (COELHO, 2003, pág. 153).

A sistematização, portanto, toma como referência a visão de que os Fundos Solidários são modalidades de finanças solidárias e não da micro-finança – pequenos créditos e principalmente voltadas para capital de giro e compatíveis com as possibilidades e limites da renda da população excluída do sistema financeiro tradicional, de acordo com Coelho. Entendidos como finanças solidárias, os fundos se inserem na democratização das relações econômicas (produção e distribuição) em que participam sujeitos sociais e diferentes atores públicos e da sociedade civil “e se insere na produção social da economia solidária que deve ser vista como um processo no qual se acumula socialmente; mudam relações de poder entre

⁷ A memória das reuniões de equipe encontra-se em apêndice 3.

produtores, intermediários e consumidores; configurando novas regras e novos marcos legais” (COELHO, 2003:155).

Para França Filho & Laville (2004) o objetivo de um sistema de finanças solidárias é fomentar uma dinâmica de dívidas e créditos a favor de uma perpetuação das relações sociais. Consideram ainda, esses dois autores, que a construção e perpetuação dessas relações se dão através de espaços públicos de proximidade, que podem ser diversos tais como associações, conselhos, fóruns, redes, comitês, grupos, entre outros, em que participam indivíduos e diferentes atores sociais que a partir da identificação dos problemas comuns a todos, definem coletivamente a forma de resolução dos mesmos, o que implica uma sociabilidade com base numa relação de reciprocidade entre os envolvidos (idem, 2004).

Na solução dos problemas para reprodução da vida estão presentes princípios econômicos, como mercantis (valor de uso e valor de troca), não-mercantis (recursos públicos e de entidades da sociedade civil através de suas contrapartidas financeiras e técnicas) e não-monetários. Neste caso, incidiria a reciprocidade pelo envolvimento direto dos participantes, assente no pressuposto da participação através das relações de confiança e desejo de se juntar exatamente àqueles e àquelas pelos vínculos sociais estabelecidos no cotidiano. Configura-se aí, conforme definição de Jean-Louis Laville (2006), numa ação pública, através da qual se buscam soluções comuns aos problemas, no âmbito da sociedade e/ou do Estado. Isso implica dizer que a lógica da reciprocidade tende a predominar nas relações no âmbito dos FS.

Deve-se, pois, levar em conta que tais princípios econômicos referem-se a lógicas distintas de ação coletiva, ou as motivações econômicas diferenciadas. Ou seja, as relações propriamente mercantis orientam-se pela lógica da barganha, já as não mercantis, pela redistribuição e as não monetárias pela reciprocidade, conforme definição de Polanyi (1980). Embora se admita um hibridismo de princípios econômicos incidindo nas atividades relativas aos FS é importante ter em conta que não se pode imaginar um equilíbrio estático entre estas diferentes lógicas, sem que uma delas venha a se sobrepor às demais (PINTO, 2006). Por exemplo, no caso das organizações executoras que atuam na perspectiva do microcrédito, poderia se supor que há um predomínio ora da lógica distributivista (não mercantil), característica também e não por acaso da atuação do Estado, ora da lógica da barganha, da preocupação com o retorno e a rentabilidade dos financiamentos.

Os FS e o Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária (SIES)

A centralidade das relações associativas, de reciprocidade, na definição mesma dos FS implica, necessariamente, em situá-lo no âmbito da economia solidária. Hoje a definição do campo da economia solidária na perspectiva da política pública está sendo construída por meio do SIES. Em diálogo com a definição do SIES de empreendimento econômico solidário (EES) ⁸, pode-se afirmar que os FS tendem a se constituir em empreendimentos econômicos solidários complexos.

⁸ “EES são aquelas organizações: a) coletivas: serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes etc.; b) cujos participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) que disponham ou não do registro legal, prevalecendo a existência real; e e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os **fundos rotativos populares**), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário” (Atlas da Economia Solidária – Senaes/MTE, grifos nossos).

Os FS representam uma atividade econômica que se realiza coletivamente, cuja gestão das atividades e dos resultados é exercida coletivamente pelos associados e cujo próprio fundo tende a ser propriedade coletiva dos associados. Além do que, os FS congregam, articulam outras organizações (grupos, associações, ongs etc.). Encontram-se, pois, inseridos em uma rede sócio-econômica solidária que atua horizontalmente na reorganização da produção (bens e serviços) e do consumo em benefício da comunidade.

Ainda segundo o SIES haveria uma diferenciação entre os Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) quanto ao grau de envolvimento dos associados com a atividade fim do empreendimento. Ou seja, haveria, de um lado, EES voltados a gerar benefícios para seus associados, que por sua vez desenvolvem atividades familiares ou individuais que ocupam a maior parte do tempo de trabalho e que representariam a principal fonte de renda. De outro, EES voltados a produzir coletivamente bens ou serviços e que representam a fonte primordial de ocupação e renda dos seus integrantes. Estes últimos apresentariam, por conseguinte, uma maior incidência de trabalho coletivo.

Embora esta diferenciação faça sentido para efeito de tipificação dos empreendimentos⁹, ela carrega um sério risco, que a experiência dos FS ajuda a tornar evidente. Ao se admitir que a experiência da solidariedade e da autogestão seria mais incidente no campo das atividades produtivas, corre-se o risco de reforçar a dicotomia entre produção e reprodução característica do sistema capitalista e de perder de vista a importância do controle pelos trabalhadores associados sobre as atividades reprodutivas. Atividades essas entendidas aqui não apenas no sentido de recriação das condições do chamado "trabalho produtivo", mas principalmente da promoção da "reprodução ampliada da vida", nos termos de Coraggio. Este autor, ao se referir à economia dos setores populares a define exatamente como "o conjunto integrado de múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores (...) um setor da economia que esteja estruturado, organizado e auto-regulado para obter a reprodução ampliada de todos os membros da sociedade" (Coraggio, 2000, p.112).

Em que pese o fato de que as experiências dos FS se situariam na classificação do SIES como EES cuja atividade coletiva aporta benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares de seus integrantes, tais experiências evidenciam como as finanças, no âmbito da economia solidária, não podem ser tratadas de modo subsidiário à produção. Tampouco estas experiências podem ser tomadas como espaços de um solidarismo de baixa intensidade.

As condições para que o trabalho produtivo seja exercido de forma autônoma precisam e devem ser buscadas também de forma coletiva e autogestionária. Sem dúvida, a abstração financeira representa um exercício complexo para os trabalhadores e trabalhadoras associados, acostumados com a objetividade da vida cotidiana. Contudo, as experiências sistematizadas dos FS demonstram a possibilidade do efetivo envolvimento dos trabalhadores associados na gestão das finanças, por meio do qual, como já assinalado, mais do que reproduzir são recriadas as condições para o trabalho produtivo. Neste caso, torna-se difícil estabelecer uma fronteira nítida entre reprodução e produção. Do mesmo modo que se torna simplista e impreciso definir a natureza solidária do empreendimento meramente pela

⁹ "Percebe-se que na concepção do SIES há uma centralidade nas atividades produtivas (de trabalho coletivo) em detrimento de organizações mais voltadas para prestar serviços ou promover o consumo dos sócios. Por isso, um maior equilíbrio conceitual e de caracterização desta diversidade seria mais adequado aos objetivos do SIES. Não seria uma questão eminentemente conceitual e sim de caráter metodológico para a atualização e aperfeiçoamento do questionário e dos indicadores sobre economia solidária" (Schiocchet, 2007a).

quantidade de trabalho despendida ou de renda auferida diretamente na atividade econômica realizada coletivamente.

Analisados sob esses ângulos, as experiências dos Fundos Solidários estão vinculadas à construção de uma outra economia e um outro desenvolvimento com vistas à superação da desigualdade social, da pobreza, da exclusão social. Inseridos nos processos de desenvolvimento local e territorial sustentável, os FS se contrapõem à visão funcional do sistema financeiro capitalista que exclui os atores sociais, a intermediação e seus objetivos focando a sua definição na utilização do dinheiro, sua rentabilidade, seus custos e normatização de controle, entre outros, segundo Franklin Coelho (2003). Importa, pois, avançar aqui na reflexão sobre a estreita relação dos FS com o desenvolvimento local em bases solidárias.

1.2.2 Os Fundos Solidários e o desenvolvimento local/territorial

O modelo hegemônico de desenvolvimento, entre outros aspectos, como afirma Celso Furtado, "se funda na idéia de que a lógica da acumulação, no nível dos sistemas de forças produtivas, deve prevalecer sobre o conjunto de fatores que conformam o processo social" (Furtado, 1998: 69/70).

Diante disso, tomar-se-á como pressuposto teórico-metodológico a "crítica à racionalidade econômica que inspirou o pensamento econômico e as políticas de desenvolvimento hegemônico, que sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção desses bens e valores" (Souza & Rodrigues, 2002:45/48). Essa visão considera que "as sociedades não podem ser pautadas apenas pelos valores materiais – abundância, eficácia, racionalidade –, mas também por uma série de valores não-materiais – éticos e morais, afetivos e lúdicos" (PIRES, 2006: 28).

A literatura tem apresentado o desenvolvimento local com uma série de adjetivos, como integrado e sustentável, endógeno e desenvolvimento territorial sustentável, por exemplo, que revelam uma busca conceitual de significado para o desenvolvimento ou alternativas ao desenvolvimento. O que torna evidente uma disputa entre distintas visões de mundo, interesses ou conflitos nas sociedades (JESUS, 2002; SILVA, 2005: 2) – gênero, raça, etnias, entre outras - e sobre a relação com a natureza.

Para efeito deste trabalho, compartilhar-se-á da idéia de que "o desenvolvimento é um processo que causa ou promove mudança" (JESUS, 2002:74); que transforma as relações sociais, que há distribuição da riqueza e os sujeitos sociais presentes nos processos (...) "participam efetivamente construindo ou se apropriando de meios para transformar a sua própria situação social e contribuindo para as mudanças socioeconômicas necessárias ao conjunto da sociedade" (Op. Cit.:18).

Os FS apontam para uma perspectiva de desenvolvimento local que não apenas se afasta, como se contrapõe à visão do desenvolvimento como mero crescimento econômico, no sentido de fazer crescer capacidades produtivas instaladas, secundado em um padrão de consumo perdulário e desperdiçador, implicando em predação e depredação dos recursos naturais. Afasta-se igualmente de uma concepção de desenvolvimento local/regional, baseada em noções economicistas de "centros dinâmicos" ou "pólos econômicos". Como nos ensina Milton Santos, estas estratégias de "pólos" estabelecem, na verdade, uma relação predatória,

de canibalização dos recursos locais, configurando uma estratificação entre circuitos sócio-econômicos superiores e inferiores.

Como estimulador da mobilização, integração e potencialização de recursos locais, a partir de processos cooperativos e compartilhados entre agentes diversos, voltados à satisfação de necessidades coletivas, os FS tendem a representar uma estratégia exemplar de desenvolvimento local/territorial em bases solidárias. Os FS atuam na reorganização do tecido sócio-produtivo em proveito da própria comunidade. Não se trata apenas do incremento da capacidade produtiva e de agregação de valor pela comunidade, mas também da adoção de tecnologias apropriadas ambientalmente e socialmente densas, além da promoção da cidadania.

A esse respeito vale citar o próprio Comitê Gestor Ampliado do Programa BNB-SENAES a respeito do potencial dos FS. Este potencial estaria na "capilaridade que os fundos possuem e pelo aproveitamento adequado dos recursos disponíveis no local, valorizando estruturas e sinergias existentes. Essa proximidade e a interação que os fundos estabelecem, estimula a integração e o desenvolvimento comunitário. (...) realizam ações que vão além da disponibilização de recursos para investimentos nas atividades produtivas e se estendem à realização de formação social e produtiva, e de mobilização em torno de questões de cidadania, gênero e etnias" (COMITÊ GESTOR, 2007: 4-5).

Dessa forma, o estudo buscará no campo teórico e empírico identificar se as experiências em curso se relacionam e promovem novas dinâmicas e transformações geradoras de emancipação social, liberdade, equidade, conhecimento, equilíbrio ambiental, bem-estar econômico e autodeterminação política, por exemplo. "Pressupõe-se que o objetivo do associativismo entre os pequenos produtores não é apenas organizar ações coletivas para comprar, vender, ter acesso a crédito e trabalhar/produzir, mas também criar, entre os associados, formas de cooperação que perdurem no tempo e obtenham êxito econômico, político e social (SOUZA & RODRIGUES. 2002; ZAOUAL. 2003: 16).

Nos limites deste trabalho, irá também se verificar se as experiências sistematizadas podem ser consideradas como ação pública "entendida no sentido amplo, de modo a cobrir a atividade dos poderes públicos e, mais amplamente, qualquer atividade articulada num espaço público e necessitando de uma referência a um bem comum" (P. Laborier e S.Trom apud FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L; MAGNEN, J.P.e MEDEIROS, A. 2006:12). Sem dúvida, a integração no território dessas atividades, favorecendo a apropriação e o controle de cadeias produtivas a partir de arranjos cooperativos, se apresenta como um grande desafio para as políticas voltadas ao desenvolvimento. Não se trata apenas de disponibilizar os fatores e incentivos produtivos, mas induzir e fortalecer formas integradas e associativas de potencialização desses recursos no território (Pinto, 2005).

A sistematização das experiências de Fundos Solidários se apoiará, portanto, na compreensão que o desenvolvimento local e/ou territorial é um processo endógeno articulado e promovido pela participação cidadã dos atores sociais locais (sociedade civil e governo) que, ao compreenderem e se apropriarem socialmente da realidade dos seus problemas, buscam compartilhar estratégias que transformem coletivamente as condições do presente. Transformem-nas no sentido de gerarem qualidade de vida e dignidade para os cidadãos.

Para efeito desta sistematização, considera-se também que o local ou o territorial está submetido a constrangimentos estruturais que o extrapolam e que, portanto, não podem ser superados somente por estratégias locais. De acordo com Silva (2005:15), "a atomização e o

isolamento dos espaços locais e territoriais inviabilizam o seu desenvolvimento sustentável e solidário. As estratégias de desenvolvimento sustentável devem considerar os imbricamentos entre os espaços locais, territoriais, regionais e nacional”.

Embora isso seja verdade é importante ressaltar pelo menos dois elementos que lançam luz sobre esta necessária imbricação entre local, regional e nacional. De um lado, a própria construção de políticas estruturantes não deve e nem pode prescindir da vinculação com os espaços socialmente construídos, na perspectiva de reconfigurá-los a favor de um desenvolvimento social e ambientalmente justo. De outro, a concepção utilizada aqui de território como espaço socialmente construído, nos termos de Milton Santos, se afasta de qualquer perspectiva localista, pois leva em conta diferentes formas de apropriação do espaço. Consideram-se aí como recortes territoriais os étnico-raciais, culturais, sócio-econômicos, de cadeias produtivas e de relações com determinados biomas etc.

Finalmente, e em consonância com o objetivo da sistematização, antecipa-se que a contribuição para subsidiar a formulação de políticas públicas de finanças solidárias procurará observar a diversidade complexa das experiências, bem como os limites metodológicos a que está submetido o estudo. Como já assinalado, não contamos aqui com informações sobre os impactos produzidos e participação dos beneficiários/usuários diretos. Neste sentido, a análise das experiências dos FS deve ser considerada como indicação, mas do que abordagens conclusivas sobre tais experiências. A análise, apresentada na parte 3 deste relatório, encontra-se subdividida nestes dois grandes campos, quais sejam: “os fundos solidários como instrumento de finanças solidárias” e “os fundos solidários e o desenvolvimento local/territorial”. Da mesma forma, os referenciais aqui trabalhados iluminam a leitura e descrição das experiências apresentadas a seguir.

2. As Experiências Sistematizadas

2.1 Contextualização dos Fundos Solidário: Das Associações de Ajuda Mútua aos Fundos Solidários¹⁰

A partir da segunda metade do século XIX pode-se identificar, dentre um grande número de movimentos sociais, alguns que tinham por finalidade a ajuda, ou socorro mútuo, via de regra com caráter étnico ou corporativo. Exemplo claro de uma multiplicidade de motivações, como a reação ao domínio do latifúndio e a resolução do problema da terra, a superação das condições de miséria e o socorro aos desvalidos, a experiência de Canudos tinha, abstraindo-se o seu caráter místico, ou talvez até realçada por ele, a proposta da ação solidária em busca da fartura.

A partir desse período e com mais vigor no início do século XX, proliferaram no Brasil as entidades de caráter assistencial que viriam prover, ainda que parcialmente, os serviços sociais que o estado brasileiro jamais chegou a oferecer. É nesse período que surgem as Santas Casas, mas também as organizações de ajuda mútua de inspiração anarquista, religiosa ou étnica, trazendo uma prática que era comum nos países de origem das grandes

¹⁰ Nessa parte parece faltar a experiência do sul: cooperativas agrícolas no sul de imigrantes alemães etc. e o fato de que algumas entidades que começaram trabalhar com FS se tornaram cooperativas de crédito e entidades de microcrédito. De certa forma, os primeiros FS contribuíram com a criação dos programas de microcrédito e das cooperativas. Nos últimos anos está se percebendo que microcrédito é insuficiente, que temos que voltar a estimular FS para a população excluída do microcrédito, para fomentar empreendimentos coletivos solidários e para organizar e formar o público para acessar microcrédito. Talvez a introdução precisa comentar sobre isso.

massas de migrantes que chegavam ao Brasil naqueles anos. Em alguns casos, o fluxo de recursos que chegava dos países de origem foi significativo.

Com a Revolução de 30, o estado passa a absorver algumas das funções que eram exercidas por essas entidades, assumindo o seu papel de prover alguns dos serviços sociais básicos e necessários ao processo de industrialização. Com o fortalecimento do nacionalismo e mais tarde com o alinhamento do Brasil às potências em guerra, a repressão às entidades étnicas, principalmente as associadas às comunidades alemã, japonesa e italiana, praticamente extinguiu essas entidades, subsistindo apenas as que se revelaram mais criativas para contornar as proibições.

No período populista que se seguiu à queda do Estado Novo houve uma retomada desses processos autônomos (em relação ao Estado).

Nesse contexto surgem as chamadas Ligas Camponesas, que chegaram a ter grande expressão nos estados de Pernambuco e Paraíba, mas que também existiram em Alagoas, com origem em iniciativas que buscavam superar as dificuldades de sobrevivência de seus membros em uma região dominada pelos senhores rurais, onde eram comuns os atrasos nos pagamentos dos foros e as carências eram grandes desde o momento de adquirir instrumentos de trabalho até o enterro dos mortos que eram feitos em caixões "emprestados". Num primeiro momento, os camponeses até tentaram uma composição com os senhores, como revela a carta de convite ao proprietário do Engenho Galiléia, convidando-o para um cargo honorário na associação:

Prezado Sr.

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, registrada sobre o número 92907 pede vênha para comunicar a Vossa Excelência, que em Assembléia Geral, com o comparecimento de 123 associados, por unanimidade de votos, foste eleito Presidente de Honra de nossa Sociedade, bem assim, viemo-nos em nome da mesma convidar a Vossa Excia. para assistir e tomar posse do referido cargo, em reunião que terá lugar no 1º domingo de julho do corrente ano, e assistir a posse de nosso advogado, Dr. Arlindo Dourado, como também inauguração da escola que receberá o nome de "Paulo Belence". Sem mais para o momento subscrevemo-nos, atenciosamente e obrigado. Assinados a Diretoria. Engenho Galiléia, 5 de junho de 1955. (Arquivo Público Estadual apud MONTENEGRO).

O interessante é que o proprietário, num primeiro momento, aceita o cargo, para depois, evidentemente alertado por seus pares, declinar do cargo e exigir a extinção da sociedade.

Com o golpe militar de 64 a maioria dessas iniciativas é fechada e seus componentes perseguidos. As cooperativas de crédito que existiam em grande número acabaram extintas na reforma bancária que se seguiu.

Outras iniciativas surgem nesse período, como, por exemplo, a mobilização da região do Pajeu, em Pernambuco, onde a ações da igreja, representada por Dom Francisco Austragésilo de Mesquita Filho, conhecido como "Bispo Vermelho", através das CEB – Comunidades Eclesiais de Base onde em 1964 são fundados o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a primeira Cooperativa Mista da Agricultura Familiar. A propósito, cabe salientar a

atuação da Igreja, mais especificamente das CEB, na origem de inúmeras experiências que perduram até hoje, embora grande parte tenha-se dissociado da instituição religiosa.

No começo dos anos 1980, com a redemocratização e a falência do modelo econômico, as crescentes massas de desempregados vêm como alternativa de sobrevivência sem cair em práticas assistenciais, a formação de empreendimentos coletivos (normalmente pequenas cooperativas) que através da solidariedade sejam capazes de realizar mudanças na vida das comunidades. Com a ação da Igreja Católica, mais especificamente através da Cáritas, são criados os Projetos Alternativos Comunitários (PAC). Esses projetos são apoiados principalmente com recursos da cooperação internacional e organismos multilaterais.

Os PAC também tiveram uma trajetória de mudança na sua própria organização e funcionamento. Enquanto inicialmente não havia qualquer compromisso de retorno dos recursos, aos poucos – na década de 1990 – foi sendo discutida a necessidade de que eles fossem partilhados com novos projetos, ampliando seu alcance.

Ainda nesse período, com a redução dos recursos provenientes da cooperação internacional, que começa a criticar a eficiência na utilização dos recursos da cooperação para a redução da pobreza, passou-se a dar ênfase a aspectos como estudos de viabilidade, capacitação para a gestão participativa, tecnologias alternativas e comercialização no que se refere aos projetos produtivos. O modelo é o do incentivo ao empreendedorismo, baseado na experiência europeia do pós-guerra.

Esse foi o período em que prevalece o conceito do microcrédito nos fundos rotativos como forma de dar acesso ao crédito aos pequenos produtores rurais, fornecendo ao mesmo tempo um “suporte técnico-gerencial, portanto trata-se de um crédito orientado” (MEDEIROS & KLEINEKATHOEFER, 2000). Esse conceito mantém a confiança e a solidariedade como garantias de retorno dos créditos concedidos, mas também os instrumentos tradicionais de concessão de crédito e cobrança com taxas de administração, seguro, prazos e penalidades por inadimplência.

A manutenção dos fundos foi considerada essencial pela cooperação. É exigida a devolução de 100% dos recursos destinados aos projetos produtivos, sendo admitida uma devolução menor para projetos de infra-estrutura comunitária e social. Os PAC se concentram em projetos produtivos ou de infra-estrutura vinculados a atividades produtivas. A exceção são projetos de abastecimento de água no Nordeste.

No final da década houve um processo de rediscussão desses critérios. Os processos, semelhantes aos do sistema bancário, são questionados, bem como o papel da Igreja (responsável por grande parte das fontes de recursos da cooperação) na reprodução dos mecanismos de exclusão neoliberal, conforme Bertucci & Silva, 2003. Recoloca-se em discussão o papel dos fundos como iniciativas de apoio a processos de organização e mobilização.

A partir daí, com o fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a discussão sobre os fundos toma outros rumos, com sua caracterização como elemento constituinte deste processo, buscando romper com a lógica mercantil. Em 2003, com a posse de um governo onde estão representados setores populares mais amplos, constitui-se a SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

É nesse contexto que o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, instituído através de convênio entre a SENAES e o BNB e apoiado por um Comitê onde participam, além

do governo, entidades da sociedade civil, promoveu um experimento apoiando 17 projetos. Dessa experiência pretende-se tirar elementos que propiciem a formulação de uma Política Nacional de Apoio a Fundos Solidários.



"A partir dos fundos rotativos e a partir desse trabalho a gente percebe muito fortemente a independência financeira da mulher. O aproveitamento dos quintais, das propriedades ... as mulheres têm se organizado a partir disso"

Maria Leônia Soares da Silva (Lela), Polo da Boborema - PB (Vídeo Seminário Fundos Rotativos no Semi-Árido)

2.2 Descrição das Experiências Sistematizadas

Como sinalizado na metodologia deste trabalho, os dezessete projetos contemplados pelo Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários constituem o eixo desta sistematização. Diante do desmembramento do CREDCIDADANIA (CRED) em dois Fundos Solidários, inserimos a experiência do FS sob a coordenação da Casa da Mulher Nordeste no Sertão do Pajeú de PE.

Os projetos observados apresentam uma realidade comum, pois a maioria deles está situada na região Nordeste do país distribuídos nos estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Bahia, Sergipe, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, além do estado de Minas Gerais. Os projetos apresentam uma similaridade geográfica, demográfica e econômica que provoca demandas muito semelhantes compreendendo financiamentos para demandas coletivas (sociais ou produtivas) em sua maioria na área rural. Apenas três experiências tratam de atividades em áreas urbanas: Fundesol, CRED e Obra Kolping, sendo que as duas últimas desenvolvem ações também no rural.

Outro elemento comum e de suma importância é o fato de que nas experiências rurais há uma relação entre os FS com o desenvolvimento e fortalecimento das tecnologias apropriadas à convivência com o semiárido, contrapondo-se a lógica da luta contra a seca e valorização da identidade cultural, inclusive pelo elemento presente da cultura camponesa de produzir para o consumo e comercializar o excedente. Assim, a maioria das experiências rurais está construindo estratégias de desenvolvimento local, segurança alimentar e agroecologia. As experiências nas periferias das cidades médias (Vitória de Santo Antão/ PE) e em algumas cidades que compõem a Região Metropolitana de Recife e o Grande Bom Jardim em Fortaleza/ CE e Acarape/ CE, pequeno município com presença industrial, estão direcionadas para a geração de postos de trabalho e ao esforço para a manutenção da renda.

2.2.1. Concepção e Institucionalidade das Organizações

As iniciativas sistematizadas possuem como proponentes organizações de diferentes características. Do ponto de vista da natureza jurídica encontram-se associações civis sem fins lucrativos, organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP e sindicais. Quanto a inserção social destas organizações constata-se a presença de organizações ligadas aos movimentos populares (urbanos e rurais), ao sindicalismo rural e, mais direta e predominantemente, a Igreja Católica. Independentes da forma tratam-se de instituições de caráter coletivo que estão articuladas em rede, seja via a ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) seja via o movimento da Economia Solidária.

Percebe-se que as instituições apresentam variadas formas de organização assim como concebem as respectivas ações. Dessa forma, a missão e objetivos das entidades proponentes variam. Mas todas elas – de certa maneira – apresentam compromisso com a emancipação social. Quatro entre as instituições (POAB, PATAC, AREFASE E CAATINGA) consideram o desenvolvimento de organizações (familiares ou não) agrícolas através da agroecologia fundamentos importantes para suas práticas; a Obra Kolping foca a viabilização de projetos de geração de renda e auto-organização dos trabalhadores; o CRED busca potencializar a poupança coletiva e apoio a formas associativas e solidárias; e a Fundesol busca viabilizar a proposta de desenvolvimento local através das microfinanças solidárias. As entidades de cunho religioso baseiam suas ações numa perspectiva de defesa da vida promovendo e animando uma solidariedade libertadora e construindo uma sociedade sustentável e democrática a serviço dos excluídos; as entidades oriundas do movimento sindical pretendem lutar pelos direitos dos trabalhadores contribuindo para organização dos agricultores e com isso romper com o isolamento dos sindicatos. Por fim, destacam-se duas particularidades entre as instituições proponentes dos FS, uma é a ASEVI que busca garantir os direitos de crianças, adolescentes, jovens e famílias que vivem em circunstâncias de risco e vulnerabilidade social na região agreste de PE e a outra é a CMNE que tem como missão o empoderamento econômico e político das mulheres a partir da perspectiva feminista, buscando fortalecer a organização produtiva e ampliar a representação política nos espaços de poder.

Observa-se que três organizações explicitam o desenvolvimento rural sustentável como seus objetivos (PATAC, Caatinga e Diaconia) e a Fundesol e Cáritas-SE têm como finalidade o desenvolvimento sócio-econômico local.

Uma questão de destaque que aparece nos documentos vistoriados e que realçamos aqui é o fato de que as instituições que estamos tratando possuem história no trato com fundos rotativos, fundos comunitários e fundos solidários. A partir dos documentos, percebe-se que tais iniciativas existem desde o início da década de 1980. Grande parte das experiências pioneiras é aquela acompanhada pelas instituições religiosas.

A Cáritas aparece, entre as entidades, como a instituição que há mais tempo pratica iniciativas de FS. Em 1982, um Fundo Rotativo (FR) Regional foi viabilizado pela Cáritas do CE que visava a ampliação das diferentes práticas econômico-solidárias e a melhoria da vida para a população excluída. Da mesma forma, em 1984 a Cáritas de MG desenvolvia um Fundo de Projetos. A partir de 1987 a Diaconia desenvolvia os fundos solidários com o Programa de Apoio a Agricultura Familiar. Além dos projetos já citados, as Cáritas (CE, SE, PI) e Diocese de Bonfim administraram os fundos de mini-projetos que sustentavam os Projetos Alternativos Comunitários (PAC) que visavam apoiar a agricultura familiar e as organizações coletivas de trabalhadores. Também a AREFASE, a Caatinga, a CEDAPP, POAB, FUNDESOL, STR Varzelândia, ASEVI e CRED desenvolveram projetos de fundos solidários¹¹ que potencializaram práticas de convivência com o semiárido, de combate à pobreza e geração de trabalho e renda. Finalmente, ainda foram propostas de interesse das entidades os projetos de infra-estrutura hídrica (AREFASE, Cáritas-CE, PATAAC, PROAB e Bonfim); os projetos de micro-crédito (Obra Kolping, Cáritas-MG, FUNDESOL, FSCJ e CRED) e Cooperativa de Crédito Solidário – ECOSOL (Bonfim).

Continuando sobre a concepção das organizações proponentes dos fundos, vale situar os objetivos que as mesmas propõem para os FS quando da apresentação dos projetos ao BNB. Como são iniciativas distintas, apresentam objetivos também distintos, por isso é necessário considerar – de forma sintética - cada uma das intenções:

A AREFASE: apoiar projetos produtivos dos jovens estudantes do ensino médio e profissionalizante da EFASE;

A Cáritas - CE: refletir sobre agrobiodiversidade e a autonomia dos trabalhadores através da implantação de casas de sementes comunitárias;

Obra Kolping: contribuir para a melhoria das condições de vida, sociais e econômicas de diversos produtores e prestadores de serviço no âmbito da geração de renda, auto-organização e criação de postos de trabalho;

Cáritas - MG: incentivar a criação e o desenvolvimento de oportunidades de trabalho, renda e segurança alimentar envolvendo grupos associativos e comunitários de agricultores familiares, bem como a organização de redes de comercialização e consumo solidário entre os beneficiários como forma de estimular a multiplicação de práticas de solidariedade e de cooperação;

Cáritas - SE: contribuir para o surgimento e fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária e promover o desenvolvimento local, sustentável e solidário tendo em vista espaços de comercialização para escoamento da produção, articulação entre os empreendimentos, o fomento de cadeias produtivas e formação de redes, formação e capacitação para produção, gestão, comercialização, democratização do acesso ao crédito etc. Assim, consolidar a cultura de convivência com o semiárido resgatando a cultura local e contribuindo para a formulação de políticas públicas de fomento à economia solidária.

¹¹ Programa Cabra Solidária (AREFASE); Fundo Rotativo Solidário e Agroecológico (Caatinga); Fundo Solidário (CEDAPP); 406 grupos de FS (POAB); Fundo Rotativo na favela Pantanal – uso cartão de crédito solidário (FUNDESOL); Fundo Solidário (STR Varzelândia); Fundo Rotativo Comunitário (ASEVI); Fundos Comunitários no município de Limoeiro com a Associação das Catadoras de Lixo, o Grupo de Mulheres Pescadoras de Goiana e o Grupo de criação de galinha de Matriz da Luz (CRED).

Caatinga: gerar emprego e renda para famílias agricultoras no território do Araripe - PE, através da estruturação de sistemas produtivos familiares em bases agroecológicas. Para tanto, é necessário fortalecer o sistema de crédito solidário, as organizações dos agricultores/as, os processos de comercialização local dos produtos da agricultura familiar tendo em vista a implantação e disseminação de tecnologias e sistemas adaptados para o desenvolvimento da agricultura familiar no semiárido;

CEDAPP: reduzir a reprodução de pobreza e miséria presentes na região rural do agreste pernambucano, através do projeto de caprinocultura e do projeto de construção de um Banco de Sementes (preservação das sementes crioulas) possibilitando melhoras no nível alimentar (Segurança Alimentar), fortalecer a organização comunitária e garantir condições de permanência das famílias na região em questão;

Diaconia: contribuir para a constituição de fundos solidários comunitários a partir de uma ação local integrada de produção agroecológica melhorando a segurança alimentar e a geração de renda de forma a transformar as condições de vida e a solidariedade entre as famílias agricultoras beneficiadas. Desenvolver planejamento e intervenção que integre as ações ao agro ecossistema visando conservação dos recursos naturais;

CRED: formar e utilizar poupança coletiva com a finalidade de fornecer crédito desburocratizado e com taxas de juros abaixo das praticadas pelo mercado aos grupos da economia popular solidária;

POAB: promover e viabilizar práticas de desenvolvimento agroecológicas voltadas para a sustentabilidade técnica, econômica e sócio-ambiental dos sistemas agrícolas familiares no agreste paraibano, através da constituição de fundos de crédito rotativo com gestão compartilhada nas comunidades;

PATAC: contribuir para a consolidação de políticas públicas que reconheçam as iniciativas e empreendimentos de gestão coletiva e solidária no sentido de promover o desenvolvimento rural sustentável tendo como foco o fortalecimento da agricultura familiar agroecológica, a inclusão social e melhoria da qualidade de vida e de renda das famílias agricultoras do semiárido;

Diocese de Bonfim: ampliar e fortalecer do fundo rotativo solidário da associação "Obras Sociais" da diocese de Bonfim e Asa Regional e, assim, fortalecer as organizações sociais, a autonomia local e a consciência de classe dos grupos apoiados, gerar renda complementar para as comunidades apoiadas; incentivar a articulação das entidades camponesas e urbanas, bem como a valorização da cultura popular sertaneja;

Cáritas - PI: dar continuidade às ações do projeto "fecundação" concretizando a proposta de educação para a convivência com o semiárido, com o incremento nos eixos de produção e recursos hídricos para a ampliação da Economia Popular e Solidária viabilizando a comercialização da produção dos grupos beneficiados;

Fundesol: promover o acesso a recursos financeiros e à assistência técnica e social para a criação e consolidação de três arranjos produtivos solidários previstos para o desenvolvimento do Grande Bom Jardim, potencializando a autonomia econômica, a equidade de gênero das famílias em situação de pobreza e o respeito aos ecossistemas. Constituir uma rede de colaboração mútua com instituições públicas e privadas

buscando garantir a efetividade dos direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

STR Varzelândia: desenvolver nas comunidades João Congo e Caatinga ações de convivência com o semiárido e produção de alimentos agroecológicos, visando a segurança alimentar, a geração de renda, o fortalecimento das organizações comunitárias locais e a construção de estratégias de enfrentamento da situação de miserabilidade agravada pela seca e o acesso aos direitos sociais básicos;

ASEVI: combater a desnutrição e a mortalidade infantil incentivando o associativismo e o trabalho coletivo promovendo a sustentabilidade das atividades produtivas visando a melhoria da renda e buscando alternativas de convivência com o semiárido. Dessa forma, o fundo deve possibilitar a inclusão de novas famílias aos projetos apoiados e criar uma rede de solidariedade entre beneficiários;

FSCJ: aumentar e diversificar a produção agrícola das famílias associadas, para consolidar e fortalecer a pertença dos sócios a Coopeagro com ações que visem gerar renda estável e favoreçam uma vida digna, bem como a permanência da família na área rural.

Os projetos apoiados pelos Fundos buscam responder a determinadas demandas econômicas e sociais de cada local. A seguir, apresenta-se a relação dos investimentos na produção e na infra-estrutura econômica e social pelos FS: caprinocultura (AREFASE, Cáritas - MG, Cáritas - SE, CEDAPP, Diaconia, Cáritas - PI, ASEVI, Bonfim e FSCJ); apicultura (AREFASE, Cáritas - MG, ASEVI, Caatinga, Diaconia, PATAC, Diocese de Bonfim, Cáritas - PI e FSCJ); melicultura (PATAC); piscicultura (AREFASE, Cáritas - MG, ASEVI, Bonfim, SRT Varzelândia e FSCJ); avicultura (AREFASE, ASEVI, Cáritas - MG, Diaconia e FSCJ), beneficiamento de produtos agroecológicos (Oba Kolping, Cáritas - SE, CRED, PATAC, Diocese Bonfim, CMNE); casas de sementes (Cáritas - CE, CEDPP); ovinocultura (AREFASE, Cáritas - PI e Obra Kolping); derivados da mandioca (Cáritas - MG, Diocese Bonfim); recursos hídricos (CAATINGA, PATAC, FSCJ); horticultura e fruticultura (AREFASE, Cáritas - MG, SRT Varzelândia e CMNE); derivados da cana (Cáritas - MG, SRT Varzelândia); fornecimento de refeições - serviços (obra Kolping, CRED); confecção (CRED, FUNDESOL); reciclagem (CRED); alimento (FUNDESOL); cultura (FUNDESOL), artesanato (Cáritas - MG, Cáritas - SE, CRED e CMNE) e bovinocultura (Obra Kolping).

Vale destacar que a abrangência de cada um desses projetos envolve áreas mais extensas e não centralizadas em determinada localidade. Segue a lista dos empreendimentos com o respectivo alcance e beneficiados:

ENTIDADE	BAIRRO/COMUNIDADE	MUNICIPIOS	UF	N. BENEFICIA-DOS
AREFASE				Não apresentou relatório
Cáritas - CE	17 comunidades: Penanduba, Mil Passos, São Vicente, EFA, Bueno, Tinguijabo, Minador, Várzea do Toco, Casa de Pedra, Coqueirinho, Morada Nova, João José, Lagoa do Teixeira, Missi, Muquém, Batateira e Pinga.	14 municípios: Crato, Tianguá, Irauçuba, Carius, Independência, Camaubal, Fortim, Aracati, Russas, Irauçuba, Acopiara, Frecheirinha, Bela Cruz, Várzea Alegre	CE	947 agricultores nas variadas atividades do projeto.
Obra Kolping;	06 comunidades: Cantagalo, Saco dos Henriques, Curralinho, Riacho dos Barreiros, Sítio Pereiros.	04 municípios: Vitória de Santo Antão, Flores, Triunfo; Acarape	PE / CE	72 famílias; 304 pessoas
Cáritas - MG				Não apresentou relatório
Cáritas - SE	Sem informação	6 municípios: Cristinápolis. Estância, Arauá, Indiaroba Salgado, Poço Verde;	SE	10 grupos
Caatinga	Sem informação	4 municípios: Ouricuri, Bodocó, Santa Cruz e Filomena;	PE	53 famílias componentes de 35 organizações rurais: uma cooperativa e 34 associações
CEDAPP,	11 comunidades: Sítio de Riacho do Mel, Sítio Cafundó, Sítio Campo do Magé, Sítio Retiro, Sítio Bom Sucesso, Sítio São José dos Campos, Assentamento Fazenda Ouro, Sítio Gritos, Sítio Laranjo, Sítio Pacheco e Sítio Duas Serras.	07 municípios: Arcoverde, Alagoinha, Jataúba, Belo Jardim, Tupanatinga, Pesqueira e Poço	PE	237 famílias diretamente. Indiretamente 1.185 pessoas
Diaconia	24 comunidades RN: Pedra I, Diamantina, Baixa Grande, Mirandas, Abderramant, Rodeador, Caiçara, Cajazeira, Cachoeira, Lages, Santo Antonio, Cacimba do Meio, Campos, Sítio Chapéu, Exu, Teixeira, P.A. Ursulina, Bela Vista, Cachoeira II, Boagua, Serigada, Murici, Gangorra, P.A. (assentamento) Divinópolis. 27 Comunidades PE: São Pedro, P.A. Lagoa da outra banda, Mundo Novo, Cabeça de Cavalo, Barreiros, Serriha, Encanto, Grossos, Varzinha de Grossos, Santo Izidro, Retiro, Pitombeira, Santo Antonio II, Curral Velho, Carnaubinha, Pau Ferro, Caiçara, Baixio, Mulumbu, Queimadas, Riachao I, Riachão II, Santa Rita, Curralinho, São Pedro, Ipoeira, Jatobá, Juazeirinho, Logradouro dos Danieis, Cantinho, Queimada de Zé Vicente, São Miguel.	06 Municípios: RN: Umarizal, Lucrecia, Rafael Godeiro e Caraúbas; PE: Afogados da Ingazeira e São José do Egito no Sertão do Pajeú.	RN PE	24 Associações e 93 famílias de agricultores/as Beneficiários diretos 31 famílias no RN e 51 em PE.
CRED	Sem informação	10 municípios: Região metropolitana: Recife, Igarapu, Paulista, Camaragipe, Jaboatão, Cabo de Santo Agostinho. Zona da Mata Norte: Goiana.	PE	142 trabalhadores 18 grupos produtivos.
POAB	Sem informação	8 dos 17 municípios na área de abrangência do Pólo	PB	72 famílias

		(Areal, Lagoa Seca, Massaranduba, Remígio Solânea, Queimadas, Alagoa Nova, Serra Redonda);		
PATAC	10 comunidades: Massapé, Puleiros, Lajeado de Timbauba, Campo Comprido, Cipriano, Pinhões, Capoeira, Santa Cruz, Lagoa, Floresta,	14 municípios: Picuí, Cuité, Nova Pamera, Santo André, Gurjão, São Vicente do Seridó, Olivedos, Soledade, Pocinhos, Juazeirinho, Cubati, Boqueirão, Barra de Santana, Barra de São Miguel.	PB	83 famílias
Diocese Bonfim	4 comunidades: Alagadiço do Henrique, Genipapo, Nova Vida, Caraíba	4 municípios: Campo Formoso, Jaguarari, Cansação, Andorinha	BA	360 famílias
Cáritas - PI	Sem informação	2 municípios: São Raimundo Nonato e Coronel José Dias;	PI	Não especificado
Fundesol	Grande Bom Jardim (formado por cinco bairros)	Fortaleza	CE	Não especificado
STR Varzelândia	Comunidades de João Congo e Caatinga	Varzelândia	MG	8 famílias na piscicultura; 22 famílias nas roças comunitárias; 30 famílias – hortas.
ASEVI	23 comunidades: Sítio Serrinha, Sítio Sobrado, Sítio Lagoa do Negro, Malhada Branca, Sítio Angélica, Sítio Queimadinha, Sítio Farçola, Sítio Alto dos Paulos, Sítio Xerém, Sítio Lagoa de Fora, Sítio Pedrinhas, Sítio Cumbre, Sítio Quilombola, Sítio Porão, Sítio Gravatazinho, Sítio Mocó, Sítio Barra do Pico, Serra Baixa, Gameleira de Dentro, Sítio Charco, B. Nome de Sta. Luzia, Sítio Jardim e Mocó III.	Buíque	PE	476 famílias (média 4 pessoas por família)
FSCJ	Sem informação	Maragogi	AL	Sem informação
CMNE	05 bairros: Bairro São Sebastião, Caldeirão Dantas, Monte Alegre, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Santo Antonio de Coroas.	03 municípios: Sertão do Pajeú: Afogados da Ingazeira, Tabira e Triunfo.	PE	5 grupos de mulheres da área urbana e rural - Aproximadamente 55 mulheres

Considerando os tipos de projetos apoiados, os favorecidos com os FS são na maioria trabalhadores da agricultura familiar e camponesa contemplando também trabalhadores de outras atividades de produção e serviços em áreas rurais e em áreas urbanas, a exemplo da Obra Kolping, da Fundesol e do CRED. Existem projetos que requisitam que os trabalhadores estejam organizados em empreendimentos coletivos / solidários, é o caso da Cáritas - CE, do CRED e da FSCJ. Situações peculiares são da CMNE que privilegia atender grupos de mulheres e da AREFASE que dá atenção para jovens alunos da EFASE.

2.2.2 Ambiente Institucional

Para figurar o processo de gestão dos fundos solidários consideram-se quatro processos e/ou técnicas que permitem vislumbrar a dinâmica de gestão adotada pelas instituições executoras. São elas: captação de recursos, usos dos recursos, contrapartida e taxa administrativa.

A captação de recursos considera a mobilização de recursos para aplicar no objetivo fim – no caso os Fundos Solidários. Como foi visto anteriormente, grande parte das instituições proponentes possui uma história em gestão de projetos que inclui os Fundos e assim desenvolveu uma capacidade de captar recursos para execução dos mesmos de diferentes formas e recorrendo as fontes oriundas da cooperação internacional, do estado e de doações diversas da sociedade civil.

Além dos recursos potencializados pelo Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários BNB/ SENAES, as entidades já contavam com outros recursos, como se pode verificar a seguir: AREFASE - após o primeiro ano o FS vai contar com as devoluções realizadas pelos alunos(as); Cáritas - CE - Se apóia no Programa de Convivência com o Semiárido (PCSA); Obra Kolping - possui parceria com fontes da cooperação internacional como as doações recebidas das Famílias Kolping da Alemanha, além do Fundo Regional de Devolução de Projetos da Obra Kolping ; Caatinga – possui uma carteira de crédito ativa e conta com cooperação internacional; CEDAPP - tem como parceiros entidades da cooperação internacional e governos do Estado e Federal. Diaconia – apoio do Instituto Xingó do Governo Federal; CREDCIDADANIA - administra os recursos retornáveis dos créditos e apóia-se em parcerias consorciadas, de Prefeituras municipais, cooperação internacional, doações e aplicações financeiras; PATAC – programa de micro-crédito; Diocese Bonfim – possui fundo anterior ao projeto atual; STR Varzelândia - arrecada contribuição dos trabalhadores sindicalizados; ASEVI – constitui um pool de entidades parceiras (Diocese de Pesqueira, CEDAPP, Paróquia de São Félix, SENAR, IRPAA, ANDRI por extensão Rádio Jornal de Pesqueira, Prefeitura de Buíque, Centro Pastoral de Buíque, Pastoral da Criança, Conselho Municipal de Direitos).

Contudo, as sete entidades restantes contam apenas com os recursos provenientes do Programa apoiado pelo BNB e Senaes, nesta fase experimental. É importante salientar que a captação de recursos, de acordo com o que deixa transparecer os registros consultados, não é de ordem estritamente financeira, como por exemplo, a cessão de espaços físicos cedidos por órgãos públicos locais, divulgação nos meios de comunicação, o que revela uma capacidade de articulação social significativa.

No que diz respeito ao uso dos recursos, as entidades têm praticado: 1) na retro alimentação dos fundos (AREFASE, Obra Kolping, Caatinga, ASEVI, FSCJ, Diaconia, PATAC, Bonfim, Fundesol, CMNE – a partir da autonomia do CRED - e CEDAPP); 2) depende da deliberação coletiva da comunidade beneficiada (CRED e Cáritas - SE) e; 3) na transformação dos recursos monetários em recursos não monetários (equipamentos sociais) a exemplo da Cáritas – CE.

Existe uma carência de informações a respeito da taxa administrativa. A maioria das instituições não apresentou dados suficientes para esclarecer essa questão. Porém entre as poucas instituições que informara algo encontram-se: a Cáritas - CE que alega não existir taxa de administração do fundo; a Obra Kolping, POAB, CRED, ASEVI e a Caatinga que aplicam a taxa de administração nas despesas operacionais do FS, sendo que o CRED e ASEVI também declaram que a utilizam com atividades de mobilização, capacitação e visitas.

As entidades selecionadas pelo Programa se responsabilizaram com a contrapartida, de acordo com as exigências do edital (2005), oferecendo corpo técnico para programar e acompanhar as experiências potencializadas (Cáritas - CE, Caatinga, CEDAPP, Puba, Pata, Diocese Bonfim, Cáritas - PI, ASEVI, FSCJ, CRED e CMNE), doações de terrenos para construções de futuros projetos (AREFASE, CEDAPP), trabalho comunitário via mutirões (AREFASE, Cáritas - CE, Pata, ASEVI, FSCJ), formação - beneficiamento, comercialização e manejo (Caatinga, POAB), estrutura física - equipamentos, veículo automotor, material de expediente, espaço físico, etc. (PATA, CEDAPP, Cáritas - PI, FUNDESOL, STR Varzelândia, FSCJ), parcerias (CEDAPP, Diaconia, Cáritas - PI, STR Varzelândia), organização de feiras de comercialização (Bonfim), bem como construção de espaço de comercialização (Cáritas - PI) e intercâmbio entre os grupos da região (POAB).

Diante dessa verificação, fica claro que as instituições beneficiadas configuram suas contrapartidas através de recursos não monetários.

2.2.3 Gestão dos Projetos

Para discutir a gestão dos projetos considera-se os seguintes indicadores: controle social, formas de acesso, critérios de acesso, modelo operacional e acompanhamento.

Como foi relatado antes, os FS são constituídos em parte com recursos públicos, pois existem outros recursos alocados. O controle social não é importante apenas para controlar os recursos, diante do que se entende sobre os FS. Assim, o controle social trata-se de um elemento fundante também da reciprocidade ocorrida no processo. Embora a maioria dos FS considere um controle social de forma organizada e coletiva, existem práticas diferentes a respeito do mesmo. Existem FS que aderiram a um controle constituído por uma equipe da diretoria (ou delegada pela diretoria) da instituição proponente e pela equipe técnica que acompanha os projetos (AREFASE, ASEVI - delegada pelo conjunto das associações e FSCJ - possui um cadastro acompanhado pela equipe responsável); Existem fundos em que os beneficiários deliberam em espaço coletivo de uma comissão representativa (conselho, comissão, comitê, etc.) para acompanhar os projetos e exercer o controle social (Cáritas - CE, Cáritas - SE - um representante de cada empreendimento e um representante da Cáritas, Caatinga - formado por 2 membros de cada Associação, CEDAPP - Cada comunidade é acompanhada pelo seu grupo gestor; Diaconia, POAB, Fundesol, STR Varzelândia, CMNE, Pata, Bonfim); Por fim, existem os FS acompanhados por formas mais diretas de participação via assembleias e plenárias, por exemplo, CRED e Cáritas - PI.

O acesso ao Fundo é estabelecido pelas mais diferentes formas. Há aqueles que realizam atividades de sensibilização em espaços diversos, tais como Cáritas - CE e Cáritas - MG, existem os acessos aos FS que ocorrem por indicação dos associados das associações vinculadas à entidade proponente (Caatinga, ASEVI) ou ainda, pelo fato de ser um associado da entidade proponente (Obra Kolping¹², FSCJ e CMNE). Além desses casos, os demais apresentam situações próprias, como: Para a AREFASE só os alunos da EFASE têm

acesso ao FS; Cáritas - SE - empreendimentos de economia solidária diagnosticados através do mapeamento de economia solidária (SIES); Para o CEDAPP as famílias a serem beneficiadas são aquelas que participam do curso de convivência com o semiárido (criação de cabra e criação de animal) e que participaram do diagnóstico e planejamento participativo; A Diaconia utiliza as indicações deliberadas pelo Fórum de Políticas Públicas e/ou do Conselho de Desenvolvimento Municipal; CRED - grupos produtivos já apoiados pelas entidades consorciadas; POAB - através da comissão temática do Pólo e comissão municipal; Cáritas - PI - grupos já identificados pelos trabalhos na comunidade; FUNDESOL - crédito é concedido através da formação de grupo de 3 a 12 pessoas e sua participação no Curso de Criação de Novos Negócios; SRT Varzelândia - diagnóstico participativo;

Para ter ingresso no FS, as iniciativas devem seguir critérios de acordo com as exigências dos respectivos FS. Embora com propostas distintas entre as entidades, observa-se que os critérios complementam as formas de acesso ao fundo. Dessa forma, as instituições executoras de uma maneira geral definem critérios para ter acesso ao FS, como: a relação com alternativas de desenvolvimento ambiental sustentável; a motivação e engajamento participativo, participar de mobilização comunitária; interesse dos usuários em introduzir e aperfeiçoar tecnologias adaptadas ao semi-árido e a agroecologia. De modo geral, os fundos se dirigem a atender grupos e famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Já o modelo operacional de cada FS não pode ser sintetizado porque apesar de muitas das atividades realizadas serem congruentes, elas apresentam uma singularidade na execução do fundo que não pode ser confundida. É por isso que - para melhor compreensão - o quadro, abaixo, é ilustrativo das informações a esse respeito tal e qual apresentada pelas entidades.

AREFASE - o compromisso de devolução dos recursos é baseado em equivalência produto. De acordo com o produzido (carne, peixe, mel, frutas) tem-se um acréscimo de 1% ao ano para garantir perdas (sazonalidade ou financeira) e a devolução é parcelada (no máximo até dois anos) de acordo com a atividade e seu grau de rotatividade;

Cáritas/CE - A assembléia de sócios define o funcionamento e os critérios de participação. A proposta é que o grupo defina como e em que prazo se dará a devolução em quantidades de sacas de legumes. Os legumes são convertidos em valor monetário para reinvestimento na casa de sementes;

Obra Kolping - sem informação.

Cáritas/SE - a devolução ocorre sob a forma de acompanhamento a outros empreendimentos do município; sob a forma de ações comunitárias; sob a forma de recurso financeiro devolvido ao fundo. Repasse dos recursos financeiros, conforme estudo de viabilidade e o planejamento de cada grupo;

Caatinga - A carteira de crédito do FS tem três linhas de financiamento: 1) Projetos Produtivos; 2) Projetos de Infra-estrutura e 3) Projetos Especiais. Para cada linha um tipo de prazo, carência e taxa de juros (calculados sobre o saldo devedor). É cobrada multa por inadimplência. Para os projetos financiados com os recursos do BNB /Senaes há 1% ao mês de taxa de juros com uma carência de 2 anos para pagar a primeira parcela. O recurso é reembolsado integralmente para o Fundo de forma monetária.

CEDAPP - Cada família encaminha primeira cria fêmea para o CEDAPP que a repassará para outra família. Banco de sementes: a comunidade beneficiada participará ativamente da construção através de mutirões e fornecendo recursos disponíveis no local. O

Fundo Solidário Comunitário tem duas linhas de apoio com formas de devolução diferentes. Projeto Cisternas: devolução entre 10% a 30% até 3 anos; Projetos de Produção: devolução de 50% a 100% até 3 anos. As devoluções não são necessariamente monetarizadas (animais, produtos derivados, trabalho e outros). Cada Fundo tem uma conta bancária e as comunidades decidem onde e como investir o reembolso.

Diaconia - a devolução é de 100% do investimento no caso de ovino-caprinos e galinha caipira para a AASP (Associação Agroecológica do Sertão do Pajeú-PE); no caso da apicultura o recurso será devolvido para a APOMEL que converterá em equipamentos para novas famílias. Isso foi deliberação do Fórum e do Conselho de Desenvolvimento. Existem outras formas de devolução, como: 10% do valor sendo 5% para as comunidades que pertencem às famílias e 5% para os Conselhos (banheiros redondos, cisterna calçadão e barragem subterrânea). Cisterna de captação de telhado (12 mil litros) - devolução de 50% para a Associação. APICULTURA - dois anos de carência e três anos para pagar o valor investido; O pagamento poderá ser em dinheiro ou mel; APOMEL receberá o repasse. GALINHA DE CAPOEIRA - um ano de carência e dois anos para pagar; A devolução poderá ser em dinheiro ou aves no início de postura; AASP-Associação Agroecológica do Sertão do Pajeú (PE) e AAOEVE – Associação Agroecológica Oeste Verde (RN) receberão o repasse. CAPRINO/OVINO - um ano de carência e dois anos para pagar; A devolução será em animais com mais de 6 meses ou em dinheiro; Receberão o repasse a AASP (PE) e AAOEVE (RN).

CRED - é meta do projeto um retorno de 20% dos recursos para o FRS após um ano da transferência. Retorno monetário com prazos diferenciados de carências e amortizações.

POAB - a devolução é definida nas reuniões dos grupos temáticos com as comissões municipais e com a ASPTA, ONG que dá apoio técnico e metodológico à POAB, em geral o retorno é em tela e em material. As telas são construídas pelos próprios moradores.

Cáritas/PI - no relatório parcial, é mencionado que a equipe da Cáritas orienta os grupos sobre a devolução dos recursos do fundo (prazos e volume da dívida indexada ao salário), mas não especifica como se dá o retorno. A devolução pelo Projeto Fecundação é a seguinte: beneficiamento de cultivo de caju (devolução 100%); criação de animais (devolução de 60%). Para as cisternas a devolução é de 40%, com prazo de 2 anos.

Fundesol - o retorno é rotativo, escalonado e progressivo, pois as pessoas não recebem um único empréstimo, recebem, pagam, recebem e assim sucessivamente. O crédito é oferecido escalonadamente, ou seja, o primeiro integrante recebe e quando paga a primeira prestação o segundo recebe o seu financiamento. A cada novo ciclo do crédito, o valor é acrescido de 10% sobre o financiamento anterior, até atingir R\$ 2.000,00. O número de prestações de cada crédito é o número de financiamentos menos um. Para os casos de inadimplência ou perda parcial ou total, a Fundesol incorporará as pessoas em seu banco de trabalho/horas. Não está claro se a devolução é parcial total, bem como quais são prazos e juros.

SRT Varzelândia - os valores a serem financiados e o incentivo (rebate) variam de acordo com a proposta apresentada. Apicultura devolve 80% do valor financiado, roças comunitárias 60% de devolução;

ASEVI - Quando o Fundo é composto por animais, eles são repassados (cria fêmea) para as novas famílias previamente selecionadas.

FSCJ - A devolução será em produtos agrícolas, filhotes, etc.

O quadro abaixo permite melhor visibilidade do processo de operacionalização dos FS:

Entidade	Forma de repasse e devolução	Juros	Prazos
AREFASE	Não apresentou relatório	Não apresentou relatório	Não apresentou relatório
Cáritas/CE	Produto (reconversão posterior em valor monetário pelo FS)	Deliberado em assembléia de sócios	Deliberado em assembléia de sócios
Obra Kolping	Monetário	Não especificado	Não especificado
Cáritas/MG	Não apresentou relatório	Não apresentou relatório	Não apresentou relatório
Cáritas/SE	Monetário e trabalho (acompanhamento de empreendimentos e ações sociais)	Conforme estudo de viabilidade de cada grupo beneficiado	Conforme estudo de viabilidade de cada grupo beneficiado
CAATINGA	Monetário	1% ou 1,5 % a.m. dependendo da natureza do projeto	Dependendo da natureza do projeto. 1º empréstimo até 24 meses e 2º empréstimo até 42 meses.
CEDAPP	Em dinheiro, ou produto, ou trabalho	Não especificado	3 anos
Diaconia	Em dinheiro, ou produto.	S/ Juros	Até 4 anos, dependendo da natureza do projeto.
CRED	Monetário	1% a.m.	Depende do plano negócio
POAB	Produto, Trabalho	Cada grupo definirá os termos de seu acordo conforme a realidade local.	Cada grupo definirá os termos de seu acordo conforme a realidade local.
PATAC	Em dinheiro, ou produto, ou trabalho.	Sem juros	Depende do projeto
Diocese Bonfim	Sem retorno	Não se aplica	Não se aplica
Cáritas/PI	Monetário	Sem juros	Até 2 anos
Fundesol	Monetário	Até 2% a.m.	Não especificado
STR Varzelândia	Monetário	Depende da natureza do projeto	Depende da natureza do projeto
ASEVI	Produto	Não especificado	Não especificado
FSCJ	Produto	Não especificado	Não especificado
CMNE	Monetário	Não especificado	Não especificado

Segundo informações das entidades AREFASE, Cáritas - CE, Obra Kolping, Caatinga, CEDAPP, PATAC, Diocese Bonfim, Cáritas - PI, ASEVI, FSCJ e CRED o acompanhamento aos grupos beneficiados pelos Fundos Solidários ocorre através de visitas técnicas e pela diretoria ou comissão deliberada pelo FS. O que quase não foi especificado foi sobre a regularidade que tais visitas costumam acontecer, salvo pela Cáritas - PI que informou realizar visitas mensais às experiências. Outros espaços ou momentos de

acompanhamentos também foram apontados, como: reuniões com os envolvidos (Caatinga, POAB), palestras informativas (Fundesol) e ainda acompanhamento via comissões de acompanhamento (Cáritas - SE, Diaconia e POAB).

O planejamento, monitoramento e avaliação (PMA) são etapas complementares e importantes para conseqüente gerenciamento e adequação do projeto à realidade local. Para apurar tal processo, coletamos informações do material vistoriado como: instrumentos de monitoramento e participação dos beneficiários.

Para conduzir os monitoramentos dos projetos, também são consideradas as visitas técnicas (AREFASE, Cáritas - MG, POAB, Fundesol, CMNE) já mencionadas. Encontros, reuniões e oficinas igualmente são utilizados para potencializar o PMA (Cáritas - CE, Caatinga, CRED, Pata e Fundesol) e cabe destacar as instituições CRED, Caatinga, Diaconia e Fundesol que promovem espaços representativos (assembléias, conselho, comitê, comissão) entre os envolvidos para acompanhar as etapas do PMA. Outra particularidade desse momento é que algumas instituições elaboraram indicadores para melhor visualizar o processo, permitindo também maior organicidade no que se pretende alcançar (Cáritas - SE, Caatinga e ASEVI). Para finalizar, configuram os registros documentais como relatórios e boletins de sistematização (CEDPP, POAB, Diocese Bonfim, Cáritas - PI, Fundesol e CMNE).

No que diz respeito à participação dos beneficiários, percebe-se existir várias formas de participação, mas duas especificamente se destacam: a primeira condiz com um processo bastante participativo, onde os beneficiários são chamados deliberar em todos os momentos históricos vivenciados pelos FS (CRED, Caatinga, POAB, CEDAPP, PATAC, Cáritas - PI, Fundesol, ASEVI e FSCJ); a segunda se refere a um instrumento de deliberação – de igual importância, mas mais restrito, trata-se das instâncias delegadas (Arefase, Cáritas - CE, Cáritas - SE, Diaconia, STR Varzelândia e CMNE).

2.2.4 Avanços e Desafios

Para refletir sobre os desafios e perspectivas dos fundos, sinalizamos o tratamento apenas dos avanços e desafios, pois as perspectivas se confundem com os objetivos do Fundo como: viabilizar projetos, formação de empreendimentos de economia solidária, criação de espaços e dinamização de comercialização, integração das cadeias produtivas, geração e/ou aumento de renda, fortalecimento de uma cultura de convivência com o semiárido para citar os mais recorrentes.

Os desafios derivam das dificuldades encontradas pelas instituições para viabilizar os respectivos projetos. Algumas entidades foram bastante incisivas sobre estes dois aspectos e apontaram algumas questões:

Obra Kolping – a dificuldade em implementar uma rede mais ampla de agentes que realizem o acompanhamento/monitoramento dos empreendimentos apoiados nas comunidades; a limitação do quadro de técnicos da instituição, em número reduzido e insuficiente para dar conta da demanda.

CEDAPP – a utilização dos recursos públicos considera burocracias e conseqüentemente atrasos. Número de famílias selecionado é limitado e há instabilidade do preço dos animais e de material de construção.

Diaconia – as famílias agricultoras não vêem a apicultura como uma fonte de renda; difícil comercialização do mel, aves e caprino/ovino; complexo controle de doenças das aves, principalmente nos primeiros dias de vida; dificuldade de planejar os rebanhos de

acordo com cada área; Desistência de famílias por falta de identidade com a proposta. As mulheres têm dificuldades em conduzir atividades de apicultura, preferem trabalhar na captura e envasamento do mel.

CRED - Forte cultura assistencialista e pouco responsável com o uso dos recursos públicos. Dificuldade de participação dos jovens de comunidades muito pobres e observando um receio de assumir compromissos financeiros. Dificuldade em cumprir as metas quantitativas (repasso de recursos para os grupos); Dificuldade de manter o Consórcio depois do Projeto pela fragilidade (financeiras e mudanças institucionais) de algumas ONG; dificuldades de comercialização e capacidade de produção e gerenciamento de alguns grupos (principalmente de jovens).

Diocese Bonfim – cursos de associativismo popular e controle contábil não realizado; Os projetos apoiados são fontes de renda complementar e não resolvem a segurança alimentar muito menos a falta de terra, saúde entre outros, mas servem de estímulo para a auto-organização.

Cáritas - PI – falta maior compromisso dos grupos para com o FRS no que se refere à organização e dedicação as atividades do projeto. As devoluções das parcelas não acontecem nos prazos. Dificuldades com a comercialização dos produtos.

ASEVI – o difícil acesso às residências pela precária infra-estrutura revelando um descaso do poder público com as vias de acesso às comunidades; Um grande número de famílias em situação de abandono e pobreza constitui-se um desafio à criatividade, pois têm uma auto-estima muito baixa.

Mesmo apresentando essas dificuldades, as instituições consideram avanços bastante significativos que causam impactos positivos no cotidiano dos trabalhadores/trabalhadoras e na sustentabilidade dos Fundos Solidários. Dentre os avanços, salvo particularidades de cada FS, destacam-se desenvolvimentos comunitários e fortalecimento dos empreendimentos e da gestão democrática com especial destaque para a participação das mulheres, conforme é possível visualizar a seguir a partir das considerações das próprias entidades proponentes:

Cáritas - CE - consciência comunitária para necessidade de preservação das sementes (crioulas); resgate de sementes em algumas comunidades; implantação de roçado comunitário não previsto no projeto; construção de 5 casas a mais do que planejado, em regime de mutirão; sementes armazenadas; integração das novas casas de sementes com a RIS – Rede Integrada de Sementes - CE; Participação na Cooperativa Bodega (Aracati); sistematização de diagnósticos sobre os agroecossistemas; produção de um vídeo com a sistematização da experiência. Reflexão sobre a segurança alimentar e agroecologia

Obra Kolping - o estabelecimento de uma sistemática que combina capacitação, concessão de apoio financeiro e acompanhamento aos empreendimentos; a melhoria nos aspectos gerenciais básicos dos empreendimentos, a partir das ações de capacitação, demonstrada pela utilização de instrumentos de gestão como controles de caixa, de estoque, de movimentação bancária, de resultados; a melhoria nos processos produtivos e de comercialização dos empreendimentos e a conseqüente melhoria na renda obtida pelas famílias participantes dos mesmos; a ênfase dada ao estudo de viabilidade, combinando aspectos econômicos, sociais e políticos, contribuindo para um maior índice de empreendimentos bem sucedidos; o reforço a práticas solidárias que reforçam e ampliam o conceito de economia solidária para além dos empreendimentos, alimentando a perspectiva

de um mundo novo possível a partir de relações solidárias entre trabalhadores e trabalhadoras.

Cáritas - SE - Envolvimento e participação dos grupos; fortalecimento da autonomia e do protagonismo dos empreendimentos e da gestão democrática; valorização do trabalho e dos produtos dos grupos; articulação dos empreendimentos; maior visibilidade frente à comunidade e ao poder público; aumento da produção e melhoria na qualidade dos produtos; inovação e diversificação dos produtos; melhoria da estrutura dos grupos a partir do acesso a máquinas e equipamentos; acesso à matéria-prima em quantidade e com melhores preços; maior preocupação com a viabilidade econômica; conquista de espaços e criação de novas estratégias de comercialização; aumento da comercialização e das sobras; mudanças significativas na forma de gestão; fortalecimento da identidade e da cultura local; aumento da auto-estima das pessoas envolvidas; incentivo ao consumo solidário; iniciativa de elaboração de um Projeto de Lei para criação de uma política municipal de apoio e fomento à EPS (Indiaroba); participação dos empreendimentos em espaços políticos em busca da conquista de políticas públicas (fórum, conselhos municipais, conferências, dentre outros.).

Caatinga - Ampliação do volume de produtos comercializados pela COOPEAGRA (beneficiando 67 famílias), fortalecendo-as e melhorando o Armazém Empório Kaeteh; Assessoria a 30 Associações; Avanço nos debates sobre a descentralização do poder, planejamento e ações com metas e objetivos para cada Associação - desenvolvimento das associações; comprovação da capacidade de organização e gerenciamento das associações e famílias beneficiadas; envolvimento de 25 jovens agricultores da região que estavam sendo capacitados em agroecologia que auxiliaram na divulgação do projeto e da Carteira; maior aproximação com a Cooperativa de Crédito (ECOSOL Araripe) para parceria e ajuda mútua; sistematização de 2 experiências bem sucedidas de crédito que compuseram um Caderno de Experiências Agroecológicas elaborado por CAATINGA, Diaconia e Sabiá e lançado no Encontro Nacional de Agroecologia, em 2006; Construção de um instrumento de estruturação das propostas de solicitação de crédito; ampliação dos conhecimentos por ocasião do Seminário Nacional de Fundos Solidários.

CEDAPP - associação e comunitários mais comprometidos com as lutas locais; impacto nutricional nas crianças; aumento da geração de renda com ampliação do rebanho; melhoria na qualidade do rebanho; aumento da auto-estima das famílias; construção de uma cisterna de placa com capacidade para 21 mil litros para a comunidade de Riacho do Mel; crescimento da consciência de pertencimento e dos valores associativos; ampliação dos espaços de convivência social; Implantação do fundo em todas as comunidades; comunidade rural gerindo seu desenvolvimento local e sustentável; uso sustentável dos recursos naturais; integração de atividades econômicas em cadeias produtivas com competitividade; grupos organizados por comunidades para prevenção de doenças nos animais.

Diaconia - Experiências desenvolvidas divulgadas em dois seminários e 16 casos sistematizados e publicados; Diversificação da produção com soja, guandú, amendoim, sorgo granífero e forrageiro, melancia de cavalo, palma doce e girassol; Inserção de famílias que não tinham animais; A sensibilização das famílias para participar da comercialização de galinha de capoeira; Construção dos abrigos e a confecção da tela como contrapartida das famílias; Sensibilização das famílias agricultoras para a importância da apicultura; O fortalecimento/legalização da APOMEL com apoio da AAPAI, que trabalha apicultura desde 1999. Intercâmbio entre as experiências; Envolvimento dos jovens e participação expressiva das mulheres na criação de galinhas de capoeira.

CRED - Criação de 2 FRS (RMR e Sertão do Pajeú - CMNE); debate entre as entidades do Consórcio sobre as diferentes metodologias de acompanhamento dos grupos apoiados; Avanço na organização das mulheres no Pajeú; A flexibilização das formas de retorno dos recursos em função da sazonalidade e especificidades de cada grupo; Fortalecimento da Rede de Mulheres do Pajeú. Avanço entre os membros de cada grupo dos objetivos enquanto grupo; aprendizagens básicas sobre gerenciamento e produção; elevação da capacidade de empreender; fortalecimento do compromisso e responsabilidade no retorno dos recursos; Multiplicação da metodologia do FS para a APARTEC (Associação de artesãos de Paulista/PE); melhoramento no planejamento das atividades, na organização, na divulgação, no aumento da auto-estima, na motivação, na comercialização (compras coletivas) na articulação em rede de produção; implantação e melhoria de espaços de comercialização.

POAB - Construção de silos para armazenar grãos utilizados para a produção de multimistura; famílias aumentaram a produção e conseguindo vender produtos nas feiras; Criação da feira agroecológica em Remígio (RN) se afirmando como experiência inovadora e acesos das famílias e agricultores ao mercado local; Relação direta com consumidores e troca de conhecimento entre os agricultores. Visitas de intercâmbio para conhecimento da experiência de manejo no arredor de casa; participação de todas as comissões temáticas do Pólo, foco maior na saúde e alimentação onde as mulheres têm um papel grande.

Diocese de Bonfim - Participação em feiras da economia solidária; participação de jovens e mulheres nas tomadas de decisão; transição para um modelo agroecológico de produção;

Cáritas - PI - satisfação dos beneficiários trabalharem com fundos solidários, no acesso ao crédito; melhoria na qualidade dos animais; organização da criação a partir de manejo de animais; organização das mulheres na criação de galinhas de capoeira; aproveitamento dos produtos como esterco, o leite, os defumados e a pele; organização financeira do grupo.

Fundesol - geração e aumento da renda familiar; a volta dos filhos para o seio de suas famílias e a matrícula e permanência dos mesmos na escola. Mulheres receberam oficinas de letramento e criatividade, o que as animou a continuidade nas escolas públicas e a participação em espaços de discussão e representação, como é o caso da articulação das mulheres do Grande Bom Jardim filiada ao fórum de mulheres do Estado do Ceará; implantação de pequenas unidades empreendedoras (individuais ou coletivas); Recuperação da memória e registros da experiência anterior de FR para sistematização. Articulação com a Rede de Desenvolvimento Local da Comunidade.

STR Varzelândia - Convênio com órgão de Governo; Parceria para trabalhar o desenvolvimento do município; conscientização da sociedade sobre racionalização no uso do recurso público.

ASEVI - redução da desnutrição e da mortalidade infantil (fonte: Agentes de saúde e da Pastoral da Criança); melhoria alimentar com a introdução do leite de cabra e da carne; organização e solidariedade das famílias e participação nas associações, buscando soluções nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Parcerias; Consciência de novas técnicas na criação de animais, ampliação da renda.

CMNE - Criação do FS Pajeú e Constituição do Conselho com as mulheres.

PATAC - O Fundo Rotativo Solidário é visto como continuação da dinâmica de ajuda mútua já desenvolvida nas comunidades e não como novas ações. Desta forma ele é

utilizado no reforço às dinâmicas já existentes. Com forte ênfase em capacitação e formação, já no relatório parcial, com apenas 50% dos recursos empregados, muitas das metas já haviam sido ultrapassadas e outras atividades não previstas no projeto apresentado estavam sendo incorporadas.

3. Análise da Sistematização

3.1 “Fundos Solidários como instrumento de finanças solidárias”

O fato de dispor de um recurso financeiro, gerido com autonomia, estimula nas populações envolvidas a busca de soluções de problemas e gera uma esperança de mudança das condições precárias de vida e trabalho.

A descrição das experiências revela que o Fundo Solidário não é o ponto de partida da organização socioeconômica das comunidades nos territórios. O FS se apresenta como um instrumento que favorece a uma maior capacidade da articulação e efetividade das ações em curso nos ambientes, pois concretiza a solução de alguns problemas que historicamente não foram considerados como prioridade das políticas públicas no Brasil, particularmente no Nordeste. Ou ainda, representam uma diferente concepção de como enfrentar os problemas do semiárido e das periferias urbanas frente às transformações que marcaram as últimas décadas do século passado e início do século XXI.

Dessa forma, a ação dos atores sociais, entidades proponentes, extrapola a denúncia dos problemas e de uma prática de reivindicação própria dos movimentos sociais, sem, no entanto, abandoná-las, para construir novas formas na prática cotidiana de coletivamente resolver os problemas econômicos, sociais e ambientais. Esse processo tem gerado a reorganização econômica cujo elemento central se funda na reciprocidade e, pelas experiências em questão, revela diferentes graus de organização de acordo com as características próprias como, por exemplo, a história da organização e participação social da população envolvida (mulheres, jovens), história das lutas sociais, articulação com outros atores para além do território, identidade cultural, entre outros.

O resgate da história das entidades com os Fundos - que ao longo dos tempos tem assumido diferentes nomenclaturas, tais como: rotativos, comunitários e solidários - demonstra a existência de recursos de diferentes fontes. A captação de recursos financeiros entre as 17 experiências sistematizadas demonstra situações diferentes. Apenas 05 entre essas recorreram pela primeira vez para captação financeira externa; 07 já captaram junto a entidades internacionais de cooperação, principalmente vinculadas a diferentes Igrejas, e órgãos do governo federal, estadual e municipal; enquanto 01 conta com recursos também dos trabalhadores; 01 captava apenas junto ao Governo Federal; e, 01 não declarou, 02 não existe relatório. Essa informação representa apenas uma ilustração das fontes financeiras que são acessadas pelas entidades para desenvolverem suas ações e projetos. Mas, duas entidades revelaram o montante que vêm movimentando com os Fundos Solidários. Porém, não é o objetivo desta sistematização tecer análises sobre o valor declarado e o que eles representam no contexto das experiências.

As fontes pesquisadas revelam outros recursos envolvidos na implementação da experiência. Desde o trabalho voluntário no acompanhamento e assessoria técnica, que pode ser entendida como uma contrapartida da entidade executora, proveniente de outras fontes financeiras captadas da cooperação internacional e pública das diferentes esferas do Estado, além da participação direta das populações envolvidas. Configura-se, assim, diferentes aportes econômicos, com redes de complementariedades fundamentais para a execução e sustentabilidade das ações. O que comprova a pluralidade de princípios econômicos nem sempre levados em consideração quando se analisam as experiências

sociais e atividades econômicas. Pois quase sempre as análises se pautam no princípio mercantil (relação com o mercado). As diferentes naturezas dos recursos envolvidos na prática dos fundos solidários - mercantis, não mercantis e não monetários revelam permuta, redistribuição e reciprocidade pela ação dos atores e sujeitos sociais imbricados nas práticas, permeados pelos conflitos sociais próprios dos processos de mudança.

Caracteriza-se, ainda, através dos relatos escritos pela maioria das entidades, que a relação de reciprocidade entre os envolvidos está assentada no pressuposto de participar pensando em resolver seus problemas familiares e de todos/as que são afetados pelos mesmos problemas. Além das relações de confiança e desejo de se juntar exatamente àqueles e àquelas pelos vínculos sociais estabelecidos no cotidiano e na busca de alternativas de políticas públicas para o coletivo. Essas características remetem à questão da sustentabilidade para além da dimensão puramente mercantil dos Fundos Solidários, que pode ser interpretada como viabilidade financeira através da cobrança de taxas de juros e administrativas. Vislumbra-se, assim, a necessidade de se pensar uma outra contabilidade dos projetos apoiados, bem como dos próprios FS, no sentido de contabilizar os custos e benefícios não monetários envolvidos.

As experiências apoiadas revelam diferentes metodologias na gestão dos Fundos Solidários.

Nos projetos apresentados ao Programa de Apoio e nos relatórios parciais e finais da maioria das entidades se apresenta uma característica marcante na construção dos Fundos Solidários através dos espaços públicos de proximidade (associações, sindicatos, conselhos, fóruns, comitês, grupos e redes) em que participam diferentes atores sociais e segmentos que definem a criação dos FS e a metodologia de implementação através de reuniões de sensibilização e articulação através de mobilização das populações e atores sociais envolvidos. Algumas utilizam diagnósticos participativos e elaboração de estratégias comuns para a definição dos critérios e formas de acesso aos recursos dos Fundos Solidários. Porém, algumas pouquíssimas experiências, estabelecem as condições de acesso a priori e que atendem a participantes muito dispersos, atomizados e não evidenciam um processo de participação cidadã na região, e com uma estrutura de gestão distante do espaço da reorganização econômica onde incidem os empreendimentos. Neste caso, inviabiliza-se a participação dos beneficiários nas decisões quanto às condições e formas de acesso, o que faz refletir se de fato tais experiências são Fundos Solidários ou se não estariam mais afeitas as formas de atuação do microcrédito, sem com isso desqualificar a experiência.

Convém, ressaltar que existe uma heterogeneidade entre os FS pelo porte, pela atividade, pelos segmentos sociais, pelo tempo de existência, entre outros. Encontra-se FS com estruturas muito simples e relações bastante informais - não entender como aspecto valorativo - próprias das estruturas comunitárias populares onde os acordos e compromissos se regem pela palavra na relação de confiança do cotidiano. E outras, mais complexas com regras estabelecidas em regimentos, estatutos, contratos etc que se aproximam de uma prática das cooperativas de crédito solidário ou bancos comunitários. Assim como algumas poucas se assemelham às experiências de microcrédito onde a finalidade está voltada a favorecer o acesso ao crédito, focada para o empreendimento e a sua viabilidade financeira e, portanto, capacidade de pagamento. Nesse caso, descaracteriza o aspecto acima ressaltado de finanças solidárias através de espaços públicos de proximidade. Diante disso, poderia se supor que há um predomínio da lógica distributivista não mercantil e não da reciprocidade, característica também e não por acaso da atuação do Estado.

A existência de FS que financiam empreendimentos solidários e populares evidencia a própria finalidade de um instrumento de finanças solidárias que é se inserir no processo de produção e reprodução ampliada da vida nos espaços locais e territoriais contribuindo para a transformação das relações sociais. Como exemplo identifica-se a Articulação do SemiÁrido (ASA), a Rede de Mulheres do Pajeú e a articulação do Pólo Sindical. A ampliação das ações dos FS e dessas redes se dá através do contato direto (pessoal) entre produtores e entidades de apoio (ONG, Sindicatos, Igrejas). Em algumas experiências está presente, de forma mais evidente, inclusive explicitamente, a existência de espaços públicos (Conselhos, Fóruns etc) onde se dá a participação direta dos beneficiários/usuários (agricultores/as familiares, sujeitos sociais), nas decisões quanto aos critérios e formas de acesso, bem como quanto ao retorno dos recursos, caracterizando em algumas a auto-gestão (usuários e operadores) com mecanismos de controle social construídos. Em outras experiências, há gestões participativas e democráticas, porém com formas ainda não muito explícitas de controle social e que assumem mais uma característica normativa e instrumental do que como fundamento da ação de reciprocidade.

Contudo, chama a atenção a dimensão associativa, de engajamento comunitário, indicada como um dos principais critérios de acesso (ou de apoio) aos FS o que remete para a sua relação com a reorganização social e econômica e a sustentabilidade ambiental nos territórios e locais onde se situam tais experiências. E evidencia-se, ainda, que quanto mais próximo o FS da trama das relações sociais na dinâmica local maior a possibilidade de sustentabilidade e controle social, inclusive, com possibilidade de resolver questões importantes relativas ao acompanhamento das iniciativas apoiadas.

Entre as 17 experiências, 12 declararam que o retorno para o Fundo será para retroalimentar o FS que poderá apoiar a produção, comercialização e para equipamentos ou outros benefícios comunitários; enquanto 5 não explicitaram. As formas de retorno são em dinheiro e/ou em produtos, inclusive com as crias fêmeas de caprinos. Ou seja, são monetárias e não-monetárias. Em algumas, os retornos não monetários são transformados em moeda, mas retornam ao Fundo.

Essa diversidade é uma das características do Fundo Solidário, pois a sua prática está diretamente relacionada às condições de organização socioeconômica dos participantes. Aliás, na maioria das experiências as condições de retorno são deliberadas pelos beneficiários/usuários diretamente e em outras instâncias representativas e legitimadas pelos participantes/usuários. Embora se pode perceber que existem condições estabelecidas a priori por entidades executoras com exigências de patrimônio e notas fiscais de fornecedores que destoam das demais e se aproximam de critérios bancários e pode excluir aqueles que não tenham como comprovar a propriedade da terra, mas que necessitam de apoio. Nesse caso, questiona-se o caráter democrático dos mesmos.

Essas diferentes situações apresentam duas questões: a primeira, referente à devolução em produto, que não tem acréscimo de taxas de juros. Contudo, quando as entidades recebem o produto e o transformam em moeda, através da venda dos mesmos, é possível que haja variação de preços entre a venda e a nova compra. Exemplo disso foi relatado por uma das experiências que apóia projetos de criação de caprinos. Dessa forma há um risco nesta relação do FS com a economia mercantil pela variação dos preços dos produtos que seguem regras externas à comunidade. Ou seja, de um desgaste mais rápido do montante real do FS. A segunda, diz respeito a devolução em dinheiro. Apenas uma das entidades afirmou a prática de juros (1%) sobre o saldo devedor, definida pelo Conselho de Gestão do Fundo. Os prazos são diferentes também. As entidades que trabalham com retorno monetário definem tempos diferentes de acordo com a finalidade do financiamento. E algumas, não recebem a totalidade do financiamento concedido, podendo chegar até 80%

de desconto do principal. Essas situações se referem principalmente à realidade da produção agrícola no mundo rural. Enquanto que nas atividades de serviços e beneficiamento da produção os valores a serem restituídos são quase sempre na totalidade e de forma monetária, quer seja no mundo rural ou urbano.

Essa realidade nos dá um panorama da heterogeneidade da forma de operacionalização dos Fundos Solidários e isso, em alguns casos, explica a relação de atuação com as condições específicas de cada território e em sintonia com os beneficiários/usuários. Em outras experiências, isso está relacionado às condições a priori estabelecidas pelas entidades que já executavam Fundos Rotativos, microcrédito entre outras. O que mais uma vez revela, nestes casos, que há dubiedade e contradição entre o discurso e a gestão dos FS que oscila entre o microcrédito e as finanças solidárias.

Os Fundos Solidários, a partir das fontes consultadas, revelam-se também como um instrumento pedagógico nos processos de mobilização, articulação, organização e formação cidadã e de tecnologias adaptadas ao semiárido nas comunidades, grupos e categorias de trabalhadores/as. Essas práticas, como visto na parte relativa ao contexto, tem por base uma experiência vivenciada, principalmente pelas associações no mundo rural há mais de trinta anos¹³.

A produção e apropriação de novos conhecimentos com respeito ao saber tradicional têm contribuído para a superação das adversidades climáticas e favorecido a sustentabilidade econômica, social, cultural e gerado uma consciência ecológica. Assim, compreende-se que há uma produção de bens materiais e imateriais e acesso ao patrimônio cultural através da socialização do conhecimento através das diferentes formas de capacitação e acompanhamento dos beneficiários. Contudo, algumas entidades que têm no seu histórico uma prática de microcrédito se apóiam em metodologias de formação como CEFÉ orientadas para um comportamento empreendedorístico no indivíduo em detrimento do coletivo. Essa metodologia foi construída para micro e pequenos empresários urbanos procurando inculcar um comportamento empresarial para a inserção competitiva no mercado. Dessa forma há que se perguntar qual o seu objetivo quando utilizado com os camponeses e agricultores familiares, pois para tanto existem sérios debates sobre a sua adaptação e pertinência com a cultura camponesa e a realidade da produção agrícola, assim como para a produção artesanal. Mais que isso, coloca-se a necessidade de refletir e buscar construir novos referenciais pedagógicos com base nos princípios da cooperação e da solidariedade. Referenciais capazes de formar capacidades de gestão e viabilidade econômica e não apenas em treinar para o uso de ferramentas e instrumentos de gerenciamento que são inadequados para a cultura que as referidas entendidas pregam nos seus objetivos e missão.

Outras entidades utilizam como metodologia de formação o intercâmbio entre as próprias pessoas envolvidas nas experiências apoiadas. Isso foi muito observado quando se trata de sensibilização para novas tecnologias de convivência com o semiárido e para a agroecologia. Ou seja, supõe-se que ao verem na realidade a vivência e os resultados, os camponeses e agricultores/as familiares se sentem mais confiantes para aplicar e adotar as inovações. Essa prática metodológica é considerada bastante importante para o público

¹³ Ângelo Brás Fernandes Callou (2007) refere-se a estas experiências com base na organização dos trabalhadores/as rurais oriundas das Ligas Camponesas no Nordeste a partir da década de 60 e da formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que formavam pequenos fundos denominados de "caixas de apoio mútuo". No sertão do Pajeú, conforme Relatório preliminar da Sondagem sobre as Experiências de Desenvolvimento Local na Bahia e em Pernambuco, apresentado no seminário em Caruaru, em outubro de 2007, realizado pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local – CORDEL, os fundos rotativos têm origem na década de 60, criados com a orientação e influência da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

envolvido, pois esse tem ideias que foram se perpetuando ao longo dos anos para a produção agrícola e a percepção e visão de novas possibilidades de forma simples e prática, tem maior efetividade que apenas a orientação teórica de uma assistência técnica. Embora essa também se faça presente e necessária.

Ao observar o acompanhamento aos beneficiários/usuários pelas entidades encontra-se: a) o acompanhamento para apoiar o desenvolvimento da atividade financiada com recursos do FS e verificar a aplicação dos referidos recursos através de visitas técnicas como sendo a praticada pela maioria das entidades. Contudo, apenas uma das organizações apresenta essa ação de forma sistemática. Analisar o porquê dessa situação com esta sistematização não é possível, pois isso exigiria outras informações que extrapolam o escopo da mesma; b) o acompanhamento coletivo através de reuniões e assembléias, entre outras, também representa momentos de aprendizagens coletivas (troca de informações e experiências) e pode ser compreendido como espaço de controle social e de intercâmbios. Essa é a segunda modalidade praticada considerando-se o número de entidades; c) o acompanhamento com um sentido de monitoramento das ações e que revela uma capacidade de planejamento é praticado por poucas entidades, ficando essa modalidade em terceiro lugar. Chama a atenção a ausência de informações sobre a avaliação das experiências, nem mesmo mencionada, deixando um grande vácuo. Diante do exposto, não seria novidade observar que a prática de registrar e sistematizar é atividade de pouquíssimas entidades. Ao que se pode detectar apenas duas entre as dezessete (ver Apêndice 2).

3.2 Os fundos solidários e o desenvolvimento local/territorial

Todas as entidades nos objetivos e missão expressam um compromisso na busca de alternativas para a superação das causas da exclusão social e da pobreza, além de estimularem a autonomia das pessoas, da diversificação produtiva, do fortalecimento dos laços de solidariedade, do resgate da identidade cultural e da constituição e fortalecimento de empreendimentos de economia solidária visando à segurança alimentar e a emancipação social.

É possível distinguir que existem concepções diversas. Algumas entidades explicitam claramente que: a) as experiências e estratégias estão na busca do desenvolvimento humano a partir de uma ação local que integra a reorganização econômica com o protagonismo dos sujeitos sociais que incidem politicamente nos territórios envolvendo diversos municípios; b) as ações conformam uma estratégia para o desenvolvimento rural sustentável cuja característica fundamental é a reorganização econômica com base na agroecologia e na sustentabilidade dos ecossistemas, na qual a produção, apropriação e socialização de conhecimentos são as pedras fundantes do alicerce; c) a promoção dos empreendimentos da economia solidária, integrando redes e cadeias produtivas, visa o desenvolvimento local.

Analisando as experiências de outras entidades, minoria entre as 17 contempladas nesta sistematização, observa-se que, ao focarem a sua estratégia no empreendimento disperso, enfrentam a dificuldade de alavancar a reorganização econômica nos locais e territórios onde esses se inserem. Nessas experiências é possível perceber que a estratégia está relacionada à geração e manutenção de postos de trabalho e no aumento da renda, embora estimulem a auto-organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Não é contraditório, pois são exatamente essas experiências que se identificam como mais próximas das práticas do microcrédito que dos Fundos Solidários.

Chama a atenção, como contraponto, a relação dos FS com o desenvolvimento local/territorial porque o fato de gerar trabalho e renda não leva necessariamente a emancipação social e a transformação das relações sociais. Essa estratégia está mais relacionada no combate ao desemprego e que, inclusive, podem ser praticadas por empresas sem nenhuma relação com o desenvolvimento sustentável. O Fundo Solidário carrega consigo o princípio de recuperar o sentido econômico da relação entre população, território e as suas necessidades econômicas. Reside aí a experiência pedagógica do Fundo Solidário.

Entre as estratégias mais relevantes, no mundo rural, estão a construção e implementação de tecnologias e metodologias de convivência com o semiárido com ênfase no fortalecimento da agroecologia na produção da agricultura familiar e camponesa porque centradas numa outra lógica econômica, social e política. Nesse mesmo aspecto, a construção de tecnologias de captação e armazenamento da água para beber e produzir significa uma ação de grande impacto, pois tem permitido condições perenes de acesso à água e melhoria na qualidade de vida das populações. Impacto sentido sobremaneira pelas mulheres acostumadas a caminhar quilômetros de distância de suas casas para pegar água, de acordo com o relatado durante visita a experiência da Comunidade de Caiçara e do Coletivo do Cariri em Soledade (arredores de Campina Grande-PB), por ocasião do seminário sobre Fundos Solidários, em junho de 2007, em Lagoa Seca/PB.

A produção de alimentos agroecológicos com respeito ao ecossistema da região semiárida revela, através dos projetos e relatórios, a visão das entidades e dos/as agricultores/as familiares com um consumo saudável tanto próprio como das populações de seus municípios através da venda do excedente nas feiras, tomando como exemplo as experiências da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Essa relação com os consumidores locais favorece uma troca entre o urbano e o rural, além de significar a eliminação do atravessador na cadeia produtiva.

Na construção de alternativas de comercialização são significativos, também, os avanços obtidos com a implantação de espaços fixos como as lojas em Afogados da Ingazeira (Rede de Mulheres do Pajeú) e Armazém Empório Kaeteh (COOPEAGRA), em Ouricuri-PE. Mas a comercialização é apresentada como um desafio permanente, pois implica em melhorar as condições de logística e infra-estrutura, de acordo com os registros das entidades apresentados ao Banco do Nordeste do Brasil.

Observa-se que as experiências com maior tempo de prática com os Fundos Solidários já desenvolvem ações de apoio também ao beneficiamento da produção agroecológica e comercialização, inclusive da produção do artesanato rural. A predominância dos empreendimentos apoiados pelos projetos é constituída por associações e grupos, sendo poucas as cooperativas já constituídas de beneficiamento e comercialização. Característica já evidenciada, no Nordeste, pelo Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, realizado pela Senaes, em 2006¹⁴.

Os projetos apoiados pelos Fundos Solidários na área rural concentraram suas ações no apoio para a aquisição de animais (ovinos, caprinos e aves) e na instalação de infra-estrutura e tecnologia adequada para a captação e o armazenamento água (cisternas, barragens, mandalas etc) e para o manejo na implantação e tecnologia de bancos de semente crioula, inclusive com resgate de diferentes espécies nativas sem agrotóxicos, na

¹⁴ BRASIL. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp

diversificação da produção através da apicultura e melinocultura (criação, extração e envasamento), no artesanato produzido pelas trabalhadoras rurais, na piscicultura e no beneficiamento de frutas.

Os produtos são destinados ao consumo das famílias, observando-se nos relatos melhoria das condições nutricionais de crianças com o consumo de carne e leite de cabra - o que incide diretamente na saúde pública e na segurança alimentar que dialogam com as políticas públicas desta área-, além do excedente ter sido destinado para a comercialização em feiras e espaços próprios de comercialização, como já foi relatado anteriormente. Ao realizarem localmente a compra dos insumos para a implementação dos projetos e a comercialização dos bens e da prestação dos serviços as experiências favorecem a circulação da renda na própria comunidade e no território. Contudo, além da comercialização, o escoamento, bem como a integração das cadeias produtivas, continuam sendo desafios a serem enfrentados e, dessa forma, aspectos relevantes a serem considerados na ampliação da capacidade dos Fundos Solidários para responder a essas demandas.

O trabalho produtivo das mulheres se realizou, também, na área rural, nas experiências de "arredores", incrementadas a partir da confecção de telas em regime de mutirão pela comunidade cercando a casa, com recursos do Fundo Solidário, principalmente na Paraíba, com a criação de animais (galinha de capoeira e caprinos). Na produção de mel, por exemplo, as mulheres preferem trabalhar na captura do mel (melinocultura) e no envasamento do mel ao invés de se dedicarem à apicultura (abelhas africanas). O beneficiamento de frutas foi outra atividade com grande participação das mulheres que residem nas áreas rural e urbana, em diversos estados do Nordeste. Destaca-se a participação na busca de espaços próprios de comercialização do artesanato produzido pelas trabalhadoras rurais e urbanas, como, por exemplo, através da loja ampliada e fortalecida da Rede de Mulheres Produtoras do Sertão do Pajeú. É importante destacar que as mulheres da Rede do Sertão do Pajeú nunca tinham tido a experiência de manejar diretamente a gestão de um fundo solidário. De acordo com as informações do Relatório da Casa da Mulher do Nordeste, esse fato possibilitou uma maior autonomia das mulheres ao mesmo tempo em que favoreceu maiores reflexões sobre a economia solidária e a aplicação e distribuição dos recursos financeiros, representando mais uma ação no processo de desenvolvimento local naquele território do sertão de Pernambuco.

A instalação do espaço comercial, do Fundo Solidário e a produção na agricultura e no artesanato passaram a compor também o cotidiano das mulheres que ainda são as maiores responsáveis pela reprodução humana. Segundo, ainda, o relatório da Casa da Mulher, isso representou uma sobrecarga de trabalho e dificultou a participação em reuniões e oficinas, levando as mulheres a refletirem a sua condição de trabalho e aprofundar o debate sobre as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho.

A participação dos jovens requer também um destaque à parte. Os relatórios das experiências rurais e urbanas, principalmente, chamam a atenção para o receio de jovens de comunidades muito pobres em assumirem compromissos financeiros e, sobretudo, de gerirem seu próprio Fundo Solidário. Mas, as informações são insuficientes para tecer análises. Contudo, outras experiências urbanas e rurais ressaltam que as ações dirigidas às famílias e que envolvem os jovens produziram efeitos benéficos para os mesmos e as comunidades, como a volta de jovens ao campo e favorecendo a permanência também na escola.

Algumas questões acima relatadas, enfrentadas, também, como problemas na participação dos jovens e das mulheres nas experiências desenvolvidas pelos projetos

apoiados, indicam que deve se ter uma estratégia específica para determinados segmentos sociais pelas suas características e realidade social e cultural.

Considera-se, portanto, a partir das informações sistematizadas, que os Fundos Solidários estão intrinsecamente vinculados a construção da reorganização econômica dos locais e territórios e podem ser vistos como emblemáticos na construção da economia solidária na sua relação com o desenvolvimento local, comunitário e territorial.

Ressalte-se que algumas experiências desenvolvem ações com famílias em situação de abandono e pobreza e constitui-se um desafio na metodologia de mobilização e organização social, pois têm uma auto-estima muito baixa, com conseqüências para a participação e o exercício da autonomia e da cidadania. Mas, a implementação dos Fundos Solidários aponta para o resgate das práticas antigas de solidariedade e dá novos significados ao se inserirem na construção da economia solidária.

4. Considerações Finais: A contribuição dos FS para a política pública

De acordo com os objetivos deste trabalho, algumas questões emergem das experiências aqui sistematizadas no sentido de contribuir para a construção de uma política nacional de apoio aos fundos solidários. Deve-se ter claro que as questões que se seguem estão diretamente relacionadas, dentro dos limites da sistematização, ao objeto da política, ou seja, aos fundos solidários.

A diversidade das experiências sistematizadas, bem como das percepções dos atores envolvidos, deixa claro que o próprio sentido e a natureza dos fundos solidários são algo em construção. O esforço de se estabelecer aqui uma definição de fundos solidários, como apresentado na parte do referencial teórico e da análise, deve ser entendido exatamente como busca de uma maior aproximação do significado destas experiências.

Em que pesem tal diversidade e o fato do conceito de fundos solidários está em construção, alguns elementos que singularizam tais experiências emergem com clareza. Os fundos como instrumentos de finanças solidárias somente ganham sentido se inscritos em um tecido associativo fundado na reciprocidade, que mobilize e articule recursos de naturezas diversas (monetárias e não-monetárias) em favor de benefícios coletivos. Os fundos solidários constituem-se, portanto, como resposta a uma demanda coletiva de base comunitária e territorial. Trata-se da inserção em um ambiente associativo voltado não apenas a viabilizar ações de produção, comercialização e consumo, mas principalmente estabelecer formas de cooperação que perdurem no tempo e que contribuam para a reorganização do tecido sócio-econômico. Os fundos atuam, pois, como catalisadores desta dinâmica associativa, ao mesmo tempo que, esta dinâmica é a condição mesma de existência dos fundos.

Como dito anteriormente, o Fundo Solidário carrega consigo o princípio de recuperar o sentido econômico da relação entre população, território e as suas necessidades econômicas. Considera-se, a partir das informações sistematizadas, que os Fundos Solidários estão intrinsecamente vinculados a construção da reorganização econômica dos locais e territórios e podem ser vistos como emblemáticos na construção da economia solidária na sua relação com o desenvolvimento local, comunitário e territorial.

Tal singularidade dos fundos solidários sinaliza para uma leitura crítica de algumas experiências sistematizadas, que tendem a operar mais voltadas à promoção do empreendimento como unidade econômica em si, buscando provê-lo de "racionalidade empresarial" e "viabilidade econômica". Embora totalmente legítimas, tais experiências se

distanciam da prática de fundos solidários, constituindo-se em experiências tipicamente de microcrédito assistido ou orientado.

Tratam-se, pois, de concepções diferenciadas que refletem processos sociais diferenciados. Sem dúvida, a origem da demanda pelo fundo é algo que em muito determina sua natureza. Como instrumentos de finanças solidárias, os fundos solidários dependem, como já assinalado, de uma demanda socialmente construída, algo que pressupõe um processo denso de mobilização e organização. No caso das demandas pontuais, esparsas, de empreendimentos desconectados do seu entorno social ou mesmo de demandas induzidas por organizações de intermediação, a concepção e o *modus operandi* acabam por se alinhar ao modelo convencional de finanças, centrado na viabilidade do negócio e no retorno financeiro.

Ainda quanto à origem da demanda, outra variável que parece jogar um papel importante, porém não determinante, sobre a natureza dos fundos é o fato de que as experiências desenvolvidas no espaço urbano apresentam uma tendência maior à dispersão do que no rural. Pode-se conjecturar sobre as possíveis razões desta dispersão, seja pela própria amplitude e diversidade dos problemas vividos nos centros urbanos, seja por uma suposta maior vulnerabilidade e desagregação vivida pela população destes centros. Mas o que se constata é que, embora o ambiente urbano possa ser um elemento dificultador, a variável mais importante continua sendo o quanto os fundos respondem a um processo organizativo anterior.

As questões tratadas acima demonstram a importância de se ter claro do que se está falando quando se trata de fundos solidários, quando menos para se precisar melhor o objeto da política. Mais importante, ainda, pelo fato do segundo edital do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários abrir a possibilidade de organizações sem experiência prévia com fundos solidários poderem pleitear recursos para a constituição de novos fundos.

Além destes elementos sobre a natureza dos fundos, na construção da política nacional devem-se contemplar também alguns aspectos balizadores das experiências de fundos solidários. Com a sistematização evidenciou-se que os aspectos relativos ao controle social sobre a gestão e as formas e critérios de acesso ao fundo são indicadores sensíveis para explicitar a natureza solidária dos fundos ou das propostas de fundos. A valorização aí da participação, do engajamento e da mobilização da comunidade beneficiada é particularmente fundamental.

Quanto à questão do acompanhamento da execução da política, verificou-se no caso piloto do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários uma fragilidade, até porque ainda não se chegou a um desenho institucional da política. O acompanhamento, neste caso, se limitou aos relatórios, que, na verdade, são insuficientes até mesmo como instrumento de informação sobre o andamento dos projetos. Sem dúvida, um acompanhamento no caso dos fundos solidários não poderia prescindir da presença do poder público como indutor, em concertação com os executores e beneficiários, de formas integradas e associativas de potencialização dos recursos no território. Este seria também um bom indicador de desempenho dos fundos solidários.

Isso porque a potencialização dos recursos no (e a partir do) território está na origem mesma do fundo solidário e é também a sua resultante. Isso significa dizer que não se pode falar em sustentabilidade dos fundos sem levar em conta fundamentalmente o compromisso dos usuários e entidades de apoio que se expressa na participação na gestão dos fundos e nas diferentes formas de "contrapartida" (mutirão, intercâmbio, formação, etc.).

As características dos fundos solidários acima elencadas apontam para a necessidade de uma maior precisão dos critérios e diretrizes de uma política nacional de apoios a fundos solidários. Não está afastado o risco de que uma política mais massiva de apoio aos fundos venha, ao negligenciar aspectos que singularizam os fundos solidários, a fomentar dinâmicas e estratégias de microcrédito.

Vale, enfim, ressaltar que o aprofundamento de questões aqui levantadas e outras que delas decorrem estão a reclamar um estudo mais aprofundado e qualitativo das experiências dos fundos solidários. Embora se acredite que esta sistematização baseada em fontes secundárias tenha sido capaz de lançar luzes sobre a experiência de fundos solidários, o maior amadurecimento destas experiências e a própria necessidade de uma política nacional estão a exigir um estudo mais sistemático.

Fontes:

- # 17 projetos das entidades proponentes dos FS;
- # 16 relatórios parciais ou finais das entidades proponentes dos FS. Sendo que um desses relatórios é resultado de um FS desmembrado do projeto CREDCIDADANIA;
- # Fichas preenchidas pelas entidades proponentes e apresentadas no Seminário das entidades que operam os FS que aconteceu em Lagoa Seca/ PB;
- # Relatório do Seminário das entidades que operam os FS que aconteceu em Lagoa Seca/ PB;
- # Relatório do Seminário nacional promovido pelo MDS e BNB, realizado em Brasília (fevereiro 2007);
- # Carta convite (edital) 2005;
- # Carta Convite (edital) 2007;
- # Atas do Comitê Gestor Ampliado.

Referências:

Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Documentação do DOPS. Fundo No. 29.709. In MONTENEGRO, Antonio Torres. As Ligas Camponesas e a Construção do Golpe 1964. Texto sem data, obtido na Internet em 08/12/2007 através do site: www.fundaj.gov.br

BACELAR, Tânia. O ambiente contemporâneo e o espaço da microempresa. In: MEDEIROS, Alzira e SILVA, Neide (org). As microempresas populares urbanas e o desenvolvimento local. Recife: Provisual Gráfica e Editora, 2002.

BERTUCCI, Ademar & SILVA, Roberto Marinho Alves. Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Extensão Rural: polissemia e memória. Recife: Bagaço, 2006.

COELHO, Franklin Dias. Finanças Solidárias. In: CATTANI, Antonio Davi (org). A outra economia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

- COMITÊ GESTOR AMPLIADO BNB/SENAE. Por um programa nacional de fundos solidários. Brasília, mimeo, 2007.
- CORAGGIO, J. A economia popular. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, F.; COSTA, B. (orgs.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. & LAVILLE, J.L. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis; MAGNEN, Jean-Philippe e MEDEIROS, Alzira; (org). Ação Pública e Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006.
- FURTADO, Celso. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- JARA, Carlos Julio. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.
- JESUS, Paulo de. Desenvolvimento local. In: A outra economia. CATTANI, Antonio David (Org.). Porto Alegre: Veraz Editores, 2002.
- LAVILLE, Jean-Louis. Ação Pública e economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; MAGNEN, Jean-Philippe e MEDEIROS, Alzira; (org). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006.
- MANCE, Euclides André. O Papel Estratégico do Movimento Popular para a Democracia Popular: o aprendizado dos anos 80 e 90. Curitiba: IFIL, agosto, 2007, mimeo.
- MARTINS, Paulo Henrique. Poder político, ação pública e economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis; MAGNEN, Jean-Philippe e MEDEIROS, Alzira; (org). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- MEDEIROS, Alzira & KLEINEKATHOEFER, Michael. Gestão e monitoramento de fundos rotativos para associações e grupos e pequenos produtores. Recife: Bagaço, 2000.
- PINTO, João Roberto Lopes. Economia Solidária: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- _____. Um ministério para a outra economia. Jornal do Brasil, 25.01.2005.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- SANTOS, Boaventura de Souza. & RODRÍGUEZ, César. 2002. Para ampliar o cânone da produção. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de. (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SCHIOCHET, Valmor. 2007. Economia solidária e sociedade civil: debate entre movimento social e políticas públicas. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Mesa Redonda: A questão da reciprocidade e da solidariedade na economia solidária. Coordenação: Eric Sabourin (UnB e Cirad). Recife: UFPE, 29 de maio a 01 de Junho.
- SCHIOCHET, Valmor. 2007a. O processo de construção da base conceitual do SIES – subsídios para a Comissão Gestora Nacional (CGN). Brasília, mimeo.

SENAES/MTE. Atlas da Economia Solidária. Brasília, 2005.

SILVA, Roberto Marinho. 2005. Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do desenvolvimento sustentável e solidário. Brasília, mimeo.

ZAOUAL, Hassan. 2003. Globalização e diversidade cultural. São Paulo: Cortez.



"A partir do fundo rotativo solidário as famílias cada vez mais estão tendo acesso, acesso aos próprios recursos que são geridos na comunidade. [...] então tem cada vez mais fortalecido a família e tem trazido autonomia para as próprias famílias nas comunidades."

Maria Leônia Soares da Silva (Lela), Polo da Boborema - PB (Vídeo Cordel do Fundo Solidário)

FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO: INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEMI-ÁRIDO

José Camelo da Rocha e

José Waldir de Sousa Costa¹⁵

As famílias agricultoras do semi-árido brasileiro praticam maneiras sábias de organização e solidariedade que alimentam relações de interação e de responsabilidade mútua. Raramente expressas para além dos envolvidos, essas práticas são espontâneas e partilhadas entre grupos de interesses ou de indivíduos, em que cada um faz sua parte.

São experiências voltadas para o reforço das unidades de produção familiar, para o compartilhamento de alimentos, sementes, água e outros bens, para o apoio individual e psicológico ou para a promoção de melhorias das condições de vida da coletividade. Ora as famílias doam, de suas poucas terras, áreas para formação de “fundo de pasto” para uso coletivo, ora melhoram as vias de acesso à água, construindo ou limpando em mutirão reservatórios comunitários, ou ainda se juntam e botam abaixo as cercas colocadas por fazendeiros nos reservatórios públicos. São formas de organização social e de enfrentamento coletivo dos problemas do dia-a-dia, que trabalham com a noção de que é necessária a convivência com as adversidades climáticas da região. Essas práticas contrapõem-se ao padrão dominante de relações iníquas, baseadas na concentração da propriedade, na apropriação privada dos recursos e na sujeição aos detentores do poder político e econômico. O sentimento solidário presente nessas comunidades é, portanto, condição essencial para o próprio convívio com o ambiente.

Muitas dessas práticas persistem ao longo dos anos e até se moldam às exigências da tecnologia, como os mutirões para debulha mecanizada de cereais, dando continuidade ao velho costume de, em conjunto, “fazer o milho e o feijão” – que antes era um trabalho manual usando pedras e varas. A essas estratégias soma-se a aprendizagem histórica da poupança, baseada, na maioria das vezes, na engorda e criação animal e no plantio de culturas de renda.

Observa-se então que o forte sentimento de vizinhança e de partilha é parte da cultura e das tradições enraizadas na vida comunitária, que se materializam em intensos fluxos de produtos, serviços e de poupança, configurando uma verdadeira “economia de reciprocidade”. É essa economia que está sendo resgatada e fortalecida nas dinâmicas da Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB)¹⁶, por meio da disseminação de formas mais

¹⁵ José Camelo da Rocha: administrador e assessor técnico da AS-PTA. E-mail: camelo@aspta.org.br

José Waldir de Sousa Costa: estudante de geografia e coordenador do Programa Cidadania, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável do Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (Patac). E-mail: waldirpatac@veloxmail.com.br

¹⁶ A Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB) é um fórum formado por pessoas, instituições sindicais e comunitárias, setores da Igreja e de universidades públicas, movimentos sociais e organizações não-governamentais que têm como objetivo central a construção de um projeto coletivo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o semi-árido.

estruturadas de crédito mútuo voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica. Essas ações vêm ainda reforçar a organização social e o espírito de solidariedade inerente às famílias agricultoras.

Os chamados Fundos Rotativos Solidários (FRS), enquanto mecanismos de mobilização e valorização social da poupança comunitária, assumem a forma de gestão compartilhada de recursos coletivos. São constituídos a partir da contribuição das famílias ou estimulados por um capital externo, que pode proceder de diversas fontes¹⁷. Têm sido, na verdade, um exercício fundamental na busca da sustentabilidade dos sistemas familiares, na perspectiva da convivência com a região semi-árida e na transição agroecológica. O termo "solidário" confere um novo sentido de sociedade, com estilo e valores concebidos e apropriados localmente, mas abertos à interação com outros grupos e ideais e contrapondo-se às relações políticas e econômicas excludentes.

Na Paraíba, em cada comunidade, município ou região, encontra-se uma grande riqueza de iniciativas e de capacidade inovadora na gestão e na organização dos FRS.

Um exemplo de Fundo Rotativo Solidário

A falta de água potável era um problema comum para as mais de 150 famílias da comunidade de Gameleira, no município de Massaranduba. A construção de cisternas de placas destinadas à captação de água das chuvas para uso doméstico foi recebida como uma solução imediata, eficiente e ao alcance da iniciativa das famílias. Num primeiro momento, chegaram recursos externos para apoiar a construção de dez cisternas. Mas como atender a todas as famílias com tão pouco recurso? Foi inspirado em outras tantas comunidades organizadas pela ASAPB que o povo de Gameleira criou um primeiro grupo de Fundo Rotativo Solidário, com a participação inicial de 30 das 91 famílias que necessitavam do benefício.

Nessa época, decidiram em conjunto que todas as famílias daquele grupo pagariam mensalmente R\$ 20,00 e foi dessa forma que a comunidade conseguia arrecadar o montante mensal de R\$ 600,00 – que correspondia, então, ao valor integral de uma cisterna. Passaram também a sortear mensalmente uma nova cisterna entre o grupo. Ao final de 20 meses, com os recursos captados localmente, foram construídas 20 unidades, contemplando todos os participantes desse primeiro grupo. O sucesso da experiência logo mobilizou outras famílias da comunidade e mais dois grupos foram formados a partir do repasse feito pelo FRS inicial. Ou seja, o recurso das dez primeiras foi capaz de gerar dois novos grupos. Mais tarde, Gameleira recebeu para a construção de outras 25 cisternas, apoio financeiro do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido (ou P1MC), da ASA-Brasil, financiado pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O termo "solidário" confere um novo sentido de sociedade, com estilo e valores concebidos e apropriados localmente, mas abertos à interação com outros grupos e ideais e contrapondo-se às relações políticas e econômicas excludentes.

¹⁷ No caso descrito neste artigo, os recursos externos provêm principalmente de duas fontes: recursos da cooperação nacional e internacional, via orçamento das organizações não-governamentais, e recursos de políticas públicas governamentais.

Os Fundos são mais do que mecanismos de financiamento de atividades. Eles têm se mostrado um forte instrumento da economia comunitária a serviço do desenvolvimento autocentrado.

Como um sistema de crédito mútuo, a experiência pode ser apreendida como motivação e subsídio para formulação de políticas públicas de financiamento mais adequadas à agricultura familiar.

Com a compreensão de que os projetos sociais devem cumprir um papel de fortalecimento das organizações locais, das dinâmicas geradoras de desenvolvimento comunitário, econômico e social, as famílias que receberam as cisternas por meio dos recursos externos não se diferenciaram das demais e continuaram contribuindo para o FRS. Foi assim que, em pouco tempo, conseguiram atender a todas as famílias e mais: 11 delas já conquistaram sua segunda cisterna.

Em quatro anos, a comunidade que recebeu recursos para 35, chegou a construir mais 67 cisternas com arrecadação local, totalizando 102 unidades. Ou seja, o recurso inicial quase triplicou. Há que se considerar ainda o aumento da oferta de água potável em 1.632 m³. Ao deixar de comprar carro-pipa para fazer o abastecimento local, o povo de Gameleira também deixou de gastar aproximadamente R\$ 14.000,00/ano.

Esses recursos, em vez de serem apropriados por empresas urbanas fornecedoras de água, puderam ser mantidos em circulação na comunidade para atendimento de outras necessidades.

Atualmente, o FRS permanece em Gameleira estimulando outras iniciativas e reforçando os processos de organização e de multiplicação dos laços de solidariedade.

Com a água perto de casa, as famílias despertaram para um novo modo de se relacionar com a natureza para melhoria do sistema produtivo. A diversificação da produção, principalmente ao redor de casa, com plantas frutíferas, medicinais, forrageiras e aprimoramento dos sistemas de pequena criação, vem contribuindo sobremaneira para a segurança alimentar das famílias. Observa-se, ainda, que o Fundo Rotativo vem valorizando e financiando outras iniciativas na comunidade, como a melhoria da infra-estrutura hídrica para produção, a construção de residências e igrejas, o apoio funeral etc.

Aos resultados econômicos, acrescentam-se a elevação da auto-estima, a conquista da cidadania, a produção de conhecimentos que são incorporados pelas famílias no processo de discussão, a proposição de idéias e a gestão compartilhada dos recursos. A exemplo da experiência do Fundo Rotativo de Gameleira, muitos grupos comunitários, hoje espalhados por diversos municípios da Paraíba, não se satisfazem só com a conquista da água potável, mas passam a vislumbrar a construção de uma nova relação em sociedade.

A gestão compartilhada

As formas de organização e gestão dos FRS's são diversas e alimentadas pelas dinâmicas comunitária, municipal ou regional. Nesse processo, as trocas de experiências têm constituído espaço fecundo para o sucesso da disseminação de informações entre os grupos. Uma comunidade aprende com a outra como superar suas dificuldades, como inovar suas práticas, como melhorar sua gestão compartilhada.

Na forma de gestão mais usual, as famílias se reúnem, avaliam os trabalhos da comunidade, fazem a prestação de contas e dão a sua contribuição. Geralmente, o valor de retorno ao Fundo é definido de acordo com as condições de cada família e aquelas com

melhor condição financeira contribuem com parcelas maiores. Na reunião, ainda é feito o sorteio da próxima família a ser contemplada.

O momento seguinte é a compra do material de construção necessário que, normalmente, fica a cargo dos responsáveis pela coordenação do grupo. Quando algumas famílias não conseguem contribuir num determinado mês, e os recursos não são suficientes para comprar os materiais, são elas que negociam com a loja a complementação do pagamento no mês seguinte. Com essa prática, evita-se a desvalorização da moeda. Mas, quando isso acontece, as famílias também aumentam o número de parcelas para corrigir a perda e acompanhar o preço do material. Para melhor organização dos dados, o registro contábil é feito em planilhas com os nomes dos participantes, que podem seguir o fluxo de perto com seu carnê de contribuição.

O processo de irradiação: articulação em rede

A partir do processo de formação e mobilização alimentado pelas experiências locais, as famílias e suas organizações são motivadas à valorização e ao olhar crítico de sua realidade. Dessa forma, a sistematização de suas próprias experiências, seja do ponto de vista técnico, econômico, organizativo ou político, constitui um instrumento importante para pensar estratégias de irradiação. Elas trazem referências novas para a reflexão e a ação das famílias, resgatando valores e construindo novas percepções sobre a capacidade das comunidades de se constituir como agentes econômicos autônomos e autogestionários.

É dessa forma que as experiências com os FRS's têm sido incorporadas aos diversos espaços de atuação da ASA-PB e da ASA-Brasil. Pode-se dizer que a primeira experiência realizada com FRS, em 1993, envolvendo dez famílias da comunidade de Caiçara, no município de Soledade, foi um impulso que alimentou o processo de irradiação para as 18 mil famílias hoje envolvidas e distribuídas em mais de 1.800 comunidades de 140 municípios em todo o estado. Os FRS's têm crescido em número de grupos, em diversidade de ações e nas formas e modalidades de gestão, como define José Maciel da Comunidade de Caiçara: "Este é o jeito da gente crescer em comunidade".

Atualmente, a ASA-PB vem estimulando e mobilizando recursos públicos de programas governamentais para o fortalecimento das ações solidárias, a exemplo do Programa Cooperar e do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-árido - P1MC. Os Fundos são mais do que mecanismos de financiamento de atividades. Eles têm se mostrado um forte instrumento da economia comunitária a serviço do desenvolvimento autocentrado. Como um sistema de crédito mútuo, a experiência pode ser apreendida como motivação e subsídio para formulação de políticas públicas de financiamento mais adequadas à agricultura familiar.

Inseparável de sua dimensão de exercício comunitário de gestão e de poder político, que se exprime em uma nova forma de relacionamento pessoal e coletivo, o FRS é "a chave que abre a porta de um novo horizonte", como exprime o agricultor Cícero, do município de Picuí. E é para ampliar esse horizonte que os agricultores, agricultoras, suas lideranças e organizações e técnicos das diversas entidades de assessoria vão contribuindo, cada um do seu jeito e em seu lugar, para a construção de políticas alicerçadas em práticas locais sustentáveis e democráticas para a convivência com o semi-árido.

Fonte: Revista Agriculturas - V. 2 - N.º 3 - Outubro de 2005



"Como Bispo da Diocese de Passo Fundo no Rio Grande do Sul posso afirmar que desde que nos organizamos na Diocese o Fundo Diocesano de Solidariedade, a caridade e a solidariedade cresceu na Diocese como um todo. E cresceu de forma organizada e transparente."

Dom Ercílio Simon, Bispo Diocesano de Passo Fundo-RS (Vídeo Seja Solidário: o Fundo Diocesano de Solidariedade de Passo Fundo-RS)

SISTEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS APOIADAS PELA CÁRITAS BRASILEIRA

(agosto de 2006)

Este texto foi extraído do relatório da Oficina Nacional sobre Fundos Solidários da Cáritas Brasileira, realizada dias 14-16 de agosto de 2006. Reproduzimos as partes do relatório sobre a sistematização das experiências e a tentativa de definir a prática do fundo solidário, suas principais características, princípios e valores.

INICIATIVAS DE FUNDOS SOLIDÁRIOS NA CÁRITAS BRASILEIRA

Regional Rio Grande do Sul

Marinês Besson

HISTÓRICO

Em 1985 realizava-se o 1º Encontro Estadual de Projetos Alternativos do Estado do Rio Grande do Sul organizado pela Cáritas.

A busca de recursos - coincidiu com a possibilidade que MISEREOR estava oferecendo. "Realizou-se o convênio "Fundo de Mini-Projetos" a fundo perdido", 1986. Com o processo de avaliação, chegou-se ao consenso de se pedir uma devolução, primeiro parcial e depois (a partir do 4º Convênio - 1992/93) com possibilidade de devolução total, dependendo do tipo de projetos.

A Pesquisa Cáritas/UNISINOS contribuiu para a revisão e adequação do processo.

FUNCIIONAMENTO/FINALIDADES

Os projetos assistenciais e promocionais: Caracterizam-se pelo caráter de sobrevivência, emergencial e até transitório. Quando produzem algum bem, o fazem para o consumo próprio ou comercializam pequenas quantias como complementação de renda.

Os empreendimentos econômicos solidários: Organizam-se na perspectiva da autogestão e com viabilidade econômica, aliada ao engajamento sócio-político.

TIPOS: Formação e Organização social; (Devolução de 1% à 10%); Valor financiado = R\$ Até 3.000,00

Moradia: Construção em Mutirão, cooperativas, organização de famílias sem teto, associações de Moradores;

Saúde: Políticas Públicas, Planejamento Familiar, saúde preventiva, medicina alternativa;

Assistência Social: Políticas de Assistência Social, combate à fome: alimentação alternativa, associações/cooperativas de consumo, fundos comunitários;

Trabalho com Crianças e Adolescentes, Crianças de Rua, Idosos;

Reciclagem de Resíduos Sólidos Reaproveitáveis;

Cultura popular (biblioteca e teatro);

Promoção da Mulher (Organização, Formação, Direita e Cidadania, Relações de Gênero);

Projetos de Organização Social e Iniciação Produtiva:

Quando tem Caráter de apoio inicial para a constituição/organização e formação do grupo;

Quando o grupo não tiver apoio de nenhum outro agente produtivo;

Quando a renda familiar gerada pelo projeto e somada à renda familiar atual não exceder a 03 salários mínimos

Quando envolve um número elevado de pessoas e com pouca produção para o consumo do próprio grupo, sem visar à comercialização.

Formação e Mobilização: Valor financiado = R\$ Até 3.000,00. (Devolução 1% a 10%);

São projetos de Abrangência Espacial e Geográfica ampla e encaminhamentos por entidades (Dioceses, pastorais, movimentos, instituições populares); Podem ser encaminhados uma vez por ano.

Projetos Econômicos /Produtivos: Valor financiado = R\$ Até 8.000,00. (Devolução 100% + Taxa de Administração de 3% e Cota Fixa p/ Acompanhamento);

Visam à viabilidade econômica através da produção/comercialização ou prestação de serviços;

Desenvolvem propostas de desenvolvimento social e econômico;

Tem como objetivo central a geração de renda, embora devam trabalhar as demais dimensões (Política, Social e Educativa);

GESTÃO

Comissão diocesana de PACs;

Secretariado Regional;

Conselho Estadual de Análise de Projetos;

FONTES DE RECURSOS

MISEREOR e ZENTRALSTELLE- Alemanha

Devolução dos grupos

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Estado do Rio Grande do Sul

SUJEITOS ENVOLVIDOS

O Fundo Rotativo é de todos! É uma experiência solidária de auto-sustentação. É um instrumento de crédito solidário.

É uma oportunidade para o exercício da solidariedade, da partilha entre os grupos.

METODOLOGIA

Grupos, articulação com os Grupos, Redes de Economia Popular Solidária, Fóruns, Conselhos Paritários, Audiências Públicas, Políticas Públicas, Partidos, Governos (executivos legislativos, judiciários), organizações populares e demais instituições da sociedade civil; igrejas, sindicatos, cooperativas, movimentos e etc.

RESULTADOS

1.038 projetos pelo Fundo MISEREOR

190 projetos do Fundo Rotativo Solidário (devoluções);

Total: 1.228 projetos

Carteira: (até junho 2006) – somente Fundo Rotativo, não inclui projeto Mãe MISEREOR;

R\$ 568.762,35 no Banco – somente das devoluções dos grupos

R\$ 839.091,36 na rua a ser devolvido

Total da Carteira de Crédito: R\$ 1.407.853,71

Projeto MISEREOR: 100.000 Euros p/ 2006,2007 e 2008;

Melhoram a sobrevivência imediata;

Ajudam na subsistência material;

Favorecem a reconstrução pessoal;

Reativam a vida comunitária;

Contribuem na qualificação técnica e profissional;

Desenvolvem a gestão participativa e espírito democrático;

Despertam para a participação em outras instâncias da sociedade;

Aumentam a consciência social e política;

Concretizam uma nova relação de convivência e cuidado com a natureza: substituição dos métodos tradicionais de agricultura agroquímica pela produção agroecológica, orgânica e sem transgênicos; cuidado com as terras e as águas; reciclagem do lixo.

AVANÇOS E DESAFIOS

Avanços

Um processo permanente de formação na prática;
Ampliação da cidadania solidária;
A pesquisa e a busca de reflexão permanente sobre a prática;
Estabelecer parcerias e políticas públicas;
Alto grau de sobrevivência dos projetos;

Desafios

Grupos que se organizam visando somente à busca de recurso (uma nova forma de assistencialismo);

A exigência de projetos com viabilidade econômica (excluindo a população marginalizada);

Processo de Acompanhamento e formação;

Consolidação de um mercado solidário;

Relação com os poderes públicos;

Quanto à comunicação, reconhecimento e valorização dentro das instâncias da igreja;

SANTA CATARINA

HISTÓRICO

Desde 1989 – MPAs (Mini-Projetos Alternativos)

FUNIONAMENTO/FINALIDADES

Programas: Geração de Trabalho e Renda; Empoderamento Local; Mobilizações e Formação.

Apoio a pequenas iniciativas comunitárias possibilita o desenvolvimento auto-sustentável, aprendizado, sociabilidade. Acompanhamento de projetos e mobilização (rede).

GESTÃO

Comissão Regional: Equipes diocesanas,

Equipe executiva

Fundo Rotativo - 1994.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Estado de Santa Catarina

RESULTADOS

06 projetos por ano e R\$ 90.000,00 – média anual (geração de renda).

DESAFIOS

Garantir o acompanhamento; acesso a fundos públicos; políticas públicas.

FUNDO DIOCESANO DE SOLIDARIEDADE – PASSO FUNDO (RS)

Márcio

HISTÓRICO

O FDS surgiu na Diocese conforme orientação da CNBB e Cáritas Brasileira, no ano de 2000.

FUNCIONAMENTO/FINALIDADES

Finalidades:

- 1 - Educação para Solidariedade e Formação da consciência;
- 2 - Geração de Renda, buscando uma Economia Solidária;
- 3 - Saúde alternativa, Preventiva e Comunitária;
- 4 - Resgate da Cidadania e Dignidade Humana;
- 5 - Apoio à População em Situação de Risco;
- 6 - Meio Ambiente Reciclagem;

◇ Prioridade: dentro do tema da Campanha da Fraternidade;

CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS PROJETOS

- Mínimo 3 famílias;
- Parecer da Paróquia, Pastoral ou Movimento que acompanha;
- Contrapartida;

Devolução solidária (porcentagem financeira, produto produzido, gesto concreto na comunidade);

- Compromisso com a prestação de contas;

GESTÃO

Conselho: acompanha a aplicação dos recursos, aprova ou devolve os projetos, divulga a CF e a Coleta da Solidariedade, dá parecer e encaminha os projetos da Diocese para o FNS;

Conta Bancária: Administrada pela Cáritas Diocesana de Passo Fundo;

Projetos: Entregues na Cáritas Diocesana ou Centro de Pastoral;

Acompanhamento dos projetos: Pastorais, Movimentos ou Paróquias que recomendam, e Cáritas Diocesana.

FONTES DE RECURSOS

1 - Parte dos recursos arrecadados pela Coleta da Solidariedade, na Campanha da Fraternidade – 30% ou 60% da arrecadação (as paróquias que possuem um projeto concreto dentro do tema da CF podem reter 30%);

2 - Doações voluntárias;

3 - Devolução solidária de grupos beneficiados.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

DIOCESE DE PASSO FUNDO - RS

Formada por 54 paróquias, em 47 municípios;

População em torno de 500 mil habitantes;

Meio Rural – Contraste entre pequenas propriedades ou grandes latifúndios;

Meio Urbano – Concentração em quatro cidades maiores, outras pequenas cidades;

SUJEITOS ENVOLVIDOS

Movimentos e pastorais sociais; Mulheres de periferia; Desempregados (org. e trabalho); Agricultores/as; Pessoas com deficiência;

Indígenas; Idosos; Dependentes químicos; Catadores/recicladores; Crianças e adolescentes; Emergências; Voluntariado.

RESULTADOS

Pessoas e comunidades mais solidárias – o Fundo é fruto da partilha

Campanha da Fraternidade assume dimensão comunitária mais concreta

Organização de grupos solidários

Igreja diocesana mais presente no social

Ecumenismo na prática

Partilha em favor dos mais necessitados e dos trabalhos na área social

Ano	Projetos apoiados pelo FDS	Projetos apoiados pelo FRS - RS
1998	-	10
1999	-	08
2000	08	04
2001	06	03
2002	13	03
2003	16	04
2004	12	02
2005	12	05
2006	08 (até agosto)	04
Totais	75	25

AVANÇOS E DESAFIOS

Desafios

Falta maior divulgação nas comunidades, quando da coleta – o porquê da mesma;

O material da CF não fala muito da coleta e de seu destino;

Nem todas as paróquias são sinceras nos repasses, algumas acabam investindo em outras finalidades;

Acompanhamento aos projetos demandam bastante tempo, recursos humanos e financeiros;

Alguns projetos têm dificuldade de se manterem, principalmente os de geração de renda;

6.3 FUNDO – NE III – Iniciativa Regional com descontinuidade

José Carlos Morais

HISTÓRICO

1984 – Início do programa “Projetos Alternativos Comunitários”

Financiador: MISEREOR é o primeiro projeto aprovado para o regional após a sua reabertura em 1982.

O projeto libera 03 agentes que são chamadas de “animadores de projetos”;

Cenário interno: Agravamento do desemprego – A década perdida.

FUNCIÓNAMENTO/FINALIDADES/TIPOLOGIAS

Finalidade principal apoiar iniciativas comunitárias de geração de trabalho e renda.

As regras são: Apoiar os projetos comunitários que são encaminhados por agentes diocesanos;

Devolução em equivalência Produto – 100% com prazo de carência que variava em função da atividade financiada;

Posteriormente (ano 2000 indexação a UFIR)

Acompanhamento feito por agentes voluntário – intermitente

Assistência técnica – insuficiente.

Parcerias – Escolas Família Agrícola -EFA"s e EMATERBA, Pastorais Sociais

Atividades principais:

Caprino/ovinocultura e apicultura.

Em menor escala: feijão, milho e horticultura

Fortalecimento a segurança alimentar

Venda (direta) para o mercado local (caprino ovino)

Venda para atravessadores (Mel).

Não eram realizados estudos de viabilidade ou de mercado

As atividades mais adaptadas e que tiveram acompanhamento conseguiram melhores resultados econômicos e retornaram os recursos para o Fundo Rotativo.

GESTÃO

Regional NE III

FONTES DE RECURSOS

O fundo é alimentado a cada 03 anos com "recurso novo" – fundo de crédito vindo da MISEREOR e pelas devoluções dos projetos financiados – Rotativo.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

21 entidades membros dos estados da Bahia e Sergipe;

Principalmente comunidades rurais do semi-árido;

Os projetos apoiados eram "quase" exclusivamente coletivos;

Majoritariamente grupos informais – associações e sindicatos.

SUJEITOS ENVOLVIDOS

Comunidades;

Pastorais sociais;

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;

Agentes Pastorais;

RESULTADOS

Total de recursos Financiados

Fundo de crédito – 93.272,50

Fundo rotativo – 73.072,00

Contrapartidas das comunidades:

Fundo de crédito - 250.161,00

Fundo Rotativo - 85.063,00

Nº de projetos apoiados:

F. Crédito: 27

F. Rotativo: 21

Famílias beneficiadas

F. Crédito: 4.496

F. Rotativo: 243

AVANÇOS E DESAFIOS

Pessoas para fazer o acompanhamento e assistência técnica (sistemática)

Superar a cultura do assistencialismo.

Planejamento, estudo de viabilidade e capacitação para gestão.

Superar a cultura do paternalismo.

As comunidades precisam participar de todas as etapas do projeto.

INICIATIVAS DE FUNDOS SOLIDÁRIOS COM A PARTICIPAÇÃO E ANIMAÇÃO DA CÁRITAS BRASILEIRA:

Regional NE II: FUNDO DE OURO BRANCO – ALAGOAS

André

HISTÓRICO

Instalado em julho/2004

Composto por 18 Agricultores(as) indicados(as) pelas comunidades;

- Resultado das ações de convivência com o semi-árido no Município de Ouro Branco/AL;

- Processo de mobilização para a construção de cisternas;

Foco estratégico:

- a) Potencializar os recursos, sustentabilidade;
- b) As comunidades como protagonistas do processo de desenvolvimento;

FUNCIONAMENTO/FINALIDADES

FINALIDADES

- Apoio financeiro a projetos comunitários;
- Apoio em produtos p/ instalação de Unidades Familiares de Produção (UFP);
- Acompanhamento da instalação da UFP;
- Assistência técnica permanente;
- Critérios de acesso aos serviços:
 - Famílias associadas ao Conselho de Gestão do Fundo Solidário - COGEFUS;
 - Propostas com viabilidade social – econômica – ambiental;
 - Concordar com o sistema de devoluções solidárias;
 - Prioridade para famílias não beneficiadas;
 - Famílias com situação de maior dificuldade sócio-econômica;
- Devolução solidária:
 - 1) 10% do valor das cisternas (12 meses)
 - 2) Produtos gerados pelas UFP (18 meses)
 - Instalação de novas UFP
 - Construção de criatórios (24 meses)

CARACTERÍSTICA DOS SERVIÇOS

- Gestão do fundo rotativo e solidário;
- Coordenação dos repasses solidários;
- Controle e distribuição de equipamentos coletivos;
- Controle e distribuição dos reprodutores;
- Controle e distribuição de sementes;
- Registro e monitoramento das UFP;
- Assistência técnica;

VALORES

Influenciou novas formas de organização social, política e econômica (autonomia, autoconfiança, cooperação e protagonismo).

Estimulou a participação e empoderamento de mulheres e jovens.

Estimulou a prática da socialização de bens, produtos e serviços entre as comunidades.

GESTÃO

ESTRUTURA : 12 Agricultores e 06 Agricultoras

Sistema de coordenação:

Coordenação Geral, Secretária, Coordenação Financeira, Conselho Fiscal, Coordenação Mobilização Política, Assistência Técnica

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO - COGEFUS

Definição coletiva do percentual de devolução

Implantação das Unidades Familiares de Produção

Definir critérios de seleção das famílias

Acompanhar as instalações

Distribuir e registrar os animais

Pactuar as devoluções

Indicar as próximas famílias

Representar os(as) agricultores(as) no CDR;

FONTES DE RECURSOS

Cáritas Brasileira

Manos Unidas

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Município de Ouro Branco/AL

SUJEITOS ENVOLVIDOS

Cáritas Brasileira

CIAT

Sindicato de Trabalhadores Rurais

Associações Comunitárias

Manos Unidas

Prefeitura Municipal

RESULTADOS

BALANÇO DAS INICIATIVAS (JUN/2005 – ABR/2006)

ATIVIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR ESTIMADO RETORNO (12 MESES)	VALOR GERADO (10 MESES)	VALOR ESTIMADO REPASSE (12 MESES)	REPASSE REALIZADO (10 MESES)	TOTAL FAMÍLIAS
CISTERNAS 298	357.600,00	35.750,00	34.000,00	35.760,00	34.000,00	298
UNID. PRODUTIVA 25	79.017,00	83.790,00	82.740,00	35.560,00	31.145,00	61
TOTAL	436.617,00	119.740,00	116.740,00	71.320,00	65.145,00	359

INVESTIMENTO POR UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO		
Matrizes	1.369,00	3.160,68
Reprodutores	85,92	
Instalações	1.400,00	
Medicamentos	25,76	
Assistência Técnica	280,00	

ESPÉCIE	QUANT.	VALOR
Cabras	05	875,00
Ovelhas	02	260,00

Suínos	01	234,00
TOTAL	08	1.369,00

PROJEÇÃO DO REBANHO

REBANHOS	JUN/2005	ABR/2006	MAR/2007	TOTAL
CAPRINOS	131	315	1.418	1.413
OVINOS	52	120	540	538
SUÍNOS	25	348	18.792	18.604
TOTAL	208	783	20.750	20.555

INSERÇÃO NO MERCADO

REBANHOS	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
MOEDA 1: Repasses Solidários			
Caprinos	123	175,00	21.525,00
Ovinos	38	130,00	4.940,00
Suínos	20	180,00	4.680,00
Sub-Total	181	485,00	31.145,00
MOEDA 2: Comercialização (R\$)			
Produtos	61	114,24	6.972,00
TOTAL	242	---	38.117,00

Renda Média p/Família = R\$ 279,00 (comercialização)

Renda Média p/Família = R\$ 1.245,80 (repasses solidários)

AVANÇOS E DESAFIOS

DESAFIOS DA GESTÃO DOS FUNDOS

Apropriação de conhecimentos e práticas em mecanismo de gestão solidária adequados a realidade do COGEFUS.

Apropriação da prática do planejamento, monitoramento, avaliação, elaboração de projetos e captação de recursos.

Efetivação de novas parcerias com a cooperação, gestão pública e comércio local.

Fomentar o aprendizado e a prática de experiências de produção, comercialização e consumo coletivo.

Promover a integração de atividades produtivas, de circulação de bens e serviços e de consumo entre o campo e a cidade.

Pessoas capacitadas em administração de fundos solidários, gestão associativa, redes solidárias.

Ampliar a capacidade de comercialização dos produtos.

Intercâmbio de experiência com outras iniciativas de economia solidária.

Integrar-se as diversas iniciativas de organização de EPS no país (fóruns, articulações, redes);

Obs. dos editores: A experiência do PROSAN descrita abaixo é uma experiência de apoio a pequenos projetos comunitários com uma metodologia inovadora de co-gestão entre estado e sociedade civil. No entanto, os projetos apoiados não têm expectativa de contribuir o valor recebido para um fundo solidário. Não se trata de uma experiência de fundos solidário. Pode haver comunidades que optaram por fomentar um fundo solidário a partir do recurso recebido, mas não existem dados, porque oficialmente essa prática não era permitida.

Regional Minas Gerais: PROSAN

Rodrigo

HISTÓRICO

2001

Dezembro I Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);

2002

Mudança de orientação no CONSEA: Criação de 15 CRSAN's (Comissões Regionais de SAN) 2002-2003;

2003

Fome Zero;

Criação do PROSAN (Programa Mutirão Pela Segurança Alimentar e Nutricional);

2004

Minas Sem Fome: Aproximação - PROSAN;

2ª Etapa PROSAN;

FUNCIONAMENTO/FINALIDADES

Critérios

Coletivo;

Organização (associação/cooperativa) em dias com as obrigações social/governo;

Participação de todos/as da Comunidade;

Proibido utilização de agrotóxicos;

Sustentabilidade;

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

TIPOS DE PROJETOS APOIADOS:

Produção e beneficiamento de alimentos;

Acesso a alimentação;

Educação Alimentar e Nutricional;

Capacitação, estudos e controle social das políticas de SAN;

GESTÃO

Comissão Regional,

Comitê Estadual

FONTES DE RECURSOS

1ª Etapa (2003): Convênio Loteria - Cáritas

1.500.000,00 – Loteria Mineira;

2ª Etapa (2004): Convênio EMATER – Cáritas

4.200.000,00 – MDS/Gov. Federal (Via EMATER);

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

CRSAN´s (Conselhos Regionais de Segurança alimentar e nutricional)

Médio e Alto Jequitinhonha, Baixo Jequitinhonha, Centro Oeste, Leste, Médio Piracicaba, Metropolitana, Norte de Minas, Sul de Minas I

Sul de Minas II, Triângulo I, Triângulo II, Vale do Aço, Vale do Mucuri, Rio Doce, Vertentes I, Vertentes II, Zona da Mata I, Zona da Mata II, Zona da Mata III, Noroeste, Alto Paranaíba;

SUJEITOS ENVOLVIDOS

487 Associações comunitárias / Projetos

RESULTADOS

475 projetos financiados envolvendo 25.000 famílias

AVANÇOS E DESAFIOS

AVANÇOS

Fortalecimento da Rede de SAN;

Fortalecimento CRSAN 's;
Fortalecimento Associações de base comunitária;
Fortalecimento - FMSAN;
Descentralização da política pública;
Aprendizagem de uso do recurso público;
Soluções, proposições, mercado e aprendizados locais X Eixo I Minas Sem Fome;
Capacitação da Sociedade Civil;
Geração de Políticas Públicas Municipais;
Articulação entre os movimentos de Luta pela Terra /Agroecologia /EPS e de SAN;

DESAFIOS

Governo X Sociedade: Tempos diferenciados;
Projetos X Política Pública Permanente;
Legislação cerceadora, operacionalização burocrática (pregão eletrônico);
Sensibilidade do Estado;
Metodologia participativa X resultados mensuráveis;
Gestão interna, comunitária, por parte dos movimentos e entidades parceiras dos recursos públicos;
Articulações da sociedade civil X Conselhos – entre o “nós” e o “eles”;
Formação política de lideranças e das comunidades;
Fortalecimento dos movimentos sociais X atrelamento;
Curto espaço de tempo para execução do programa;

Fundo de Pasto da Escola FAMÍLIA AGRÍCOLA DO SERTÃO (EFASE), MONTE SANTO - Bahia

HISTÓRICO

De acordo com o contrato (RBS 003 / 98) firmado em 1998 a EFASE deveria devolver o equivalente a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) convertidos em sacos de feijão (92,3 sacos) divididos em seis parcelas semestrais até agosto de 2000 para a Cáritas. No entanto não foi possível alcançar esta meta, mesmo porque o critério de devolução mudou em janeiro de 2000 passando de equivalência produto para UFIR. Isto dificultou um pouco a devolução que só foi possível se efetivar em 2001.

ORÇAMENTO

Atividade	CARITAS	EFASE
Implantação de Forragens		R\$ 1.885,00
Construção de Aprisco		R\$ 1.400,00
Reprodutores (5)		R\$ 750,00
Cursos de Capacitação		R\$ 3.360,00
Matrizes (120)- Caprinos e Ovinos	R\$ 6.000,00	
Subtotais	R\$ 6.000,00	R\$ 7.395,00
%	45%	55%

FUNCIONAMENTO/FINALIDADES

1. Proporcionar a implantação de pequenos módulos de caprinos / ovinos para comunidades envolvidas com a EFASE.

2. Proporcionar capacitação em caprinos / ovinos de forma sistemática com as comunidades envolvidas

3. Criar um Fundo Rotativo e Solidário, onde as famílias que receberam o apoio inicial para a implantação do módulo realizem a devolução para a EFASE.

4. Manutenção parcial da EFASE a partir desta devolução;

Implantação de outros módulos a partir desta devolução para a EFASE;

Em cada uma das comunidades selecionadas na primeira fase foram definidas famílias que ficariam responsáveis diretamente pelo manejo do rebanho e na participação dos cursos de capacitação;

Cada família ficou no compromisso de devolver para a EFASE 75% das crias (filhotes);

As matrizes que ficam com as famílias são da EFASE, e 25% das crias retornam para estas famílias responsáveis;

Acompanhamento às Famílias

Presença do aluno (a) morador na comunidade que traz para EFASE um relatório da situação atual do rebanho e do envolvimento das famílias e comunidade;

Visita dos técnicos (as) da EFASE às comunidades, percebendo as dificuldades e viabilizando de forma conjunta propostas superar estas dificuldades;

Cursos de Capacitação na EFASE (dois a cada ano) com a duração de 16 horas, envolvendo as famílias, alunos e monitores, que trabalham temas técnicos e organizativos do projeto.

GESTÃO

EFASE.

FONTES DE RECURSOS

EFASE e CARITAS

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Monte Santo: Assentamentos: Nova Esperança: Alto Bonito:

Fundos de Pasto:

Comunidade Engorda: 42 matrizes e 02 reprodutores

Comunidade Muquem: 29 matrizes e 01 reprodutor

SUJEITOS ENVOLVIDOS

Assentamentos

Alunos e familiares da EFASE.

RESULTADOS

1998- Implantação: 4 comunidades/14 famílias

2001- Término da Devolução: 7 comunidades/22 famílias;

2005 (atual) 09 comunidades/34 famílias

Retorno para a EFASE e Devolução para Cáritas (1999-2005):

CARITAS: 127 animais EFASE: 440 animais

DEBATE COM EXPOSITORES:

Questões

Qual relação/ contribuição das entidades envolvidas no projeto Rio Branco?

Como é um fundo municipal, gerou necessidade de estrutura física, que implica em custos. Preocupação com a sustentabilidade, como é que o fundo de Ouro Branco tem visto essa preocupação?

A questão do acompanhamento técnico: no caso PROSAN, com uma relação mais aproximada com o Estado, como fica? Como está se fazendo a discussão do acompanhamento técnico nos projetos? Consta às vezes no projeto o custo com assessoria.

O acompanhamento tem um limite para se viabilizar, se tem dificuldade de bancar com isso no desenvolvimento do projeto.

E sobre a devolução, há vários níveis de devolução. No caso de projetos produtivos, há um percentual maior, importante refletir melhor isso para garantir a sustentabilidade.

Necessidade de manter uma equipe local, de liberar pessoas de forma contínua, como se dá isso do ponto de vista legal?

Comercialização como é trabalhada? Produto em mercado local, como se dá a relação?

Expositores:

COGEFUS: Sobre a contribuição das entidades no Ouro Branco, praticamente 100% foi da Cáritas. Houveram pequenas contribuições do Sindicato e da Prefeitura Municipal. A perspectiva é que haja maior injeção de recursos por outras fontes, só que a Cáritas permanece como suporte. Para essa nova fase, o reinvestimento se dará em injeção de recursos direto para o COGEFURS.

Trabalhar assistência técnica com o governo é difícil, na verdade requer um auxílio para esta assessoria governamental.

Rio Grande do Sul: Do apoio da Misereor se repassa parte para as Cáritas Diocesanas, que precisam apresentar um plano de trabalho para o ano, de forma a viabilizar as ações.

Sobre o acompanhamento, este é básico para o sucesso dos grupos. O acompanhamento se dá no aspecto metodológico, de garantir o protagonismo dos grupos, relações internas do grupo. A parte mais técnica é feita via parcerias junto a universidades e sindicatos.

Passo Fundo: Reforçar as parcerias no processo de acompanhamento. E quanto às devoluções dos projetos econômicos, mesmo que haja uma exigência de

100% de devolução, existe a flexibilidade da negociação, o que não compromete a seriedade do trabalho e o comprometimento dos grupos.

NE III: O projeto político é fortalecido na medida em que o acompanhamento vai se dando. Os grupos acabam percebendo o seu processo de desenvolvimento, precisam da continuidade do acompanhamento.

PROSAN: assessoria é indicada pelas entidades, não necessariamente são do governo. A EMATER contribui com assessoria técnica. A Cáritas acaba colaborando mais na perspectiva metodológica.

ESAN: é possível fazer o acompanhamento, mas ao mesmo tempo acabamos não nos inserindo em políticas públicas. Discussão de as ações estarem 'sombreado' o papel do Estado.

Marinês: o acompanhamento feito pela Cáritas acaba perpassando pelas diferentes linhas da Cáritas. Há o cruzamento de muitos programas.

Outras questões:

Valmir: Houve alguma avaliação sobre a concentração dos fundos ser no regional?

Qual percentual de inadimplência dos projetos?

Márcio: A Misereor coloca a importância da inserção nas políticas públicas para a garantia de direitos. Nos Fundos traz bem a idéia de autonomia, mas como se dá a relação com políticas públicas? Estamos fazendo papel do Estado?

Glória: A questão é em relação a diferenciação de devolução, como trabalhar com isso e as implicações para os projetos? Cuidando sobre ser ou não assistencialista. A terceira é sobre a participação dos grupos na gestão do fundo, ainda há pouca participação nesse aspecto. Onde tem como ela se dá, onde não tem, como se está pensando nisso?

Valdivino: Como são calculados os produtos dos grupos acompanhados pelos Fundos que se apresentaram? Qual a margem de lucro líquido desses produtos? Como chegam ao mercado? Qual metodologia utilizada para venda fora de feira, por exemplo, no caso dos artesãos?

Luciano: A Cáritas tem um papel de mobilização e animação dos grupos.

Mandela: Como as experiências apresentadas estão conseguindo se irradiar como experiências positivas?

Expositores:

Marinês: Quando a devolução é de 1 a 30% vai para uma determinada conta, quando a devolução é de 100% vai para outra. Da primeira situação, apoio a projetos sociais. Da segunda, são os projetos produtivos, que normalmente são os que têm

uma situação melhor. Há motivação para que haja primeiro um contato para acesso a fundo público.

Ocorra devolução integral, há maior possibilidade de sustentação do fundo para esses projetos. No caso dos projetos sociais, há maior dificuldade de sustentação.

Márcio: a maioria dos grupos está tentando conseguir espaço em mercados e outros. Ainda prevalecem os espaços de feiras.

Nelson: Busca-se parcerias/apoios junto ao poder público, entidades, famílias.

Como os recursos não vieram mais, dificuldade de ampliar para outras comunidades. E há uma demanda para o produto (caprino), se tivesse maior produção seria possível vender.

Rodrigo: A comercialização acaba sendo motivada por criação de marca dos produtos do PROSAN, divulgação na revista.

Dificuldade de saber custo de produção e abuso de margem de lucro.

Idéia de criar redes com os produtos com a marca do programa, de ter entrepostos de revenda dos produtos.

André: A participação dos grupos no COGEFURS se dá em todo o processo de negociação, comercialização; a Cáritas entra com parte técnica e motivação, articulação.

Marinês: A gestão dos fundos conta com participação dos grupos, nas reuniões e encontros há representantes dos grupos, que participam da comissão diocesana e do processo de decisões.

TRABALHO EM GRUPOS: CONCEPÇÃO DE FUNDO SOLIDÁRIO

Roberto Marinho

Os grupos refletiram sobre as seguintes perguntas.

O que é um Fundo Solidário?

Quais as especificidades dos Fundos Solidários no campo das finanças solidárias?

Quais princípios, valores e práticas caracterizam os Fundos Solidários?

Características de Gestão e Metodologia de Fundo Solidário:

Institucionalidades (tipologia organizativa);

Modelos e mecanismos de gestão/autogestão;

Descentralização (finanças de proximidade);

Fontes de alimentação dos Fundos (estratégias de sustentabilidade, manutenção, continuidade, devolução, rotatividade dos recursos);

Critérios e tipologias de acesso;

Acompanhamento/assessoria;

Monitoramento/Avaliação/Indicadores.

Os grupos conseguiram responder perguntas a, b e c, incorporando alguns aspectos sobre itens d, e, e f. Segue o resumo das respostas extraído do relatório da oficina que traz o detalhe de cada grupo.

O que é um Fundo Solidário?

Instrumento de prática solidária que viabiliza a organização e produção, a partir do protagonismo e a realidade local, tendo em vista a dignidade da pessoa humana, inclusão social e o exercício da solidariedade.

Fundo rotativo solidário é um instrumento pedagógico e político de fomento as práticas de economia solidária.

Instrumento de desenvolvimento fruto da mobilização popular e comunitária, para superar as situações de exclusão e garantir o acesso a recursos visando a melhoria da qualidade de vida e cidadania.

Insere-se dentro do contexto de Economia Popular Solidária (EPS) e está ligado a sustentabilidade financeira e política. Fundos solidários em geral respeitam os princípios da economia solidária.

Ferramenta pedagógica, de estímulo a projetos.

Instrumento de realizar as ações, potencializador.

Antecede o que é EPS, caráter embrionário do que hoje é economia solidária.

Ultrapassa a dimensão financeira.

Fundos que vem atender um público que está excluído do sistema, perpassam a inclusão social.

Cáritas através desse instrumento vem impulsionar a dignidade humana, a inclusão social, o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

No acordo com o grupo há uma moeda social, que não implica em juros.

Exercício da solidariedade.

Quais as especificidades dos Fundos Solidários no campo das finanças solidárias?

Devolução solidária financeira ou outras formas: pode ser feita a partir do produto, de moeda específica, uso de moeda social.

Devolução conforme as possibilidades dos grupos (prazo, recursos,...)

Facilidade de acesso a recurso para os excluídos/as: Para o público alvo tem que levar em conta a vulnerabilidade social seja por falta de alimento ou a geração de renda.

Atendimento a determinadas necessidades das comunidades.

Ferramenta de garantia de direitos (alimentação, trabalho,...).

Desafio da forma de diálogo do Fundo Solidário com políticas públicas e controle social.

Não passa pelo micro-crédito.

Não burocratização; eliminação dos juros; simplificação da formalidade

Aplicação em ações sócio-transformadoras (promoção de desenvolvimento, desencadear processo de controle social).

Cadastro priorizando pessoas fora do sistema.

Definição de critérios de territorialidade/abrangência geográfica.

Identificação de tipos de projetos: estudo de viabilidade produtiva. Equilíbrio entre os princípios cooperativos e a viabilidade (produção, comercialização).

Garantir a participação dos excluídos na gestão.

Partilha solidária.

Valorização da EPS.

Mobilização e acompanhamento.

Funcionamento e metodologia subsidiado social e economicamente.

Quais princípios, valores e práticas caracterizam os Fundos Solidários?

Recursos investidos na área social;

Trabalhar em grupo;

Valor e objetivo social acima do financeiro "melhoria da qualidade de vida" revendo os indicadores;

Devolução solidária não necessariamente só através de dinheiro, podendo estabelecer outras moedas de troca;

A devolução é solidária e voluntária;

Não atende a lógica do lucro, a sustentabilidade está no retorno e na solidariedade para com outras comunidades;

Valorização da vida;

Autogestão, gestão democrática e participativa;

Solidariedade;

Mobilização e controle e social;

Processo pedagógico de aprendizado coletivo;

Co-responsabilidade;

Protagonismo; público é sujeito;

Empoderamento local;

Impactos sócio-ambientais e responsabilidades do Fundo;

Articulação em redes;

Transparência;

Biodiversidade e agroecologia (meio ambiente, sementes, desenvolvimento sustentável,...).

Um grupo refletiu sobre as ações necessárias para fortalecer mais os fundos solidários apoiados pela Cáritas ou fomentados com os recursos da Campanha da Fraternidade:

Fortalecimento e/ou criação dos fundos diocesanos de Solidariedade aproximando ainda mais das práticas de Economia Solidária e de Movimentos Sociais;

Necessidade de levar as experiências trabalhadas aqui para serem implementadas nos regionais;

Articular com as demais pastorais sociais e retomar os momentos/encaminhamentos dos 02 eventos da FNS trabalhados em conjunto com a CNBB e demais pastorais sociais;

Realizar pesquisas para realmente ter elementos concretos para propor reformulação;

Registrar e divulgar os resultados concretos das ações dos fundos;

Aproveitar os espaços diocesanos/regionais e nacionais internos e externos (04 Semana Social Brasileira, feiras) , para mostrar o que vem sendo realizado; a compreensão das metodologias, etc;

Aumentar e intensificar a divulgação da Campanha da Fraternidade;

Direcionar mais os projetos para buscar os fundos públicos;

Ratificar a importância da relação fundo diocesano/nacional;

Utilização mais qualificada dos materiais da CF (motivação para aderir o processo da Campanha com fatos concretos);

Fortalecer os fundos paroquiais de forma transparente com comissões locais;

Investir na formação/qualificação das comissões de análises dos projetos;

Troca de materiais produzidos;

Viabilização de fundos locais a partir dos projetos produtivos;

Ampliar as relações em redes de parceria para alimentar e fortalecer as práticas de fundos (exemplo BNB);

Recursos: Reunir uma proposta de fundos com ministérios estratégicos dentro do governo (metodologia, prestação de contas);

Influenciar na construção de políticas a partir de nossa experiência considerando a necessidade de desburocratização dos processos de compra, venda, etc., na construção do sistema nacional de finanças solidárias.

Comentários sobre o trabalho de grupo

Ademar: Para fazer definição e conceito empobrece a prática viva que é muito mais rico, o fato de termos discutido muitas experiências. O retorno voluntário pode ser que seja um esquema para justificar para os fundos públicos que o retorno não é na lógica do pagamento, tem fundos que já pré-determinam o retorno, foi decidido em alguma instância com a participação dos grupos, mas consideramos uma interrogação saber até que ponto ela é voluntária?

Quanto à institucionalidade precisamos avançar no reconhecimento destas experiências, pois merecem e devem ser apoiadas pelos recursos de políticas públicas;

Luciano: após a apresentação das experiências, delimitamos que público estamos trabalhando, o que é o público alvo é exclusão social. Fundos é uma ação sócio-transformadora que permite os grupos acessarem o micro-crédito, um serviço econômico;

Haroldo: Supervalorização do fundo é muito relativo, o que é fundo fica tão limitado que ele não consegue atingir, será que é o fundo ou é a ação da Cáritas no

seu conjunto, enquanto instituição, me preocupo em supervalorizar isso, acho que ele (fundo) é muito mais uma ferramenta de intervenção social.

André: O fundo é por onde se ataca o problema, é a concretização da prática; o que está por trás em termos teóricos como fundamentação de fundos; Tinha idéia que era compensatória, mas vejo que a prática é emancipatória, (muito mais rica que numa visão neoliberal);

Rodrigo: Temos que avaliar o que ele propicia; o público que a Cáritas trabalha tem acesso;

A forma de concessão não burocrática; o processo pedagógico;

Roberto: Quando escutamos o relato da Cáritas enquanto descrição se tem uma percepção, no entanto ainda temos dificuldade de sistematização, o que é isso, apresentamos bem, os relatos trazem uma quantidade muito grande de sistematização. O que já temos clareza, que é um instrumento de intervenção junto com outros instrumentos de intervenção na realidade. Os fundos são históricos e que agora reflete hoje toda a construção de 25 da CB; O fundo onde há um depósito de recursos; (não existe fundo sem recursos financeiros), ao lado da intervenção na realidade. Fundo tem recursos financeiros que é Crédito, doação ou combinação das duas coisas.

Crédito: adiantamento de pagamentos pressupõe que será devolvido; Fundo de doação: FNS como um instrumento de desenvolvimento de determinadas ações; Devolutivo e rotativo; ele avança para além disto, não tendo um fim em si mesmo.

A Cáritas não tem, a princípio, a necessidade de ter sustentabilidade do fundo, por que ele é um instrumento entre outros instrumentos, ao contrário de outras instituições.

Plena consciência que a gestão dos mecanismos decisórios dos fundos tem que ser cada vez mais exercidas pelo protagonismo dos sujeitos nas mais determinadas formas.

Não existe a necessidade da Cáritas de ter uma teoria mais adequada, vamos ter que dialogar com outros parceiros.



"O Fundo Rotativo Solidário já vem dos nossos avôs. Eu lembro que meu avô as vezes tomava feijão emprestado de um vizinho para plantar e depois devolvia com o que havia colhido. Então isso já é um tipo de fundo rotativo solidário."

Maria de Socorro Silva Fernandes (Zui), Sítio Pedra Grande – Solânea - PB. (Vídeo Cordel do Fundo Solidário)

A EXPERIÊNCIA DA ASA/PB COM OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

Ghislaine Duque¹⁸; Maria do Socorro de Lima Oliveira¹⁹.

Petrolina, PE, 09 – 11 de julho de 2003

4 Simp(Ghislaine) A Experiência da ASA-PB 1

RESUMO

A comunicação resgata a experiência dos Fundos Rotativos Solidários (FRS), realizada pela Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA/PB) e adotada no Estado para o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). A primeira vantagem é que o sistema permite multiplicar os recursos iniciais, uma vez que estes são devolvidos, pelo menos parcialmente, e permanecem na comunidade. O trabalho analisa o funcionamento dos Fundos, mostra como as associações resolvem os problemas encontrados e como avaliam seus resultados. Os FRSs têm um objetivo imediato: permitir aos produtores organizados em associações obter um crédito modesto para construir uma cisterna, uma barragem subterrânea, ou qualquer outro bem necessário para sua convivência com o Semi-Árido, sem ter que passar pela burocracia e pelas exigências próprias aos bancos, e assegurando que os recursos devolvidos vão ser utilizados por outras famílias ou para outras necessidades da comunidade. A dívida é paga segundo modalidades definidas pela Associação, em função das possibilidades de seus membros. Além disso, os FRSs favorecem a organização da comunidade, lhe proporcionam a oportunidade de fazer a aprendizagem da gestão coletiva de recursos e mobilizam sua solidariedade, tendo assim efeitos políticos mais profundos, pois os produtores vão descobrindo e firmando sua capacidade de construir benefícios por conta própria, vão ganhando autonomia e auto-confiança, condição inicial para iniciativas mais ousadas. Finalmente, esse tipo de financiamento resgata a dignidade dos produtores que, nas condições habituais do crédito bancário, estão em situação de inferioridade, submetidos a exigências burocráticas e obrigados a pagar por tecnologias e “pacotes” geralmente inadaptados a suas possibilidades e lógicas. E por outro lado, quando recebem de graça benefícios a fundo perdido, permanecem na situação de assistidos, o que reforça o clientelismo e a cultura da subalternidade.

Palavras-chave: Fundo Rotativo Solidário, Produção Familiar, Recursos Hídricos, Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), Semi-Árido, Financiamento alternativo.

¹⁸ Dra. em Sociologia, Presidente do PATAC, professora aposentada da UFCG, bolsista do CNPq.

Rua Severino Figueiredo, 24, 58109-130 Campina Grande-PB.

Fone (83) 333 2170; Fax (83) 310 1051. E-mail: ghduque@uol.com.br

¹⁹ Antropóloga, Assistente de pesquisa, bolsista do CNPq

INTRODUÇÃO

A maioria dos agricultores do Semi-Árido não têm acesso a qualquer forma de crédito bancário.

O crédito em si é uma prática que sempre existiu, seja na forma de adiantamentos em espécie anotados na caderneta da bodega, ou de empréstimo pelo patrão a ser devolvido na safra, ou ainda de crédito consentido pelo atravessador a ser pago “na folha”. Também existem as práticas solidárias de ajuda mútua e empréstimos no âmbito da reciprocidade, quando um parente ou um amigo passa por problemas pessoais.

Mas esses casos dizem respeito a situações emergenciais: necessidade de sobrevivência até a safra, doença, etc. Trata-se apenas de “tapar buracos” que vão se cavar novamente mais na frente.

Esse tipo de crédito – seja o adiantamento do comerciante ou do patrão, seja a solidariedade comunitária – não tem nada a ver com investimentos produtivos ou soluções que deveriam permitir a decolagem da economia familiar. Ora, é justamente disso que o produtor familiar precisa. Ele não tem como implantar qualquer benfeitoria que lhe permita responder de forma definitiva a suas necessidades mais urgentes.

Por outro lado, quando recebe benefícios de graça do poder público, ele não percebe isso como um direito dele. Ele se acha obrigado a retribuir segundo a lógica “um favor contra um voto”. Ele permanece na cultura da subalternidade, cultivada pelo assistencialismo. Quem não já viu cisternas construídas a fundo perdido, sem os canos que trazem a água dos telhados, porque só foram feitas para receber a água de carro-pipa da prefeitura?

Neste trabalho, descreveremos os princípios que fundamentam o funcionamento de um tipo de crédito alternativo que realmente apóia os produtores de forma adaptada sem humilhá-los e, ao mesmo tempo, permite que os recursos recebidos inicialmente rodem na comunidade, servindo a um número maior de famílias: os Fundos Rotativos Solidários. O sistema é aplicado na Paraíba desde 1993, e foi adotado pela Articulação do Semi-Árido Paraibana, com a colaboração de um grande número de parceiros, para o Programa Um Milhão de Cisternas. Após expor os princípios do Sistema, traremos os primeiros resultados de uma pesquisa de avaliação ainda em curso, mostrando como as associações resolvem os problemas encontrados e dão seu testemunho sobre as conquistas dos Fundos Rotativos Solidários.

O MODELO INICIAL E SUAS ADAPTAÇÕES

A experiência iniciou no município de Soledade-PB, em 1993, onde o Patac introduziu ao mesmo tempo o modelo de cisterna de placas e o sistema dos Fundos Rotativos Solidários. Segundo esse modelo inicial ainda aplicado integralmente nas

comunidades apoiadas pelo Patac, é necessário, em primeiro lugar, que a comunidade esteja organizada em grupos ou em associação; é esta que convoca as famílias que querem participar do programa, acompanha o trabalho, resolve os problemas, etc. Todas as decisões são tomadas em assembléia. Os agricultores interessados em construir cisternas em suas propriedades são convidados a se reunir em grupos de, por exemplo, cinco famílias. O programa financia o material²⁰ para a construção da primeira cisterna de cada grupo. Um dos cinco participantes do grupo é sorteado com essa primeira cisterna. Um contrato é assinado, onde cada agricultor se responsabiliza pelo pagamento do material de sua cisterna. A construção da primeira cisterna, realizada pelo grupo sob orientação de um instrutor, serve de treinamento para os cinco participantes do grupo.

Semestralmente (ou em ritmo diferente, segundo a decisão da associação em assembléia), cada participante do grupo paga 20% do valor da cisterna. Com esse dinheiro (5 x 20% = 100%) será construída uma segunda cisterna a ser sorteada para outro agricultor do grupo, sempre com a mão-de-obra de todos os membros do grupo trabalhando juntos. Enquanto as cinco cisternas não estão terminadas, todos os membros do grupo podem tirar água das primeiras cisternas construídas. Com o pagamento da última parcela, tem início um novo fundo para um novo grupo, ou a construção de um outro bem para o mesmo grupo, segundo decisão a ser tomada em conjunto com a comunidade.

Esse modelo inicial foi aos poucos adaptado em cada município, uma vez que o princípio é mesmo o da adaptação. Muitos preferem devolver a quantia inicial em quotas mensais, em 12 ou 24 meses. O prazo máximo adotado até agora é de 5 anos. Quando o prazo é longo, se dá a preferência a um sistema que impede a desvalorização do valor recebido inicialmente, aplicando um fator de correção, por exemplo, o preço atualizado do saco de cimento. Se uma família passa por dificuldades temporárias, ninguém vai cobrar "esgoelando". Haverá paciência e tolerância até que ela tenha condição de compensar seu atraso. Se a dificuldade for definitiva, por exemplo em decorrência da morte do chefe de família, a Associação vê como resolver o problema de forma solidária. Citaremos exemplos mais adiante. Percebe-se que esse sistema não tem nada em comum com o empréstimo bancário. O cálculo não é rígido, uma vez que o princípio é o da solidariedade: importa que cada família beneficiada possa dar sua contribuição financeira, e a Associação se preocupa, ao mesmo tempo, em atender a todos e em não permitir uma desvalorização exagerada, uma vez que o dinheiro devolvido deverá ajudar outras famílias. Constatou-se com o tempo que a organização de grupos e o trabalho em mutirão se realizam mais facilmente lá onde a comunidade corresponde, a grosso modo, a uma grande família, caso freqüente no interior. Precisa-se, pelo menos, que os laços sejam bastante fortes para que haja confiança mútua e compreensão em relação à possível desigualdade no fornecimento de trabalho:

²⁰ Uma cisterna de 3m de diâmetro e 2,40m de altura exige 20 sacos de cimento, 34 kg de ferro, 8 kg de arame, 33 kg de zinco, 200 latas de areia (geralmente encontrada no local), 50 latas de brita, 5 kg de cal e 12 m de cano PVC. Petrolina, PE, 09 - 11 de julho de 2003

“Fulano vive doente, trabalha menos”. Aqui também intervém a solidariedade. Como diz um presidente de Associação: “É uma questão de consciência. Todos têm direito. Um é ajudado e ajuda aos outros. Isso não se aprende em um dia”.

Nos locais onde as casas são muito afastadas uma da outra, o mutirão se resume às vezes a uma família – pai e filhos - ou a famílias de dois irmãos ou de dois primos. Com a extensão rápida do trabalho, o princípio do mutirão é aplicado com flexibilidade, o critério sendo a decisão da Associação em função das circunstâncias. Há locais onde o trabalho é de cada família individual, pois foi uma decisão da comunidade, mas o espírito de solidariedade (que nesse caso é menos evidente) permanece como um princípio, uma vez que, pela devolução da quantia investida inicialmente, uma outra família será beneficiada.

Os programas oficiais, que têm prazos rígidos de execução e prestação de contas, vêm dificultar o trabalho (embora sejam indispensáveis para financiar as atividades), pois não respeitam o tempo necessário à maturação de decisões comunitárias e ao trabalho educativo necessário para que os princípios dos Fundos Solidários sejam entendidos e adotados. Como os recursos vêm a fundo perdido, é a própria comunidade que tem que decidir repassar os recursos, ou seja, cada família deve aderir conscientemente a esse princípio de solidariedade. É uma decisão que exige tempo e que não pode ser forçada.

SELEÇÃO DOS BENEFICIADOS E ATENDIMENTO DOS MAIS CARENTES - EXERCÍCIO DE CIDADANIA

A primeira condição, exigida pela maioria das comunidades, para poder ter acesso a um Fundo Solidário, é ser membro da Associação ou, pelo menos, participar de suas reuniões e dar assim o primeiro passo no caminho da discussão dos problemas, na busca de solução em comum, no processo organizativo.

Daí pra frente, a seleção se realiza de forma diferenciada nas diversas comunidades.

Inicialmente, a oferta era maior que a demanda. O pessoal estava desconfiado, queria ver antes de se engajar. Hoje, já é diferente. Em certas comunidades, todos os candidatos são registrados e se faz um sorteio cada vez que o repasse das prestações é suficiente para construir uma cisterna a mais. Em outras palavras, os interessados mais necessitados são selecionados em primeiro lugar - considera-se a necessidade financeira e a necessidade de água. Por exemplo, uma família com crianças pequenas, sem condição de pagar carro-pipa e sem nenhum reservatório de água à proximidade, terá prioridade. Em outras, ainda, o procedimento é oposto: os candidatos que têm “uma certa condição financeira” são

atendidos primeiro, na hipótese que o retorno será mais garantido. No entanto, é nestas últimas comunidades que a taxa de inadimplência é maior²¹.

Como fazem as famílias mais carentes para cumprir com seu compromisso financeiro? Muitas famílias pagam suas prestações com parcela da aposentadoria de um parente idoso. Outras criam animais e pagam com a venda de um filhote, ou ainda “deitam galinhas” para vender os pintinhos. Mulheres fazem e vendem trabalhos de artesanato (bordados, renda) no tempo ganho, uma vez que não precisam mais assumir a tarefa de apanhar água todo dia.

Certas famílias não podem mesmo assumir o menor compromisso financeiro. O caso é discutido na Associação e soluções são propostas. Por exemplo, uma mulher chefe de família²² será encarregada de pagar sua parte assumindo certos serviços, como preparar a comida dos trabalhadores, ou guardar as crianças durante as reuniões. Animais são emprestados, a dívida é paga com a venda dos filhotes e o animal devolvido posteriormente. Uma comunidade que tinha bom número de famílias nessa situação de carência extrema teve a idéia de utilizar o repasse das prestações para construir um muro de boa altura, aproveitando um lajedo enorme, criando assim um tanque de grandes dimensões que hoje está à disposição de todas as famílias que não puderam construir uma cisterna própria. Já se fez rifa para pagar parte da dívida de uma família. Houve casos onde a família só pagou o material e a comunidade assumiu a escavação do buraco e a construção da cisterna em mutirão, e outros casos onde a Associação decidiu perdoar a dívida de um membro em dificuldade. O importante é o princípio segundo o qual é a comunidade ou a Associação que discute e encontra qualquer tipo de solução.

Por outro lado, os Fundos Rotativos Solidários proporcionam à comunidade a oportunidade de fazer a aprendizagem da gestão coletiva de recursos: precisa discutir os prazos de pagamento, decidir quem vai recolher as prestações, quando, como; quem vai comprar o material cada vez que os recursos recolhidos são suficientes para iniciar uma nova cisterna; negociar com as lojas de material de construção para obter preços melhores, e até se entender entre várias comunidades para diminuir os custos com o frete, etc. Essa lenta aprendizagem da tomada de decisões de forma democrática é um passo importante para a organização da comunidade e o exercício da cidadania.

Por isso, os Fundos Solidários Rotativos têm efeitos políticos mais profundos; os produtores vão descobrindo e firmando sua capacidade de construir benefícios por

²¹ Dados de uma pesquisa em curso, sob a responsabilidade do Patac e financiada pela CRS. O objetivo é precisamente avaliar o funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários na Paraíba.

²² Alias, existem grupos de mulheres assumindo a construção de cisternas e os respectivos fundos rotativos.

conta própria, sem depender de “favores”²³; eles vão ganhando autonomia e autoconfiança, primeira condição para iniciativas mais ousadas. Finalmente, esse tipo de financiamento resgata a dignidade dos produtores, que não são considerados como “esmoleiros”, mas como cidadãos capazes de conduzir seu próprio destino.

Os produtores familiares só se fortalecerão como atores sociais à medida que sua vivência de solidariedade familiar e comunitária se traduz em organização eficaz. O sistema dos Fundos Rotativos Solidários reforça as Associações e lhes dá condição de assumir um papel mais ativo no desenvolvimento municipal. A perspectiva é que suas experiências resgatadas, discutidas, confrontadas com o conhecimento técnico, e divulgadas pelas entidades diversas que fazem a ASA, possam se transformar em referências, inclusive para serem adotadas como políticas públicas, a exemplo do P1MC.

A expressão “economia solidária” pode parecer uma contradição em si mesma. Mas a economia, afirma o economista Paul Singer (GUIMARÃES, s.d.) não é apenas “a economia da guerra de todos contra todos. Isto é uma visão ideológica da economia, a visão liberal. (...) A economia solidária é menos inconsistente do que a economia capitalista. Porque ela coloca, aberta e diretamente, a solidariedade como princípio organizador da economia social em lugar da competição.” É esse princípio que os Fundos Rotativos Solidários reafirmam, cultivando e ampliando práticas que já pertencem à cultura comunitária dos produtores familiares. E, por outro lado, quebram com práticas assistencialistas que reforçam o clientelismo e a cultura da subalternidade. Têm, portanto, dimensão política, dimensão de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro**. Texto para discussão. Versão preliminar, São Paulo, Recife: MDA/FIDA/Projeto Dom Helder Câmara, out. 2001.

-----e VEIGA, José Eli. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. IPEA. Texto para Discussão No. 641.

BITTENCOURT, Gilson Alceu e ABRAMOVAY, Ricardo. **Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol**. Mim., 2001,.

CORDEIRO, Angela et alii. **Reforma Agrária e crédito rural**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991, 54 p.

²³ É sintomático de constatar que as cisternas construídas pelo sistema dos fundos rotativos são conservadas com cuidado, enquanto cisternas doadas, a fundo perdido, se degradam.

DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local: Municipalização – Diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas.** Home page do DESER.

GENTIL, Dominique; FOURNIER, Yves. **Pueden los campesinos ser banqueros? Experiencias de ahorro y crédito.** Managua (Nicaragua): Simas e Iram, sem data, 252 p.

GENTIL, Dominique et HUGON, Philippe (org.) **Le financement décentralisé: Pratiques et théories.** Revue Tiers Monde, Institut d'Etudes du Développement Economique et Social. Paris: PUF, 1996, 238 p.

GUIMARÃES, Gonçalo. (org.). **Sindicalismo e Cooperativismo: A economia solidária em debate –Transformações no mundo do trabalho.** São Paulo: Unitrabalho, sem data, 135 p.

NEVEU, André. **Le financement de l'agriculture familiale en France.** COLÓQUIO "A AGRICULTURA FAMILIAR: DINÂMICAS COMPARADAS BRASIL – FRANÇA", MDA/CNDRS/NEAD/CIRAD/INRA, Recife, 8 a 11.11.2001. Mim.

PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades.

"Desenvolvimento da agricultura sustentável: de uma experiência comunitária a uma ação municipal" Relatório de atividades 2000. Prêmio NEAD 2001, categoria ONG.

-----**Relatório 2001.** Mim, março 2002

REZENDE, Gervásio Castro de. **Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia.** Relatório de Pesquisa, Brasília: Convênio Incra/FAO, 1999, 26 p.

SILVA, Luciana Henrique da. **Do Procera ao Pronaf: Impactos sociais dos programas de crédito em assentamentos rurais.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. João Pessoa: UFPBPPGS, 2002.

SILVA, Pedro Carlos Gama.. **A experimentação econômica em Massaroca.** Mim. Sem data.

SINGER, Paul. **Desafio à solidariedade.** GUIMARÃES (org.). Sindicalismo e Cooperativismo: A economia solidária em debate –Transformações no mundo do trabalho. São Paulo: Unitrabalho, sem data, 135 p.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento.** Texto provisório para discussão. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, ago. 2001, 107 p.



"Um projeto dessa natureza que gera renda para as famílias vem consolidar uma proposta de reforma agrária, ou seja, ele vem facilitar que os acampados, no início do acampamento, tenham condições de sobrevivência."

Rogério Guilherme Oliveira, Colaborador, Movimento CETA, Bahia (Vídeo Projeto Vencer Juntos)

PROJETO DE GERAÇÃO DE RENDA “VENCER JUNTOS”

Pastoral da Criança e Fundação Grupo Esquel Brasil

Barbara Schmidt-Rahmer

Apresentação

A intenção deste texto é de descrever uma iniciativa de fundos solidários em detalhe, revelando a metodologia, etapas de implantação, indicadores quantitativos de custos e benefício e resultados qualitativos, para oferecer subsídios e parâmetros de planejamento para gestores que queiram implantar ou apoiar programas dessa natureza.

O Projeto Vencer Juntos desenvolveu uma metodologia para fomentar fundos solidários capaz de ser multiplicada em grande escala em lugares diferentes, adaptada à realidade de cada local. A modalidade do fundo solidário do Vencer Juntos é um fundo regional com contribuições em dinheiro que visa o financiamento de atividades de geração de renda desenvolvidas por grupos produtivos solidários. A unidade geográfica de implantação é a diocese, unidade administrativa da igreja católica que inclui, em média, entre 12 e 25 municípios. No entanto, a mesma metodologia poderia ser utilizada num município.

Os fundos do Vencer Juntos não nascem da espontânea vontade da comunidade, mas da iniciativa da entidade fomentadora, e a partir da injeção de recursos externos de convênios não reembolsáveis para a fonte. O processo do Vencer Juntos prevê o financiamento de 100 grupos produtivos solidários numa região com recursos externos e acompanhamento técnico desses grupos. Num ciclo de implantação que leva, em média, oito anos, o Vencer Juntos promove a organização dos grupos apoiados numa associação que assume a auto-gestão do fundo solidário e a continuidade do Projeto na região. Mesmo em regiões sem uma história de caminhada de economia solidária, o processo do Vencer Juntos de formação, capacitação e assessoria consegue que os grupos apoiados internalizem e se apropriem da metodologia do fundo solidário.

Histórico e abrangência

A Pastoral da Criança vem apoiando, desde 1989, pequenos projetos comunitários de geração de renda para os líderes voluntários e às famílias acompanhadas, utilizando a metodologia do fundo rotativo. O trabalho com projetos de geração de renda iniciou com um recurso da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA) e do UNICEF. Entre 1989 e 2002, a Pastoral da Criança apoiou 941 projetos de geração de renda beneficiando mais de 15.000 famílias de baixa renda.

Em 2003, aproveitando um convênio com o BNDES-Fundo Social, a Pastoral da Criança re-estruturou seu trabalho com geração de renda e começou implantar o

Projeto “Vencer Juntos” que hoje funciona em dez setores²⁴ . Entre 2004 e 2009, o Projeto contou com o apoio de convênios com várias entidades, inclusive o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), SEBRAE, Instituto HSBC Solidariedade, Banco do Nordeste/Secretaria de Economia Solidária e Petrobras. A partir de 2008, a Fundação Grupo Esquel Brasil assumiu a responsabilidade pela execução do Projeto, em parceria com a Pastoral da Criança. Entre fevereiro de 2003 e março de 2009, o projeto *Vencer Juntos* apoiou 440 financiamentos de projetos de geração de renda em 110 municípios de sete estados, beneficiando 2.100 famílias de baixa renda nos seguintes setores: Montes Claros e Janaúba, Minas Gerais, Limoeiro do Norte, Ceará, Bonfim e Teixeira de Freitas, Bahia, Patos, Paraíba, Parnaíba, Piauí, Bacabal e Coroatá, Maranhão e Pesqueira, Pernambuco. São todas regiões do interior da Região Nordeste e norte de Minas Gerais compostas de municípios com baixo IDH. O total de recursos investidos nesses seis anos, entre fundo de projetos e serviços de capacitação e gestão do Projeto foi cerca de R\$5 milhões.

Público Alvo

O público alvo do Projeto são líderes voluntários da Pastoral da Criança e famílias com crianças de 0 a 6 anos acompanhadas pela Pastoral da Criança que vivem em pequenas cidades e comunidades rurais do interior da região Nordeste e Norte de Minas. São famílias com uma renda familiar de até dois salários mínimos, muitas são participantes do Programa Bolsa Família. A maioria dos beneficiários são mulheres de baixa renda. Muitos projetos funcionam em assentamentos de reforma agrária, alguns funcionam em comunidades de quilombo.

Metodologia de implantação do Projeto “Vencer Juntos”

A Pastoral da Criança seleciona os setores onde será implantado o Projeto de acordo com os seguintes critérios: número de famílias pobres acompanhadas pela Pastoral da Criança, vontade e preparação das lideranças da Pastoral da Criança para assumir o Projeto, presença de potenciais parceiros. O Projeto não funciona nas grandes capitais e se limita, com os convênios atuais, à Região Nordeste e norte de Minas Gerais.

A implantação do Projeto num novo setor começa com um Seminário de capacitação de multiplicadores voluntários de dois dias. Durante o Seminário, os multiplicadores identificados pelas lideranças locais da Pastoral da Criança aprendem como selecionar as comunidades e famílias interessadas em iniciar pequenos projetos produtivos, como divulgar a metodologia do Projeto, e como fazer um simples diagnóstico de viabilidade econômica junto com as famílias para selecionar as atividades a serem apoiadas.

²⁴ Setor é uma região geográfica que, fora das grandes capitais, coincide com uma diocese, unidade administrativa da CNBB. Um setor tipicamente inclui entre 12 e 25 municípios de uma região.

O Projeto *Vencer Juntos* rompe com o assistencialismo e trabalha com as famílias para descobrir e desenvolver seus dons. Através de reuniões nas comunidades identifica-se a vocação e o potencial econômico da comunidade e as pessoas que querem desenvolver uma atividade produtiva.

Em cada setor, o Projeto *Vencer Juntos* contrata inicialmente um agente para acompanhar os multiplicadores voluntários na mobilização das comunidades, apoiar as famílias na elaboração do projeto produtivo (mini-plano de negócios), acompanhar os projetos apoiados através de visitas periódicas, realizar capacitações e articular parcerias com outras entidades de apoio técnico e iniciativas de economia solidária. Na maneira que cresce o número de grupos produtivos apoiados, o Projeto contrata mais agentes, até um máximo de três por setor. Os agentes são, na maioria, jovens com segundo grau completo e experiência prévia de trabalho voluntário em movimentos sociais ou de igreja. O Projeto contrata principalmente técnicos em agropecuária, já que a maioria dos grupos solidários apoiados trabalha com atividades de agricultura familiar. A meta do Projeto é de apoiar 100 grupos produtivos solidários por setor com recursos de convênio. Depois de chegar a 100, novos grupos serão apoiados com recursos do fundo rotativo solidário.

No primeiro ano de implantação numa nova região, com trabalho e viagens de um só técnico, o custo a preços de 2009 está em torno de R\$33.000,00 para apoio técnico, viagens e capacitações, mais R\$30.000 para investimento nos primeiros grupos produtivos. O custo de uma equipe de três técnicos numa região onde já tem 50-60 grupos acompanhados é entre R\$90.000 e R\$100.000 por ano, entre salários e despesas com viagens. Dependendo do tamanho médio dos grupos, quatro pessoas no caso do Vencer Juntos, este valor significa um custo médio de R\$416,00 por ano por beneficiário.

Funcionamento do Fundo Rotativo Solidário: como é diferente de um crédito

O financiamento inicial de um novo empreendimento produtivo acontece com recursos de convênios. A média do valor por projeto produtivo está em R\$4.500, ou R\$ 1000 por família. O Projeto somente apóia grupos coletivos de, no mínimo, três famílias. O tamanho médio dos grupos é de 4,5 famílias. Na seleção das famílias não acontece nenhuma verificação de inadimplência ou outras dívidas dessas famílias; o único critério aplicado é a necessidade da família (desemprego, falta de acesso a outras fontes de financiamento), vontade para trabalhar, e viabilidade da atividade selecionada. A meta é que o projeto gere pelo menos um salário mínimo por mês por grupo, mas muitas atividades de agricultura familiar com produção sazonal não chegam a isto. Mesmo assim é válido apoiar essas atividades porque o retorno para o pequeno produtor precisa ser analisado em conjunto com as outras atividades produtivas realizadas por ele. Na maioria dos casos, o projeto apoiado representa um complemento da renda familiar e dedicação parcial do tempo do grupo. A maioria dos grupos apoiados é de mulheres, que valorizam muito a oportunidade de uma atividade produtiva na própria casa ou comunidade com horários flexíveis que permita a mulher conciliar suas responsabilidades junto aos filhos e da casa.

Os grupos apoiados assumem um compromisso voluntário de partilha para o Fundo Rotativo Solidário: Os prazos para realizar a partilha variam de acordo com o ciclo produtivo de cada atividade e são flexíveis. Geralmente há um prazo de carência de três a seis meses, até 18 meses no caso de plantação de mandioca. Vencido o prazo de carência, o grupo paga prestações mensais, trimestrais ou semestrais, de acordo com o ciclo de produção da atividade, até completar a partilha do valor recebido inicialmente, sem juro ou correção monetária. Tipicamente a partilha do valor integral demora três ou quatro anos, e muitos grupos acabam não contribuindo o valor integral porque membros do grupo desistem da atividade.

Tratando-se de um compromisso voluntário e solidário com a comunidade, de atividades financiadas de baixo retorno econômico e de alto risco (agricultura familiar não irrigada) localizadas em comunidades muito pobres, a partilha para o Fundo Rotativo não deve ser comparado com uma carteira de microcrédito, gerando taxas de retorno muito inferiores. Revelamos os indicadores do Projeto, sem poder avaliar se são representativos ou não de outras iniciativas de fundo solidário:

Em seis anos de funcionamento, o Projeto Vencer Juntos investiu um total de cerca de R\$2,0 milhões em 440 financiamentos de grupos produtivos solidários em municípios do interior da região Nordeste, na maioria em comunidades rurais. Desses, 42 grupos (9,5%) quitaram o financiamento, ou seja, contribuíram 100% do valor recebido para o fundo rotativo solidário. Noventa grupos (20,5%) estão com suas contribuições em dia, 141 grupos (32%) estão com as contribuições atrasadas, 82 (18,6%) grupos encontram-se no período de carência, e 85 financiamentos (19,3%) são irre recuperáveis porque os grupos deixaram de funcionar. A maioria dos grupos que pararam contribuíram pelo menos uma parte do valor recebido para o fundo. Olhando somente os 231 grupos que deveriam estar contribuindo – grupos que saíram da carência e continuam funcionando – são 39% desses grupos que estão contribuindo para o fundo, o restante está com as contribuições atrasadas.

Cabe esclarecer que os indicadores globais do Projeto incluem os grupos iniciais que foram mobilizados sem experiência por parte da equipe, assim como regiões onde a situação sócio-econômica é particularmente difícil: o interior do Maranhão onde o Projeto atende alguns dos 100 municípios com IDH mais baixo do Brasil.

Para ter um parâmetro dos indicadores que se conseguem alcançar numa região que já teve uma história de associativismo e uma cultura de trabalho coletivo, apresentamos os resultados da região Bonfim-Bahia que pode ser considerada uma referência no Projeto Vencer Juntos: No setor Bonfim, 65% dos grupos solidários que saíram da carência e continuam funcionando estão fazendo as contribuições, enquanto 35% estão atrasados por motivo de dificuldades (principalmente seca). A grande maioria dos participantes é beneficiado pelo Programa Bolsa Família.

O Projeto está tomando providências para aumentar o número de grupos que contribuem para o fundo. A medida principal é a renegociação das contribuições, diminuindo o valor das prestações e estendendo os prazos. Outra medida é uma maior ajuda na comercialização dos produtos para aumentar a receita, renda gerada

e capacidade de contribuir. A meta é de aumentar para 60% a porcentagem dos grupos ativos que estejam com as contribuições em dia.

Olhando os valores, os dez fundos rotativos solidários receberam um valor total de R\$417.000 em contribuições num prazo de seis anos, ou seja, 21% do valor total investido e 32,5% do valor vencido. R\$630.000 (31%) encontra-se em atraso, R\$716.000 são contribuições não vencidas, e R\$236.000 (12%) não serão recuperados.

A experiência do Projeto Vencer Juntos aponta para uma recuperação para o fundo rotativo solidário de pouco mais de 50% dos recursos investidos quando se trabalha com empreendimentos iniciantes em comunidades pobres e isoladas desenvolvidas por pessoas de baixa renda (público do Bolsa Família).

Mesmo assim, o Fundo Rotativo torna-se um patrimônio comunitário importante que serve para financiar projetos da comunidade que não contam com apoio da prefeitura ou de outras fontes. A disciplina e organização necessária para cumprir com o compromisso da partilha para o Fundo Rotativo faz com que o grupo leve mais a sério a atividade, zele pelo cuidado dos materiais adquiridos e pela continuidade da atividade, e ensina o grupo práticas planejamento e gestão de recursos. Dessa forma, o projeto produtivo assumido com apoio do Projeto Vencer Juntos prepara os grupos para acessar outras fontes de financiamento tais como o Pronaf ou micro-crédito, fortalece a organização comunitária e forma lideranças locais capazes de dinamizar o processo de desenvolvimento local e solidário, partindo da base.

Pacote integrado de serviços do Projeto "Vencer Juntos"

O próprio grupo de famílias escreve seu projeto na linguagem dele, seguindo um roteiro simples. O agente do Projeto assessora o grupo no processo de análise de viabilidade e elaboração do projeto, mas nunca é o agente que elabora o projeto.

Os novos grupos passam por uma capacitação inicial de 12 horas (dois dias) que trata de temas de auto-estima e auto-conhecimento, planejamento, organização de produção e vendas, princípios de auto-gestão e controles financeiros. Para muitas atividades agro-pecuárias, os grupos passam por outra capacitação técnica na atividade. Uma vez iniciada a atividade, o grupo recebe visitas de acompanhamento inicialmente mensais, do agente do Projeto. A visita, com duração média de 4 horas serve para animar e assessorar o grupo, detectar necessidades de capacitação e avaliar o andamento do grupo, inclusive levantamento dos dados financeiros.

Depois da visita, os agentes alimentam um sistema informatizado de acompanhamento do Projeto Vencer Juntos. O Sistema, um banco de dados localizado no site da Pastoral da Criança, capta os dados financeiros e observações qualitativas sobre cada projeto apoiado e gera relatórios analíticos.

Para oferecer capacitações específicas, os agentes do setor buscam parcerias com o SENAR, SEBRAE, universidades ou escolas técnicas locais. Outra função do agente é de apoiar os grupos na comercialização dos seus produtos, articulando a

participação em feiras locais ou regionais e buscando parceria com a CONAB. Na maioria dos setores, os grupos apoiados pelo Projeto Vencer Juntos se inserem nos fóruns regionais de economia solidária e participam das feiras de economia solidária.

Uma vez ao ano, representantes de todos os grupos apoiados no Setor se reúnem para um seminário de projetos para avaliar e trocar experiências, planejar atividades em conjunto e se capacitar em temas de gestão. Num processo de vários anos são formadas e identificadas as lideranças entre os grupos apoiados. O Projeto estimula a criação e legalização de uma associação ou cooperativa entre os grupos apoiados para assumir a auto-gestão do Projeto no Setor e auto-gestão do Fundo Rotativo Solidário, uma vez encerrados os convênios nacionais. A estratégia do Projeto Vencer Juntos é de deixar formadas organizações e lideranças locais capazes de dar continuidade ao Projeto no setor: as associações formadas assumirão a contratação dos agentes, auto-gestão do Fundo Rotativo, apoio à comercialização dos grupos, representação em Fóruns regionais de economia solidária e segurança alimentar, e negociação de convênios com entidades da prefeitura ou do estado. O Projeto Vencer Juntos nacional atua como entidade incubadora/fomentadora de empreendimentos produtivos solidários locais e sua organização em associações/redes regionais sustentáveis.

Até 2009, cinco setores dos dez setores do projeto criaram associações regionais e mais três setores encontram-se na fase de criação da associação.

Principais resultados

Segurança alimentar

O resultado mais imediato dos projetos produtivos apoiados pelo Projeto Vencer Juntos é uma melhoria na alimentação das famílias participantes. A maioria dos projetos apoiados é de criação de pequenos animais e pequenas plantações em comunidades afastadas do mercado. Mesmo que o grupo não consiga vender para ter um retorno financeiro com sua produção, as famílias passam ter acesso aos produtos produzidos: carne de galinha, ovos, leite, hortaliças, farinha etc. A alimentação melhora e as famílias deixam de gastar com alimentos. O dinheiro economizado na compra de alimentos fica disponível para a satisfação de outras necessidades.

Complemento da renda familiar e criação de um patrimônio.

Os projetos geram uma renda complementar para a família, em alguns casos a atividade do projeto torna-se a fonte principal de renda da mulher. Projetos de criação de cabras, ovelhas, suínos, vacas geram um patrimônio para a família quando aumenta o rebanho. A venda dos animais ajuda com necessidades emergenciais ou pontuais.

Educação/formação das famílias, desenvolvimento da cidadania.

A participação no projeto deslancha uma série de processos educacionais: A maioria das famílias beneficiadas, mesmo quando elegíveis para outros programas do governo, como o Pronaf, não sabem como procurar os serviços públicos. Elas têm uma auto-estima muito baixa, não se sentem capazes. A população pobre do interior foi condicionada pela cultura do assistencialismo e coronelismo de esperar ajuda assistencial, como a cesta básica, o leite, a casa, o pequeno emprego na prefeitura, etc. O processo de animação, mobilização e capacitação desencadeado com a participação de um pequeno projeto de geração de renda leva as famílias, principalmente as mulheres, de re-descobrirem seus dons, suas capacidades e levanta a auto-estima dessas pessoas.

O desenvolvimento das pessoas pode ser percebido claramente de um ano para outro no comportamento dessas pessoas no seminário anual de projetos: com o decorrer do tempo, elas falam mais durante os encontros, se vestem melhor, erguem a cabeça. Mesmo quando um projeto fracassa, as participantes ficam mais preparadas de procurar emprego ou outras fontes de renda. Os participantes dos projetos tornam-se cidadãos mais ativos que votam de forma mais consciente e participam de organizações do bairro, associações de moradores ou produtores.

Educação para o crédito.

A disciplina e organização necessária para cumprir com o compromisso da partilha para o Fundo Rotativo faz com que o grupo leva mais a sério a atividade, zele pelo cuidado dos materiais adquiridos e pela continuidade da atividade, e ensine o grupo práticas de planejamento e gestão de recursos. Dessa forma, o projeto produtivo assumido com apoio do Projeto Vencer Juntos prepara os grupos para acessar outras fontes de financiamento tais como o Pronaf ou micro-crédito.

Organização comunitária, formação de lideranças.

A participação num projeto de geração de renda e na organização de redes entre projetos forma lideranças comunitárias que começam se organizar e buscar outros serviços para suas comunidades.

Otimização e integração de programas sociais, resultando em desenvolvimento local emancipatório.

Os resultados mencionados acima fazem com que as pessoas beneficiadas inicialmente com um projeto de geração de renda/fundo solidário começam se organizar para reivindicar outros programas de apoio. Um exemplo concreto é um grupo apoiado no município de Montezuma, Minas Gerais com um financiamento inicial do Projeto Vencer Juntos para uma fabriqueta de rapadura e açúcar mascavo. O grupo se organizou com o apoio do Projeto Vencer Juntos, depois procurou o Pronaf. As famílias juntaram o dinheiro que cada uma recebeu do Pronaf para construir o galpão da fábrica. Depois procuraram o SENAR para receber uma capacitação em técnicas de produção. Depois procuraram a CONAB para fazer um

contrato para vender seu produto. Depois formaram uma associação, utilizando materiais do SEBRAE. Nesse processo, as famílias que antes eram excluídas dos programas sociais passaram a se beneficiar. Dessa forma, foi estimulado um processo de desenvolvimento local emancipatório que otimiza e integra vários programas sociais do Governo. O projeto de geração de renda com fundo rotativo solidário foi a semente que fez nascer este processo.

Por uma política pública de apoio a fundos solidários

O custo por participante de um projeto dessa natureza é de aproximadamente R\$500,00 (incluindo serviços e financiamento) por ano por participante, metade do custo do Programa Bolsa Família. Os benefícios incluem a melhoria na segurança alimentar e aumento de renda complementar entre R\$50,00 e R\$100,00 por mês por participante, em média, e a formação de capital produtivo e social nas comunidades: Capital produtivo é o investimento em cercas, preparação de novas terras para plantio, construção de mini-sistemas de irrigação ou aquisição de forrageiras para preparação de ração de animais aproveitando insumos locais. Todos esses investimentos, mesmos quando uma parte não retorna para o fundo solidário, representam melhorias permanentes que aumentam a produtividade no campo e aumentam o retorno de uma nova injeção de capital (por exemplo, Pronaf). O próprio fundo solidário constituído é um capital produtivo disponível para novos investimentos.

Capital social é a formação de lideranças e a organização coletiva que se cria em torno do fundo solidário. Esses processos de formação e organização preparam a comunidade para procurar, assumir e gerenciar investimentos e projetos maiores de desenvolvimento local.

Esses resultados oferecem um argumento poderoso para incluir o apoio a programas de fundos solidários dentro de uma política social composta por medidas integradas que vão desde a transferência de renda (Bolsa Família) até a oferta de crédito (Pronaf, microcrédito) para promover a inclusão social e produtiva dos segmentos mais pobres através de um processo de desenvolvimento local emancipatório.

Contatos:

Barbara Schmidt Rahmer

Maria das Graças Silva

Tel 71 8744 8770 ou 61 8124 7044

Tel 41 2105 0250

barbara@pastoraldacrianca.org.br

gracinha@pastoraldacrianca.org.br